



14ª Conferência Estadual de Assistência Social

Florianópolis, 06 de novembro de 2023.



RELATÓRIO FINAL

**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
FAMÍLIA - (SAS)**

**CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA –
CEAS/SC**

Mesa Diretora – Gestão 2023-2025

Presidente: Gabriella Dornelles Chagas Pereira

Vice-Presidente: Sidnei Pavesi

1ª Secretária: Jaqueline Muller

2ª Secretária: Simone Cristina Dalbello da Silva

1º Tesoureiro: Juliana Rocha Pires

2ª Tesoureira: Norma Suely de Souza Carvalho

Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social

Secretária Executiva: Patrícia Gasparetto da Silva

Comissão Organizadora eleita com representantes governamentais e da sociedade civil:

Representantes Sociedade Civil:

Sidnei Pavesi

Norma Suely de Souza Carvalho

Simone C. Dalbello da Costa

Maristela Vieira

Representantes Governamentais:

Gabriella Dornelles C. Pereira

Juliana Rocha Pires

Jaqueline Muller

Daniel Dall'Igna Ecker

Equipe de Relatoria:

Amanda Lopes

Dayse Martins

Juliana Riechel

Maria Lucia Fuckner

Maria Gabriela Andrade

Mariana Franco Fuckner

Tatiana Richardt

Taise Marcos

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	9
2. PRÉ-CONFERÊNCIA	17
2.1. Reunião com o Conselho Estadual de Assistência Social	17
2.2. Metodologia aplicada pela Comissão de Relatoria	17
2.3. Deliberações por Eixo	19
3. CONFERÊNCIA	58
3.1. Dados Gerais	58
3.2. Quantitativo de municípios que realizaram conferências municipais no Estado	59
3.3. Quantitativo de delegados da Conferência Estadual de Assistência Social por categoria e representação	59
3.4. Quantitativo de pessoas envolvidas com a organização e a realização da Conferência Estadual de Assistência Social	59
3.5. Programação	60
3.6. Mesa de Abertura da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social	61
3.7. Regimento Interno	64
3.8. Painel de Balanço Sistema Único de Assistência Social em Santa Catarina	66
4. EIXOS TEMÁTICOS	67
4.1. EIXO 1 - Financiamento: financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos para garantia dos direitos socioassistenciais contemplando as especificidades regionais do país	68
4.2. EIXO 2 - Controle Social: qualificação e estruturação das instâncias de controle social com diretrizes democráticas e participativas	74
4.3. EIXO 3 - Articulação entre os Segmentos: como potencializar a participação social no SUAS?	82
4.4. EIXO 4 - Serviços, Programas e Projetos: universalização do acesso e a integração das ofertas dos serviços e direitos no SUAS	89
4.5. EIXO 5 - Benefício e Transferência de Renda: a importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS	101
5. PLENÁRIA FINAL	107
6. MOÇÕES	113
7. ELEIÇÕES DOS(AS) DELEGADOS(AS)	117
7.1. Eleição dos(as) Delegados(as) Governamentais	117
7.2. Eleição dos(as) Delegados(as) Trabalhadores(as)	120
7.3. Eleição dos(as) Delegados(as) Usuários(as)	122
7.4. Eleição dos(as) Delegados(as) das Entidades de Assistência Social	124
8. ANEXOS	125

8.1. Regimento Interno	125
8.2. Lista dos(as) Delegados(as) eleitos(as) para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social	133
8.3. Avaliações da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social	137
8.4. Fotos da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social	141

TABELAS

Tabela 1 - Deliberações advindas dos municípios para o Estado, em ordem decrescente de frequência, Eixo 1	19
Tabela 2 - Deliberações advindas dos municípios para a União, em ordem decrescente de frequência, Eixo 1	22
Tabela 3 - Deliberações advindas dos municípios para o Estado, em ordem decrescente de frequência, Eixo 2	26
Tabela 4 - Deliberações advindas dos municípios para a União, em ordem decrescente de frequência, Eixo 2	30
Tabela 5 - Deliberações advindas dos municípios para o Estado, em ordem decrescente de frequência, Eixo 3	34
Tabela 6 - Deliberações advindas dos municípios para a União, em ordem decrescente de frequência, Eixo 3	37
Tabela 7 - Deliberações advindas dos municípios para o Estado, em ordem decrescente de frequência, Eixo 4	40
Tabela 8 - Deliberações advindas dos municípios para a União, em ordem decrescente de frequência, Eixo 4	45
Tabela 9 - Deliberações advindas dos municípios para o Estado, em ordem decrescente de frequência, Eixo 5	50
Tabela 10 - Deliberações advindas dos municípios para a União, em ordem decrescente de frequência, Eixo 5	54
Tabela 11 - Deliberações para o Estado - Eixo 1	68
Tabela 12 - Propostas aprovadas no Eixo 1 para o Estado	70
Tabela 13 - Deliberações para a União - Eixo 1	72
Tabela 14 - Propostas aprovadas no Eixo 1 para a União	74
Tabela 15 - Deliberações para o Estado – Eixo 2	76
Tabela 16 - Deliberações para a União – Eixo 2	78
Tabela 17 - Propostas aprovadas no Eixo 2 para o Estado	80
Tabela 18 - Propostas aprovadas no Eixo 2 para a União	81
Tabela 19 - Deliberações para o Estado - Eixo 03	83
Tabela 20 - Propostas aprovadas no Eixo 3 para o Estado	84
Tabela 21 - Deliberações para a União - Eixo 03	86
Tabela 22 - Propostas aprovadas no Eixo 3 para a União	88
Tabela 23 - Deliberações para o Estado - Eixo 04	90
Tabela 24 - Propostas aprovadas no Eixo 4 para o Estado	94
Tabela 25 - Deliberações para a União Eixo 4	95
Tabela 26 - Propostas aprovadas de deliberação para a União - Eixo 4	99
Tabela 27 - Deliberações para o Estado - Eixo 5	101
Tabela 28 - Deliberações para a União - Eixo 5	103

Tabela 29 - Propostas aprovadas no Eixo 5 para o Estado	105
Tabela 30 - Propostas aprovadas no Eixo 5 para a União	106
Tabela 31 - Propostas aprovadas na Plenária Final para o Estado – EIXO 1	108
Tabela 32 - Propostas aprovadas na Plenária Final para a União – EIXO 1	108
Tabela 33 - Propostas aprovadas na Plenária Final para o Estado – EIXO 2	109
Tabela 34 - Propostas aprovadas na Plenária Final para a União – EIXO 2	109
Tabela 35 - Propostas aprovadas na Plenária Final para o Estado – EIXO 3	110
Tabela 36 - Propostas aprovadas na Plenária Final para a União – EIXO 3	110
Tabela 37 - Propostas aprovadas na Plenária Final para o Estado – EIXO 4	111
Tabela 38 - Propostas aprovadas na Plenária Final para a União – EIXO 4	111
Tabela 39 - Propostas aprovadas na Plenária Final para o Estado – EIXO 5	112
Tabela 40 - Propostas aprovadas na Plenária Final para a União – EIXO 5	112
Tabela 41 - Delegados(as) segmento governamental	118
Tabela 42 - Delegados(as) segmento trabalhadoras/es do SUAS	120
Tabela 43 - Delegados(as) segmento usuárias/os	122
Tabela 44 - Delegados(as) segmento Entidades de Assistência Social	124

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório compila as principais informações relativas ao processo de realização e aos resultados da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina. A mencionada Conferência foi convocada por meio da Resolução CEAS Nº 22, de 02 de outubro de 2023, cuja publicação ocorreu no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, sob o número 22.116, datado de 04 de outubro de 2023. Todas as Resoluções pertinentes foram devidamente assinadas pela Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - CEAS SC, Sra. Gabriella Dornelles, em estrito cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso VI, da Lei Nº 8.742- LOAS, de 7 de dezembro de 1993, e no Artigo 2º, Inciso XI, da Lei 10.037, de 26 de dezembro de 1995, que versa sobre a criação do CEAS SC.

A Conferência em questão transcorreu no período compreendido entre os dias 06/11/2023 e 08/11/2023, nas instalações do Hotel Oceania, situado no bairro Ingleses, na cidade de Florianópolis.

O processo conferencial aderiu às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, conduzindo as Conferências Municipais com deliberações voltadas para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em benefício tanto do município quanto do Estado e da União. Dos 295 municípios que compõem Santa Catarina, 293 efetuaram a realização de suas respectivas Conferências Municipais.

O tema central abordado durante a 14ª Conferência Estadual de Assistência Social foi "Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos". A eleição dessa temática pelo Conselho Nacional de Assistência Social baseou-se em sua pertinência e relevância no atual contexto do desfinanciamento do SUAS. A escolha da expressão "reconstrução do SUAS" foi deliberada com o intuito de colocar o Sistema Único de Assistência Social no cerne das discussões, promovendo reflexões e decisões que conduzam a ações capazes de transformar a realidade ideal da Assistência Social nos âmbitos municipal, estadual e federal. Dessa forma, reitera-se a importância desse sistema que beneficia inúmeras pessoas em todo o Brasil.

Em diálogo com o Informe Nº 001/CEAS – SC – Processo de Conferência de 2023, considerando seus desafios e perspectivas e com o objetivo de favorecer os debates no

processo de conferência, o CEAS seguiu a orientação do CNAS organizando grupos de trabalho sobre os seguintes Eixos:

- **EIXO 1 - FINANCIAMENTO:** Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos para garantia dos direitos socioassistenciais contemplando as especificidades regionais do país;
- **EIXO 2 - CONTROLE SOCIAL:** Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas;
- **EIXO 3 - ARTICULAÇÃO ENTRE OS SEGMENTOS:** Como potencializar a participação social no SUAS?
- **EIXO 4 - SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS:** Universalização do acesso e a integração das ofertas dos serviços e direitos no SUAS;
- **EIXO 5 - BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA:** A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

A 14ª Conferência Estadual da Assistência Social teve um total de 501 participantes, sendo 409 delegados e 92 convidados.

A mesa de abertura da 14ª Conferência Estadual da Assistência Social foi composta por distintas personalidades, incluindo a presença da Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS, Sra. Maria Helena Zimmermann, que, nesse momento, representou o Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. Jorginho dos Santos Mello. Além disso, participaram da cerimônia a Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, Sra. Gabriella Dornelles; a Diretora do Departamento de Gestão do SUAS do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Sra. Clara Carolina de Sá; a Representante do Conselho Nacional de Assistência Social, a conselheira Sra. Norma Suely de Souza Carvalho; a Representante das entidades de Assistência Social de Santa Catarina, Sra. Lisiane Bueno da Rosa; o Representante dos(as) Usuários(as) do SUAS, Conselheiro Sr. Alexandre Deucher; e a Representante dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS, Conselheira Sra. Maristela Vieira.

O primeiro dia da 14ª Conferência teve início com a apreciação e aprovação do

Regimento Interno, realizado após o credenciamento oficial dos participantes. Ao término desse primeiro dia de evento, ocorreu a Mesa de Abertura. Devido ao encerramento em um horário já bastante excedido, parte da programação planejada precisou ser adiada para o dia seguinte. Entre as atividades que foram remanejadas, incluíram-se a apresentação do “Diagnóstico do Estágio de Implementação do SUAS em Santa Catarina”, e a exposição do CEAS/SC.

Dessa forma, o segundo dia da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina teve início com a conclusão de parte da programação planejada para o dia anterior. Foram conduzidas as apresentações referentes ao “Diagnóstico do Estágio de Implementação do SUAS em Santa Catarina”. Na sequência, a palavra foi cedida à Representante dos Trabalhadores, Sra. Maristela Vieira, que iniciou sua intervenção cumprimentando as autoridades e os demais presentes.

Em sua fala, a representante destacou seu compromisso com a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, reiterando sua representação nesta Conferência com o propósito de reivindicar seus direitos, projetos e planos. Defendeu a ideia de que todos os ideais devem ser concretizados com determinação e empenho, visando sua implementação em âmbito nacional. Além disso, abordou as dificuldades enfrentadas para alcançar a realização de um evento tão significativo como a presente Conferência.

Por fim, a Sra. Maristela Vieira fez um apelo a todos os presentes, instando-os a não aceitar a perda de direitos, mas sim a perseguir ativamente esses direitos, lutando de maneira constante e eficaz.

Em seguida, concedeu-se a palavra ao Sr. Daniel Paz dos Santos, representante dos(as) usuários(as) do SUAS. Ele iniciou sua intervenção defendendo os menos favorecidos, tais como pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, e outros grupos vulneráveis na sociedade. Expressou seu repúdio às abordagens violentas realizadas por policiais militares e demais cidadãos, destacando a necessidade de efetivação de Políticas Públicas eficazes para garantir seu cumprimento. O Sr. Daniel Paz dos Santos, ainda, solicitou um olhar atento e humanizado às pessoas que vivem em comunidades e em situação de rua.

Durante sua exposição, compartilhou sua história pessoal, afirmando compreender a situação de vulnerabilidade e necessidade enfrentada por essas classes mencionadas.

Posteriormente, a cerimonialista concedeu a palavra à Representante das

Entidades, Sra. Lisiane Bueno da Rosa, que iniciou sua intervenção cumprimentando as autoridades e todos os presentes. Em seus comentários, enfatizou a relevância das entidades para a manutenção e existência do SUAS, fazendo referência ao Artigo 3º da Lei Orgânica de Assistência Social de 1993. Defendeu, ademais, a execução de um trabalho de qualidade e humanizado.

A Sra. Lisiane Bueno da Rosa convidou todos os presentes a celebrar o trabalho já realizado pelo SUAS e apontou os elementos fundamentais para o avanço do sistema: garantia de recursos, gestão pública responsável, conselhos mais estruturados, participação ativa dos usuários com espaço e voz, e a necessidade de estabelecer parcerias baseadas em confiança. Concluiu sua fala reafirmando que todos os participantes da Conferência têm o direito e a capacidade de estar naquele local representando seus interesses.

A seguir, a Conselheira Sra. Norma Suely de Souza Carvalho foi convidada a expressar seus cumprimentos. Iniciou sua fala destacando a honra de contar com a presença do Conselho Nacional nesta Conferência Estadual. Reconheceu a essencialidade da realização da Conferência, ressaltando o esforço de cada participante em estar presente, especialmente diante do trabalho intenso e dedicado enfrentado nos últimos tempos, em decorrência dos desafios provocados pelas intensas chuvas no Estado.

A Sra. Norma Suely de Souza Carvalho enfatizou que a Conferência é o espaço legítimo para a discussão e compartilhamento de ideias, projetos e metas relacionadas ao SUAS, dirigindo-se a todas as entidades e usuários envolvidos. Mencionou, ainda, a necessidade de uma evolução significativa do SUAS para cumprir efetivamente seu propósito.

Prosseguindo, a Diretora do Departamento de Gestão do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Sra. Clara Carolina de Sá, tomou a palavra, cumprimentando todas as autoridades presentes e referindo-se à oportunidade proporcionada pela presente Conferência para debater, discutir e conceber planos e projetos voltados para o desenvolvimento da Assistência Social. Em resposta à intervenção do Sr. Daniel Paz dos Santos, representante dos usuários(as) do SUAS, Clara Carolina de Sá informou que a pauta relacionada às pessoas em situação de rua está sendo objeto de discussão e esforços, visando assegurar os direitos dessa população.

A Diretora ressaltou a importância crucial da Assistência Social em situações de

desastres naturais, como os que ocorreram no Estado semanas antes do início da Conferência. Além disso, enfatizou a relevância de abordar questões climáticas para a prevenção e planejamento de ações em casos semelhantes, visando identificar as melhores abordagens para proporcionar segurança à população. No que tange ao Governo Federal, destacou as iniciativas em curso, incluindo projetos sociais como o Cadastro Único, entre outros.

A Sra. Clara Carolina de Sá abordou também a importância dos recursos assegurados para o Cadastro Único, o aumento do Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa Família, e do Programa do Bolsa Família (PBF). Solicitou objetividade nas principais agendas do SUAS para a Conferência Nacional que será realizada no início de dezembro. Sua intervenção encerrou-se com uma referência ao provérbio Sul Africano: "somos o que somos graças aos outros".

Em seguida, foi concedida a palavra à Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, Sra. Gabriella Dornelles. Ela iniciou sua intervenção demonstrando a honra pela realização deste evento e enfatizou as dificuldades enfrentadas no processo, ressaltando que os desafios foram superados, uma vez que a organização perseverou e não considerou a possibilidade de desistir.

A Presidente Sra. Gabriella Dornelles declarou a relevância ímpar da presente Conferência, lembrando as adversidades enfrentadas pelos trabalhadores do SUAS durante o período da pandemia, incluindo a falta de reconhecimento profissional. Argumentou que o SUAS necessita de financiamento adequado, controle social efetivo, e programas e projetos que visam atender toda a população. Sua intervenção culminou com um destaque para a defesa inabalável das prerrogativas do SUAS.

Posteriormente, foi concedida a palavra à Secretária de Estado, Mulher e Família, Sra. Maria Helena Zimmermann. Durante sua intervenção, Sra. Maria Helena Zimmermann, convidou os representantes da Assistência Social do Estado a subirem ao palco, congratulando os trabalhadores dos municípios e todos os colaboradores do SUAS pelo notável trabalho desempenhado durante as enchentes que assolaram o Estado. Ela fez menção aos Secretários de Estado e demais autoridades responsáveis pelo apoio e dedicação à população afetada.

A Secretária de Estado, Sra. Maria Helena Zimmermann, destacou o crime ocorrido contra a população em situação de rua em Itajaí, informando que o Governador do Estado

de Santa Catarina, buscará a verdade e a justiça, visando assegurar a proteção das pessoas em situação de rua. Expressou seu agradecimento a todos que foram convidados a compor o palco, manifestando sua gratidão pela realização da Conferência e parabenizando todos os envolvidos pela execução bem-sucedida do evento.

Após a intervenção da Secretária Sra. Maria Helena Zimmermann, a Presidente Sra. Gabriella Dornelles proclamou oficialmente a abertura do evento. Posteriormente, no período pós-almoço, os Grupos de Trabalho, organizados conforme os diferentes Eixos Temáticos, deram início às suas atividades com o propósito de deliberar sobre as propostas que seriam encaminhadas para a plenária final.

No período vespertino do segundo dia da Conferência, procedeu-se à elaboração e apresentação das moções, as quais foram submetidas à votação durante a plenária final em 7 de novembro. Consoante as disposições regimentais da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, para submeter uma moção ao pleito, era necessário que estas fossem assinadas por, no mínimo, 30% dos(as) delegados(as) presentes na Conferência, conforme o número total de delegados(as) devidamente credenciados(as). No contexto específico desta Conferência, o número total de delegados inscritos ao final do dia 6 de novembro de 2023 era de 364.

Assim, para que uma moção pudesse ser submetida à votação, eram necessárias 109 assinaturas, e todas as moções deveriam ser entregues até às 18h do dia 7 de novembro de 2023. A descrição completa das moções votadas e o seu processo de votação estão devidamente registrados no item 6 deste relatório, disponível na página 115.

Após a conclusão da votação das moções, procedeu-se ao encerramento formal do segundo dia da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina.

O terceiro dia teve início com o processo de seleção dos(as) delegados(as) que irão representar Santa Catarina na Conferência Nacional, conforme estabelecido no Regimento Interno da Conferência. Essa seleção ocorreu por meio da organização em quatro grupos distintos: Trabalhadores(as) do SUAS, Usuários(as) do SUAS, Representantes Governamentais e Entidades de Assistência Social.

Antes do início do terceiro dia da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, ainda durante a fase de organização das atividades, o delegado Sr. André Schafer, representando o segmento de usuários do movimento "POP RUA", protagonizou uma manifestação. Ele argumentou que foi silenciado pela Comissão, pois havia solicitado a

oportunidade de se manifestar na Conferência, o que, segundo ele, não lhe foi concedido. Em sua declaração, enfatizou que a luta pelo SUAS tem como objetivo garantir direitos e não se trata de realizar caridade.

A cerimonialista, após decisão da Comissão Organizadora, ofertou o microfone ao usuário para que pudesse expressar seus pontos de vista de maneira adequada. Ele afirmou que a luta dos usuários deve ser equiparada à dos servidores e que seria pertinente abordar na Conferência o fato de que alguns municípios estão transferindo moradores de rua para outras localidades, a fim de se eximirem de suas responsabilidades. Além disso, ele defendeu a efetivação das Políticas Públicas já existentes.

Após a manifestação do delegado, a Comissão abriu a oportunidade para que todos os grupos presentes contribuíssem, pudessem se manifestar da mesma forma. Entretanto, não houve nenhuma habilitação para tal. Em seguida, procedeu-se à distribuição dos aparelhos de votação aos delegados presentes.

Posteriormente, teve início a Plenária Final de cada Eixo, com o propósito de eleger as deliberações finais para o Estado e União. Restaram apenas as três (3) deliberações mais votadas para o Estado e as duas (2) deliberações mais votadas para a União. Foi realizada uma testagem das máquinas de votação para verificar a quantidade de delegados(as) presentes no auditório, totalizando 306 delegados(as).

Posteriormente, iniciou-se os procedimentos conduzidos pela Presidente Sra. Gabriella Dornelles, visando à seleção de três (03) deliberações para o Estado e duas (2) deliberações para a União em cada Eixo Temático. A Sra. Presidente convocou ao palco da Plenária os(as) coordenadores(as) de cada Eixo Temático, acompanhados(as) dos(as) delegados(as) eleitos(as) em cada Eixo, com o propósito de realizar a leitura das propostas e submetê-las à Plenária para votação.

Cada coordenador(a) de Eixo, em conjunto com a Sra. Presidente, efetuou a leitura de cada Eixo e das deliberações por Federação (Estadual e União).

A metodologia de votação foi conduzida por meio eletrônico, consistindo no quantitativo total de votos obtidos por meio da máquina de votação individual. Nesse contexto, o número um (1) representava a aprovação, enquanto o número dois (2) indicava a não aprovação.

A Presidente Sra. Gabriella Dornelles então cedeu a palavra às coordenadoras do Eixo 1, Sra. Jaqueline Muller e Sra. Mônica Costa Onofre, que conduziram a leitura e

deliberação das propostas Estaduais e Nacionais desse respectivo Eixo. As deliberações Estaduais e Nacionais do Eixo 2 foram conduzidas pelos coordenadores Sra. Norma Suely de Souza Carvalho e Sr. Vladimir Marcos Candido. Quanto ao Eixo 3, tanto as deliberações Estaduais quanto as Nacionais foram conduzidas pelas coordenadoras Sra. Maristela Vieira e Sra. Cleide Terezinha de Oliveira.

No decorrer da votação do Eixo 3, a Presidente Sra. Gabriella Dornelles, destacou a existência de uma questão a ser enfatizada na 7ª deliberação, apresentada pelas coordenadoras. Ela alegou que a proposta deveria incluir a obrigatoriedade da presença de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de ensino e de educação básica, sendo tal inclusão efetuada pela relatora. A votação foi, então, aberta para a 8ª deliberação. Contudo, um participante presente na plenária solicitou a palavra e requereu esclarecimentos acerca do termo "ratificação da deliberação". A coordenadora Sra. Norma Suely de Souza Carvalho explicou que se tratava de uma nova análise. Quanto à mencionada deliberação, a coordenadora acrescentou que a proposta em questão não poderia ser aprovada pelo Conselho Nacional, uma vez que não está no escopo de suas atribuições.

Posteriormente, retornou a palavra à Presidente Sra. Gabriella Dornelles, tendo chamado a representante Sra. Érica Cristina Machado da Silva do Eixo 4 para realizar as deliberações Estaduais e Nacionais deste Eixo. Em seguida, as coordenadoras do Eixo 5, Sra. Maria do Carmo e Sra. Simone Dill, realizaram as deliberações Estaduais e Nacionais do eixo citado.

Dessa maneira, as votações foram encerradas, devolvendo-se a palavra à Presidente Sra. Gabriella Dornelles. Posteriormente, teve início a homologação da eleição dos delegados.

Destaca-se que ao longo deste Relatório estão registrados os dados pertinentes a todo o processo conferencial. O esforço empreendido pela Comissão de Relatoria consistiu em sistematizar as deliberações originadas nos municípios, consolidar os debates realizados e apresentar as deliberações/propostas aprovadas na plenária pelo conjunto dos delegados e delegadas. É esperado que gestores(as), trabalhadores(as), conselheiros(as), usuários(as) e entidades de Assistência Social percebam-se beneficiados(as) no que tange às diretrizes e orientações, reafirmando assim seus objetivos para a efetiva consolidação do Sistema Único de Assistência Social SUAS.

2. PRÉ-CONFERÊNCIA

2.1. Reunião com o Conselho Estadual de Assistência Social

Após a aprovação da equipe de Relatoria por meio da empresa vencedora do pregão eletrônico do Governo do Estado de Santa Catarina, foi conduzida uma reunião com membros do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, e da Secretaria Estadual de Assistência Social, Mulher e Família – SAS. A reunião ocorreu de forma virtual em 2 de novembro de 2023, às 14h45min, três dias antes da realização da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social.

A pauta da reunião abordou o repasse de informações sobre o trabalho a ser realizado pela equipe de Relatoria, bem como sobre as Resoluções e Informes do Conselho Nacional de Assistência Social, destacando as metodologias e objetivos a serem alcançados pela equipe.

Nesse contexto, foram compartilhados os encaminhamentos e deliberações das Conferências Municipais de cada município do Estado ao CEAS, marcando o início da coleta de dados para a fase preparatória da Conferência.

2.2 Metodologia aplicada pela Comissão de Relatoria

Os 293 relatórios advindos dos municípios foram entregues à equipe de Relatoria em 03 de novembro de 2023, pela Secretária Executiva, Sra. Patrícia Gasparetto. Esses relatórios já apresentavam uma prévia sistematização, organizada por Eixos Temáticos e por entes federativos. Após o repasse dos dados, a equipe de Relatoria deu início às atividades de sistematização das informações contidas nos relatórios municipais, elaborando um ranqueamento das deliberações originadas nas Conferências Municipais.

Conforme o informe do CNAS N°4/2023 "Orientações temáticas e organizativas para as Conferências Estaduais de Assistência Social de 2023", destaca-se que cabe à Equipe de Relatoria a responsabilidade de sistematizar as deliberações provenientes dos municípios, seguindo as orientações metodológicas estabelecidas. Essa sistematização, realizada pela Comissão de Relatoria, deve ser submetida posteriormente à aprovação do Conselho Estadual.

Assim, a fase preparatória consistiu na elaboração da sistematização de todas as

deliberações provenientes dos municípios, organizadas por ente federado. Leituras minuciosas e atentas foram realizadas para agrupar as deliberações provenientes dos municípios, separando-as por Eixos Temáticos e por Ente Federado. Observou-se que cada Eixo possuía um considerável número de deliberações semelhantes, com pouca diferença na redação textual.

Conforme o informe do CNAS, as deliberações podem resultar em diversas margens de interpretações, e a compreensão foi de que as deliberações que contivessem termos, legislações ou normativas seriam mantidas em sua originalidade, sem agrupamento.

Neste contexto, a terceira etapa consistiu na compilação dos dados. O passo subsequente foi classificar as deliberações que apresentavam conteúdo semelhante, a fim de facilitar a leitura. Cada deliberação foi acompanhada pelo número quantitativo de municípios que propuseram tal deliberação. Os municípios foram separados por Eixo e por ente, conforme exemplificado abaixo.

Deliberação	Quantidade de Municípios	Municípios
Fortalecer o Fórum Estadual de Usuários e Trabalhadores do SUAS para que estes, junto com o CEAS/SC, possam fiscalizar o cumprimento das deliberações da Conferência Estadual de Assistência Social.	14	Arabutã, Capinzal, Coronel Freitas, Cunhataí, Garopaba, Guatambu, Ibirama, Santiago Do Sul, Xavantina, União Do Oeste, Lebon Régis, Novo Horizonte, Planalto Alegre.

Após a coleta das informações, a equipe de Relatoria conduziu o processo de sistematização, preservando a originalidade das propostas e elaborando um ranqueamento das propostas mais frequentes em cada Eixo provenientes dos municípios. Para cada Eixo, foram selecionadas até 20 (vinte) deliberações.

Na última fase do processo de coleta de informações, às vésperas da Conferência Estadual, foram desenvolvidas planilhas no Excel e Word, contendo o ranqueamento das 20 (vinte) deliberações de cada Eixo, destinadas ao Estado e à União. Todo o material construído e sistematizado foi encaminhado para à Sra. Patrícia Gasparetto e para o

Conselho Estadual de Assistência Social, a fim de obter aprovação, no dia 05 de novembro de 2023.

Ao longo do dia 05 de novembro de 2023, diversas conversas foram conduzidas por meio de aplicativo instantâneo de mensagens entre a Secretária Executiva e a Equipe de Relatoria. As mensagens versavam sobre a programação e a divisão das responsabilidades da equipe de Relatoria para cada etapa da Conferência. Ressalta-se que, devido à gestão do tempo, todas as pessoas envolvidas nesse processo optaram pela metodologia de comunicação por aplicativo de mensagens, uma vez que era véspera da Conferência, inviabilizando a realização de uma reunião presencial prolongada.

2.3 Deliberações por Eixo

As deliberações advindas dos municípios para cada ente federado foram ranqueadas da seguinte forma:

EIXO 1 - FINANCIAMENTO: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos para garantia dos direitos socioassistenciais contemplando as especificidades regionais do país

Tabela 1 - Deliberações advindas dos municípios para o Estado, em ordem decrescente de frequência, Eixo 1

Nº	Deliberações	Total de Municípios Que deliberaram a proposta	Municípios
01	Garantir financiamento e orçamento específico para a Política de Assistência Social, com percentual mínimo de 1% da receita líquida do orçamento estadual, com repasses mensais, regulares fundo a fundo e desburocratizar o uso dos recursos, financiar especialmente os serviços de proteção social especial de média e alta complexidade do SUAS, tornar a assistência social como uma despesa obrigatória.	111	Abelardo Luz, Agronômica, Água Doce, Águas De Chapecó, Águas Frias, Alto Bela Vista, Anchieta, Angelina, Apiuna, Arroio Trinta, Ascurra, Atalanta, Balneário Arroio Do Silva, Balneário Rincão,

			<p> Barra Bonita, Belmonte, Biguaçu, Bom Jesus, Bom Jesus Do Oeste, Brusque, Caibi, Campo Erê, Capão Alto, Capinzal, Catanduvas, Caxambu Do Sul, Celso Ramos, Chapadão Do Lageado, Chapecó, Coronel Freitas, Coronel Martins, Corupá, Cunha Porã, Cunhataí, Curitibanos, Descanso, Entre Rios, Ermo, Faxinal Dos Guedes, Flor Do Sertão, Florianópolis, Formosa Do Sul, Forquilha, Garopaba, Garuva, Gaspar, Guaraciaba, Guarujá Do Sul, Guatambu, Ibiam, Ibirama, Içara, Ibituba, Iomerê, Ipuçu, Irani, Irineópolis, Itá, Itaiópolis, Itapema, Jaborá, Jacinto Machado, Lages, Laguna, Lajeado Grande, Macieira, Major Vieira, Maravilha, Marema, Mondaí, Morro Da Fumaça, Morro Grande, Navegantes, Nova Itaberaba, Otacílio Costa, Palhoça, Palma Sola, Paraíso, Passos Maia, Piratuba, Pomerode, Ponte Alta Do Norte, Ponte Serrada, Porto Belo, Pouso Redondo, Presidente Nereu, Princesa, Rio Do Sul, Romelândia, Saleté, Santa Rosa De Lima, Santa Rosa Do Sul, Santiago Do Sul, São Bento Do Sul, São Domingos, São João Do Itaperiú, São João Do Sul, São José Do Cedro, São Miguel Do Oeste, Saudades, Seara, Siderópolis, Sombrio, Tigrinhos, </p>
--	--	--	---

			Tubarão, Treze Tílias, União Do Oeste, Vargem Bonita, Witmarsum, Xaxim.
02	Destinar no mínimo 5% do orçamento estadual para a Política de Assistência Social.	12	Abdon Batista, Anita Garibaldi, Armazém, Guaramirim, Indaial, Lauro Muller, Major Gercino, Palmeira, São Martinho, Timbó, Videira, Xanxerê.
03	Ampliar o valor dos recursos financeiros repassados aos municípios, além de assegurar que o repasse seja de forma automática e regular entre os fundos.	4	Pinhalzinho, Abelardo Luz, Corupá, Penha.
04	Ampliar os serviços com cofinanciamento e atualizar os recursos destinados ao CRAS e CREAS (Média complexidade e alta vinculado ao órgão gestor), Abrigo institucional, Família Acolhedora, e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).	3	Nova Erechim, Águas Frias, Maracajá
05	Garantir o financiamento para construção de um novo CRAS, e cofinanciamento para execução dos serviços, além da garantia de equipe mínima necessária para o seu funcionamento, tendo em vista o aumento da demanda atendida pelo SUAS, levando em conta também o número da população das cidades.	3	Braço Do Norte, Guabiruba, Maracajá
06	Garantir o início dos pagamentos no mês de janeiro de cada ano, totalizando 12 (doze) parcelas anuais para a Assistência Social.	3	Benedito Novo, Rio Dos Cedros, São Miguel Da Boa Vista
07	Garantir o cofinanciamento para implantação de Média Complexidade em municípios de Pequeno Porte.	2	São José Do Cerrito, Salto Veloso
08	Garantir o cofinanciamento estadual fundo a fundo para os municípios, em especial, para os benefícios eventuais, sistemático e continuado, aumentando o valor destinado aos municípios.	1	Abelardo Luz
09	Criar a Lei Estadual do SUAS.	1	Agronômica
10	Ampliar ofertas e benefícios estaduais para situações de caráter emergencial, em especial sobre as intempéries como, situações de frio elevado, seca, temporais, entre outros, como também em situação de calamidade pública.	1	Águas Frias
11	Ampliar a oferta de novos equipamentos de CRAS e regionalizar os serviços de Média Complexidade.	1	Anitápolis
12	Elaborar o Plano Decenal de Habitação com previsão	1	Bom Jardim Da Serra

	de recursos estadual e federal contemplando inclusive os municípios de pequeno porte.		
13	Alterar o Artigo 2º da Lei 17.819 de 09 de dezembro de 2019, a qual regulamenta o Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS), acrescentando a receita advinda mediante uma porcentagem do tributo estadual ICMS, e diante do fato de que o poder público pode fazer aquilo o que está descrito em Lei, definir uma legislação regulamentando o uso deste recurso advindo da alíquota do ICMS.	1	Criciúma
14	Garantir a execução financeira de 100% do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA, com prioridade na destinação para os níveis de proteções, benefícios e ações complementares à Política de Assistência Social.	1	Florianópolis
15	Garantir cofinanciamento para instituições de longa permanência para pessoas entre 19 e 59 anos, assim como, para pessoas idosas, pessoas com deficiência, que se encontrem em situações de risco social e abandono familiar.	1	Nova Erechim
16	Garantir recursos para o financiamento de um sistema integrado de informações na rede socioassistencial	1	Fraiburgo
17	Implementar o Plano de Educação Permanente no SUAS, ofertando capacitação continuada para as equipes de referências.	1	Pedras Grandes
18	Ampliar os valores repassados aos municípios vinculados ao SUAS para melhorar o fortalecimento e o desenvolvimento dos conselhos.	1	Lacerdópolis
19	Garantir e ampliar a cota de financiamento para a manutenção do SUAS nos municípios.	1	Rio Do Campo
20	Garantir a regionalização dos Serviços da Média e Alta Complexidade.	1	Bom Retiro

Fonte: CEAS/SC, 2023.

Tabela 2 - Deliberações advindas dos municípios para a União, em ordem decrescente de frequência, Eixo 1

Nº	Deliberações	Total de municípios que deliberaram a proposta	Origem da proposta
01	Aprovação da PEC 383/2017 que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o	143	Abelardo Luz, Água Doce, Águas de

	<p>financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) garantindo 1% da receita corrente líquida dos orçamentos federal, estaduais e municipais para o setor.</p>	<p>Chapecó, Alto Bela Vista, Anchieta, Angelina, Apiuna, Arabuta, Armazém, Arroio Trinta, Aurora, Balneário arroio do Silva, Balneário Gaivota, Balneário Piçarras, Balneário Rincão, Barra Bonita, Belmonte, Biguaçu, Bom Jesus do Oeste, Braço do Norte, Caçador, Campo Alegre, Campo Belo do Sul, Campos Novos, Canelinha, Canoinhas, Corupá, Caibi, Capão Alto, Caxambu do Sul, Chapadão do Lageado, Chapecó, Cocal do Sul, Coronel Freitas, Coronel Martins, Correia Pinto, Criciúma, Cunhataí, Curitibanos, Descanso, Dona Emma, Entre Rios, Ermo, Forquilha, Galvão, Garopaba, Garuva, Gaspar, Governador Celso Ramos, Guarujá do Sul, Guatambu, Ilhota, Ipumirim, Itá, Irineópolis, Itaiópolis, Itajaí, Itapema, Itapoá, Jacinto Machado, Jardinópolis, Joaçaba, Joinville, Jupiá, Laurentino, Leoberto Leal, Luiz Alves, Maracajá, Mondaí, Nova Itaberaba, Nova Trento, Novo Horizonte, Ouro Verde, Palhoça, Palma Sola, Paulo Lopes, Planalto Alegre, Pomerode, Pouso Redondo, Praia Grande, Presidente Nereu, Princesa, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio Negrinho, Romelândia, Salete, Santa Cecília, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bonifácio, São Carlos, São Cristóvão do Sul, São Domingos, São João Batista, São João do Itaperiú, São João do Sul,</p>
--	---	--

			São José do Cerrito, São Ludgero, São Pedro de Alcântara, Saudades, Serra Alta, Siderópolis, Sombrio, Taió, Tigrinhos, Timbé do Sul, Três Barras, Treze Tílias, Tubarão, Turvo, União do Oeste, Urupema, Vidal Ramos, Vitor Meireles, Witmarsum, Xavantina, Xaxim, Fraiburgo, Gravatal, Bom Retiro, Bombinhas, Brunópolis, Cunhã Porã, Dionísio Cerqueira, Imbituba, Iporã do Oeste, Itapiranga, Lebon Régis, Luzerna, Mafra, Morro da Fumaça, Morro Grande, Papanduva, Penha, Rio do Campo, Salete, Santa Helena, Santa Rosa do Sul, São José, Schroeder
02	Reajustar o cofinanciamento do SUAS, regularizando o repasse de forma automática e contínua.	43	Abelardo Luz, Agrolândia, Agronômica, Anitápolis, Arvoredo, Acurra, Atalanta, Blumenau, Capivari de Baixo, Florianópolis, José Boiteux, Lages, Matos Costa, Orleans, Palmitos, Petrolândia, Porto União, Rio Fortuna, Riqueza, Salto Veloso, Ibirama, Entre Rios, Frei Rogério, Grão-Pará, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Herval D'Oeste, Ipira, Iraceminha, Irani, Lindóia do Sul, Maravilha, Ponte Alta, Ponte Serrada, Rio do Campo, Salete, Santa Helena, São Bernardino, São Miguel do Oeste, Seara
03	Garantir o cofinanciamento das equipes da Proteção Social Especial para os municípios que não tenham CREAS.	15	Bom Jesus, Faxinal dos Guedes, Guaraciaba, Ipuçu, Jaborá, Maracajá, Nova Erechim, Paraíso, Passos Maia, Presidente Castello Branco, Quilombo, Saltinho, São José do Cedro, Vargem Bonita

04	Aprovar a PEC 431/01 fixando o valor percentual das três esferas de 5% para a Assistência Social.	14	Catanduvas, Florianópolis, Guaramirim, Indaial, Ituporanga, Jaguaruna, Lauro Müller, Palmeira, Porto Belo, São Martinho, Timbó, Urussanga, Videira, Xanxerê
05	Implementar a Legislação Federal (PPA, LDO, LOA) destinando 1% do orçamento total federal para financiamento do SUAS mantendo a regularidade de repasse de forma ininterrupta para os Fundos Municipais (FMAS) e Estaduais (FEAS) tornando a Assistência Social uma despesa obrigatória.	10	Iomerê, Laguna, Macieira, Marema, Monte Castelo, Navegantes, Otacílio Costa, Ponte Alta do Norte, Zortéa
06	Garantir cofinanciamento Federal para oferta de serviços de Média e Alta Complexidade.	8	Abelardo Luz, Agrolândia, Balneário Barra do Sul, Coronel Freitas, Ituporanga, Penha, Timbé do Sul, Vitor Meireles
07	Garantir o cofinanciamento para reforma ou ampliação do CRAS considerando a realidade dos municípios PII e rurais.	7	Imaruí, Lacerdópolis, Lajeado Grande, Luzerna, Maracajá, Nova Erechim, Saltinho
08	Estabelecer um percentual mínimo de 2% do orçamento destinado à assistência social, abrangendo tanto o âmbito Federal, Estadual e Municipal.	5	Bocaina do Sul, Jaraguá do Sul, Pescaria Brava, Sangão, Santo Amaro da Imperatriz
09	Recompôr, regularizar e ampliar os repasses, assim como os recursos em atrasos dos anos anteriores do cofinanciamento da União de todos os serviços tipificados, conforme a Resolução CNAS 109/2009 e programas pactuados na CIT e aprovados pelo CNAS para os estados e municípios, e habilitação aos novos serviços de acordo com cada realidade.	5	Águas Frias, Campo Erê, Nova Erechim, Peritiba, Piratuba
10	Aumento da renda per capita do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para Meio Salário Mínimo, garantindo seu reajuste anual, e a redução da idade para acesso ao benefício para 60 anos.	4	Abdon Batista, Garuva, Porto União, Vargem
11	Garantir que seja repassado 3% da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM da União para cofinanciamento da Política Pública de Assistência Social para o encontro de efetivar a Proposta de Emenda à Constituição 383/2017	4	Barra Velha, Erval Velho, Massaranduba, Meleiro
12	Garantir e ampliar o repasse dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada -SUAS, e Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família de forma contínua e regular.	3	Presidente Getúlio, Belmonte, Cerro Negro

13	Garantir o cofinanciamento para o processo de contratação, supervisão técnica, assessoria e capacitação progressiva dos trabalhadores, conselheiros e entidades educadoras, gestoras e usuários do SUAS.	3	Brusque, Lacerdópolis, Urubici
14	Ampliar o Programa Bolsa Família, criando condicionalidades para o benefício.	2	Águas Frias, Camboriú
15	Revogar a Emenda Constitucional nº 95/2016, que impõe o teto de gastos constitucionais.	2	Anchieta, Timbó Grande
16	Revogar a Portaria do Ministério da Cidadania Nº 2.362/2019 que estabelece os procedimentos a serem adotados no âmbito do SUAS para a equalização dos repasses do FNAS de modo a restabelecer as pactuações da CIT e as deliberações do CNAS.	2	Pinhalzinho, Tubarão
17	Aumentar o repasse de recursos Federais para ampliação da diversidade de atividades oferecidas dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas no Município.	2	Nova Veneza, Vidal Ramos
18	Garantir o cofinanciamento para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Público 0 a 6 anos, 18 a 59 e de 60 a mais, para benefícios eventuais e de calamidade pública.	2	Águas Frias, Nova Erechim
19	Disponibilizar sistemas de informação online sobre ações da rede Socioassistenciais e dados sobre a gestão do SUAS, para possibilitar o controle social, a avaliação e efetivação das ações.	1	Descanso
20	Garantir a execução financeira de 100% do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA, com prioridade na destinação para os níveis de proteções, benefícios e ações complementares à Política de Assistência Social.	1	Florianópolis

Fonte: CEAS/SC, 2023.

EIXO 2 - CONTROLE SOCIAL: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas

Tabela 3 - Deliberações advindas dos municípios para o Estado, em ordem decrescente de frequência, Eixo 2

Nº	Deliberações	Total de municípios que deliberaram a proposta	Origem da proposta
----	--------------	--	--------------------

01	<p>Promover capacitação continuada para Conselheiros da Assistência Social, secretários executivos dos conselhos, integrantes dos fóruns da Assistência Social, gestores, trabalhadores, entidades de Assistência Social e usuários, cofinanciada pelas três esferas de governo, como forma de viabilizar o empoderamento desses atores no exercício da participação e do controle social e permitir a troca de experiências na execução da Política de Assistência Social.</p>	115	<p>Barra Bonita, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Belmonte, Benedito Novo, Biguaçu Blumenau, Bocaina do Sul, Bom Jesus do Oeste, Bom Retiro, Bombinhas, Botuverá, Braço do Norte, Camboriú, Campo Alegre, Campo Belo do Sul, Campos Novos, Catanduvas, Capivari de Baixo, Caxambu do Sul, Chapadão do Lageado, Chapecó, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Martins, Corupá, Cunhataí, Descanso, Dionísio Cerqueira, Dona Emma, Entre Rios, Ermo, Forquilha, Fraiburgo, Frei Rogério, Governador Celso Ramos, Gravatal, Guaramirim, Guatambu, Herval d'Oeste, Ibicaré, Ibirama, Imbituba, Imbuia, Ipira, Irati, Itaiópolis, Itapema, Itapiranga, Ituporanga, Jacinto Machado, Jaraguá do Sul, Jardinópolis, Joaçaba, José Boiteux, Jupiá, Lacerdópolis, Lages, Laguna, Lajeado Grande, Leoberto Leal, Maracajá, Meleiro, Mondaí, Morro da Fumaça, Morro Grande, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Nova Trento, Ouro Grande, Palmitos, Papanduva, Passo de Torres, Pescaria Brava, Petrolândia, Pomerode, Ponta Alta do Norte, Ponta Alta, Porto União, Pouso Redondo, Rio Negrinho, Riqueza, Rodeia, Romelândia, Salto Veloso, Sangão, Santa Helena, Santa Rosa do Sul, Santa Terezinha, Santa Terezinha do Progresso, São Bernardino, São Francisco do Sul, São João do Oeste, São</p>
----	---	-----	---

			João do Sul, São José do Cerrito, São Ludgero, São Martinho, São Miguel da Boa Vista, São Pedro de Alcântara, Saudades, Schroeder, Serra Alta, Siderópolis, Sul Brasil, Tigrinhos, Tijucas, Timbé do Sul, Timbó, Três Barras, Treze de Maio, Tubarão, Tunápolis, Urupema, Witmarsum, Zortéa.
02	Divulgar a Política de Assistência Social a fim de incentivar a participação popular no âmbito do SUAS e o acesso aos serviços socioassistenciais.	31	Abdon Batista, Anitápolis, Antonio Carlos, Apiuna, Arabuta, Balneário Barra do Sul, Balneário Piçarras, Correia Pinto, Ilhota, Itaiópolis, Itajaí, Joinville, Laurentino, Maracajá, Matos Costa, Nova Veneza, Novo Horizonte, Palma Sola, Planalto Alegre, Presidente Getúlio, Salete, Santa Rosa de Lima, Santa Terezinha, Santiago do Sul, São Cristóvão do Sul, São Miguel do Oeste, Timbó Grande, Tunápolis, Vitor Meireles, Xavantina.
03	Garantir que o governo estadual, através da SST, respeite, cumpra e execute as deliberações da Conferência Estadual e do CEAS, fortalecendo o controle social e a gestão democrática.	29	Bom Jesus, Caibi, Campo Erê, Cunha Porã, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Galvão, Guabiruba, Ipuaçu, Ipumirim, Iraceminha, Irati, Jaborá, Lindóia do Sul, Major Gercino, Paraíso, Passos Maia, Peritiba, Pinhalzinho, Piratuba, Ponte Serrada, Praia Grande, Presidente Castello Branco, São José do Cedro, Seara, Vargeão, Vargem, Vargem Bonita.

04	Utilização dos recursos para fornecer capacitação e qualificação das instâncias de controle social com diretrizes democráticas e participativas, EAD, e presencial por microrregiões visando o fortalecimento do controle social.	14	Abelardo Luz, Águas Frias, Coronel Freitas, Garopaba, Gaspar, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Porto União, Rio do Campo, Santo Amaro da Imperatriz, São José, Taió, Tanguará, União do Oeste.
05	Ampliar, fortalecer e prestar apoio técnico para a atuação dos Conselhos Municipais.	10	Araranguá, Calmon, Capivari de Baixo, Cocal do Sul, Lages, Lauro Muller, Palmeira, Pedras Grandes, Rancho Queimado, São Carlos.
06	Alimentar os sistemas e gerar planilhas de atendimentos mensalmente para obter vigilância socioassistencial.	7	Agronômica, Curitibaanos, Imaruí, Iomerê, Monte Carlo, Navegantes, Otacílio Costa.
07	Disponer de recursos para aplicação direta no CMAS.	7	Agrolândia, Ascurra, Canelinha, Canoinhas, Massaranduba, Palhoça, Rio Fortuna
08	Participação de conselheiros, usuários e gestores em reuniões e debates.	6	Alfredo Wagner, Ibiam, Içara, Tunápolis, Turvo, Vidal Ramos
09	Delegar mais autonomia aos Conselhos Municipais para a definição e alocação de recursos. Delegar maior autonomia aos conselhos municipais a partir da análise territorial para a definição e aplicação dos recursos.	5	Brunópolis, Celso Ramos, Macieira, Marema, Rio do Antas
10	Que o CEAS promova reuniões descentralizadas em todas as regiões do Estado.	5	Abdon Batista, Brusque, Cerro Negro, Nova Erechim, Sombrio
11	Articulação entre os Conselhos, Municipal, Estadual e Federal.	3	Angelina, Rio Negroinho, Xaxim
12	Determinar percentual de 1% para o financiamento estadual da Política de Assistência Social.	3	Aurora, Botuverá, São Lourenço do Oeste
13	O Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) proporcional para o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).	2	Presidente Nereu, Princesa

14	Revisar as normativas de financiamento do FEAS, de modo a considerar na regulação as diversidades e especificidades de territórios, incluindo o financiamento para os municípios que não possuem CREAS, mas já tem constituída a equipe técnica composta de assistente social e psicólogo.	2	Quilombo, Urubici
15	Fortalecer e descentralizar a assessoria técnica aos municípios através da implantação de Gerências Regionais da Assistência Social	2	Águas Frias, Arvoredo
16	Que o Conselho tenha autonomia sobre as deliberações orçamentárias dos recursos fundo a fundo.	2	Águas Frias, São João do Itaperiú
17	Garantir a participação popular dos usuários e da sociedade civil na Conferência Estadual de Assistência Social com recursos financeiros do ente Federado/Estado.	1	Xanxerê
18	Maior transparência do repasse dos recursos públicos para as instâncias de controle social.	1	Lontras
19	Visita de orientação dos Municípios para Capacitar os Conselheiros.	1	Anita Garibaldi
20	Realizar maior controle e fiscalização junto aos municípios, a fim de garantir que os gestores cumpram as determinações da NOB-RH/SUAS, quanto ao número de profissionais que integram as equipes de referência, bem como fiscalização da aplicação dos recursos financeiros	1	Orleans

Fonte: CEAS/SC, 2023.

Tabela 4 - Deliberações advindas dos municípios para a União, em ordem decrescente de frequência, Eixo 2

Nº	Deliberações	Total de municípios que deliberaram a proposta	Origem da proposta
01	Promover a capacitação e a educação permanente aos conselheiros municipais e profissionais do SUAS por meio do CapacitaSUAS de modo online e presencial.	70	Abdon Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Agronômica, Água Doce, Água de Chapecó, Águas Mornas, Alto Bela Vista, Anchieta, Antônio Carlos, Arabutã, Arvoredo, Balneário

			<p>Gaivota, Bandeirante, Barra Bonita, Bom Retiro, Botuverá, Catanduvas, Caxambu do Sul, Celso Ramos, Coronel Freitas, Cunhataí, Descanso, Governador Celso Ramos, Grão Pará, Guatambu, Ibirama, Iporã do Oeste, Jaborá, Joinville, José Boiteux, Lages, Leoberto Leal, Macieira, Mafra, Major Gercino, Marema, Mondai, Morro da Fumaça, Morro Grande, Nova Trento, Novo Horizonte, Pedras Grandes, Penha, Petrolândia, Planalto Alegre, Pomerode, Riqueza, Sangão, Santa Helena, Santa Terezinha, Santiago do Sul, São Bento do Sul, São Carlos, São Domingos, São João do Oeste, São Ludgero, São Martinho, Tangará, Tigrinhos, Tijucas, Timbó, Trombudo Central, Tunápolis, União do Oeste, Witmarsum, Xaxim, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte</p>
02	Garantir que o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, respeite, cumpra e execute as metas do Plano Decenal aprovado pela Conferência Nacional e Conselho Nacional de Assistência Social em 2016-2026.	26	<p>Bom Jesus, Caibi, Campo Erê, Cunha Porã, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Guaraciaba, Ipuacu, Iraceminha, Irani, Palmitos, Paraíso, Passos Maia, Peritiba, Pinhalzinho, Piratuba, Ponte Serrada, Praia Grande, Presidente Castelo Branco, Santa Terezinha do Progresso, São José do Cedro, Seara, Vargem Bonita</p>
03	Criar campanha educativa de incentivo à participação social da população nas instâncias de	21	<p>Abdon Batista, Barra Velha, Caçador, Ermo,</p>

	deliberação (Conselhos), através de mídias de amplo alcance (TV aberta).		Itá, Jacinto Machado, Joaçaba, Lacerdópolis, Lontras, Meleiro, Papanduva, Pouso Redondo, Porto União, Rio do Sul, Rio do Cedros, Rodeio, Santa Rosa do Sul, São Joaquim, Tubarão
04	Garantir o funcionamento dos Conselhos nas três esferas do governo, com ampliação e garantia da participação social no Conselho Nacional de Assistência Social, respeitando as deliberações das Conferências Nacionais.	14	Braço Norte, Campo Alegre, Chapecó, Itapemirim, Jupiá, Laguna, Rio das Antas, Dona Emma, Ipumirim, Ouro, São Bernardino, São Lourenço do Oeste, Sul Brasil
05	Criar incentivos financeiros para manutenção de Fóruns Nacionais, Estaduais e Municipais de modo a ampliar a participação da sociedade civil.	12	Balneário Barra do Sul, Benedito Novo, Concórdia, Cordilheira Alta, Correia Pinto, Porto União, São João Batista, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, Balneário Rincão, Lindóia do Sul, Ouro
06	Ampliar recursos específicos para o fortalecimento e execução do trabalho dos Conselhos.	10	Bombinhas, Canoinhas, Cerro Negro, Chapadão do Lageado, Lebom Régis, Três Barras, Lauro Muller, Santo Amaro da Imperatriz
07	Aumentar o percentual de recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), para fortalecer a atuação dos Conselhos.	8	Abelardo Luz, Anita Garibaldi, Capinzal, Herval d'Oeste, Presidente Getúlio, Rio Fortuna, Turvo, Urupema, São José do Cerrito
08	Ampliar mecanismos de divulgação das Conferências e dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através dos meios oficiais de comunicação e divulgar amplamente os direitos socioassistenciais para os cidadãos/usuários/as, e não somente programas específicos, possibilitando assim maior envolvimento da sociedade civil nos programas oferecidos no SUAS.	8	Forquilha, Fraiburgo, Mirim Doce, Santa Cecília, Santa Rosa de Lima, Treviso, Taió, Itajaí
09	Garantir através de Lei Federal a porcentagem mínima de 5% do Orçamento Geral da União para a Política de Assistência Social.	6	Bom Jardim da Serra, Bela Vista do Toldo, Coronel Martins,

			Garopaba, Guaramirim, Rio do Campo
10	Assegurar o apoio técnico para implantar e implementar a Vigilância Socioassistencial de modo a conhecer e monitorar as formas de vulnerabilidade social da população, articulando os serviços socioassistenciais já existentes.	5	Abelardo Luz, Curitiba, Navegantes, Arroio Trinta, Otacílio Costa
11	Delegar mais autonomia aos conselhos municipais para a definição e alocação de recursos.	5	Brunópolis, Corupá, Iomerê, Monte Castelo, Urussanga
12	Delegar maior autonomia aos Conselhos Estaduais e Municipais a partir da análise territorial, para a definição e aplicação dos recursos.	5	Brunópolis, Corupá, Iomerê, Monte Castelo, Urussanga
13	Garantir que o Governo Federal desenvolva e cumpra o Plano Nacional de Monitoramento e Avaliação.	4	São Cristóvão do Sul, Matos Costa, Indaial, Xanxerê
14	Restabelecer o efetivo caráter deliberativo do Conselho Nacional de Assistência Social, com a finalidade que nenhuma mudança na Política de Assistência Social seja efetuada sem amplo debate e deliberações dos órgãos de controle social, evitando assim os desmontes da Política em cenário Federal.	4	Campos Novos, Ibicaré, Laguna, Tubarão
15	Subsidiar recursos para a criação de Secretaria Executiva nos Conselhos Municipais de Assistência Social.	3	Balneário Arroio do Silva, Jaguaruna, Xavantina
16	Produzir materiais educativos, de diferentes gêneros textuais, com conteúdos referentes à Política Nacional de Assistência Social, divulgando em canais oficiais e mídias sociais populares e acessíveis com o objetivo de desmistificar a assistência social como prática assistencialista, bem como incentivando a participação social.	3	Águas frias, Nova Erechim
17	Criar mecanismos de integração entre os Conselhos Federais, Estaduais e Municipais e uma maior divulgação dos temas abordados nestes conselhos.	3	Joinville, Angelina, Rio Negrinho
18	Criar na esfera Federal sistema de monitoramento e avaliação das deliberações das Conferências para sua real efetivação.	2	Apiúna, Araranguá

19	Aprovação do Projeto de Lei no 8420/2017, que dá nova redação à Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para alterar a composição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).	2	São José, Florianópolis
20	Ampliar o alcance do Benefício de Prestação Continuada (BPC) aos idosos e pessoas com deficiência, pela alteração do limite da renda mensal familiar per capita, que deve ser limitada a 01 (um) salário-mínimo e acesso a partir dos 60 anos, com garantia de 13º salário.	2	Aurora, Ipira

Fonte: CEAS/SC, 2023.

EIXO 3 – ARTICULAÇÃO ENTRE OS SEGMENTOS: Como potencializar a participação social no SUAS?

Tabela 5 - Deliberações advindas dos municípios para o Estado, em ordem decrescente de frequência, Eixo 3

Nº	Deliberações	Total de municípios que deliberaram a proposta	Origem da proposta
01	Ofertar cursos, palestras, oficinas para gestores, profissionais, trabalhadores, equipes, conselhos da Política de Assistência Social, promovendo educação permanente e fortalecendo a participação popular.	94	Agrolândia, Águas De Chapecó, Águas Mornas, Anchieta, Anita Garibaldi, Araquari, Armazém, Aurora, Balneario Barra Do Sul, Balneário Gaivota, Blumenau, Bombinhas, Botuverá, Braço Do Norte, Canoinhas, Capão Alto, Capivari De Baixo, Cerro Negro, Chapadão Do Lageado, Correia Pinto, Ermo, Erval Velho, Frei Rogério, Galvão, Ipumirim, Irineópolis, Jacinto, Jaguaruna, Machado, Joaçaba, Laguna, Mirim Doce, Nova Trento, Palma Sola, Pedras Grandes, Pomerode, Porto União, Pouso Redondo, Rancho

			Queimado , Rio Do Campo, Sangão, Santa Rosa De Lima, Santa Rosa Do Sul, São Francisco Do Sul, São Joaquim, Serra Alta, São Martinho, Siderópolis, Treze De Maio, Treze Tílias, Trombudo Central, Urussanga, Witmarsum, Xaxim, Bandeirante, Brusque, Cocal Do Sul, Dona Emma, Ilhota, Jardinópolis. Lauro Muller, Monte Carlo, Nova Itaberaba
02	Que o CEAS promova a realização de Fóruns Regionais por segmento da sociedade civil, a fim de fortalecer e qualificar o controle social no SUAS.	28	Caibi, Campo Erê, Criciúma, Formosa Do Sul, Guaraciaba, Ipumirim, Iraceminha, Jaborá, Paraíso, Peritiba, Ponte Serrada, Praia Grande, São José Do Cedro, Seara, Vargem Bonita, Bom Jesus, Faxinal Dos Guedes, Flor Do Sertão, Ipira, Ipuação, Major Gercino, Maravilha, Navegantes, Passos Maia, Piratuba, Presidente Castelo, Treviso, Ipuação,
03	Implantação de Plano Estadual de Assessoria Técnica, visando à qualificação técnica dos agentes e ao aprimoramento da oferta dos serviços socioassistenciais. Prestar apoio e assessoria técnica aos municípios.	14	Abdon Batista, Acurra, Caxambu Do Sul, Gravatal, Meleiro, Santo Amaro Da Imperatriz, Tubarão, Chapecó, Sombrio, São João Do Sul, Bom Retiro, São Lourenço Do Oeste, Presidente Getúlio
04	Fortalecer o Fórum Estadual de Usuários e Trabalhadores do SUAS para que estes, junto com o CEAS/SC possam fiscalizar o cumprimento das deliberações da Conferência Estadual de Assistência Social .	13	Arabutã, Capinzal, Coronel Freitas, Cunhataí, Garopaba, Guatambu, Ibirama, Santiago Do Sul, Xavantina, União Do Oeste, Lebon Régis, Novo Horizonte, Planalto Alegre
05	Criação de setor e ampliação de funcionários nas delegacias já existentes nos municípios de pequeno porte I, para o atendimento de violência contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos. Garantir funcionamento 24 horas das DPCAMI.	13	Tangará, Ponte Alta Do Norte, Arroio Trinta, Curitibaanos, Celso Ramos, Corupá, Ibiam, Iomerê, Macieira, Mafra, Marema, Monte Castelo, Papanduva
06	Ampliação de campanhas educativas, informes e orientações sobre a Política de Assistência Social, seus serviços, direitos	10	Saudades, São Miguel Da Boa Vista, São Ludgero, São Bonifácio, Benedito Novo,

	socioassistenciais, através dos meios de comunicação e mídias sociais;		Içara, Itajaí, Lacerdópolis, Massaranduba, Penha
07	Fomentar as relações institucionais entre gestores, usuários e trabalhadores, através de espaços de debates, visando a mobilização da população e a garantia do acesso dos usuários aos direitos, com comunicação mais efetiva entre conselhos.	6	Arvoredo, Barra Velha, Campo Alegre, Rio Do Campo, Massaranduba, Videira
08	Implementar normas e protocolos específicos, para garantir a qualidade de vida e segurança aos trabalhadores do SUAS na prestação dos serviços socioassistenciais.	5	Tubarão, Ponte Alta, Abdon Batista, Araranguá, Guaramirim
09	Articular-se com Ministério Público e Judiciário para que suas demandas sejam atendidas por suas instituições, com parcerias quando necessário da Assistência Social, para que os trabalhadores do SUAS, privilegiam os serviços e possam dedicar seu tempo para atender a demanda específica da Proteção Básica e Especial.	5	Tunápolis, Catanduvas, Riqueza, Mondaí, Otacílio Costa
10	Implementar normas, protocolos específicos, campanhas, para garantir a qualidade de vida e segurança aos trabalhadores do SUAS na prestação dos serviços socioassistenciais e a revisão do salário base, garantindo um piso salarial.	5	Tubarão, Ponte Alta, Abdon Batista, Araranguá, Guaramirim
11	Implementar o Plano de Educação Permanente no SUAS, com financiamento, ofertando capacitação continuada para as equipes de referências.	5	Urupema, Taió, Baln. Rincão, Cocal Do Sul, Rio Do Sul
12	Organizar e garantir eventos para encontro de usuários com a viabilização de recursos financeiros.	5	Schroeder, São Carlos, São José, Concórdia, Forquilha
13	Promover o CapacitaSUAS sistematicamente aos gestores, trabalhadores do SUAS, setores governamentais e não governamentais (entidades de assistência social) e conselheiros	4	Abdon Batista, Belmonte Sul Brasil, Rio Fortuna, Pinhalzinho
14	Ampliação de recursos para maior acesso dos usuários da política de Assistência Social, e expandir o quadro funcional e o financiamento para dar conta das atribuições de monitoramento, acompanhamento e suporte técnico para com os municípios conforme previsto nas normativas e legislações	4	Cordilheira Alta, Florianópolis, Guarujá Do Sul, Lontras
15	Aumento da porcentagem do recurso e ampliação do cofinanciamento para os	4	Canelinha, Santa Terezinha, Santa Rosa Do Sul,

	benefícios eventuais.		Petrolândia,
16	Promover o planejamento das ações em articulação com as demais políticas públicas a articular sobre as legislações e normativas pensando a valorização do trabalho no SUAS conforme a NOB-RH/SUAS.	4	Angelina, Itá, Santa Helena, Rio Das Antas,
17	Efetivar conforme a Lei 13.935/2019, a inclusão do profissional assistente social e psicólogo nas escolas.	2	Pinheiro Preto, Caçador
18	Garantir a efetivação do quadro de funcionários capacitados para toda a rede de proteção de atendimento.	1	São João Do Itaperiú
19	Fortalecer a união entre os três entes federados de forma a contemplar maior cofinanciamento para a implantação da rede de serviço socioassistencial, tais como CRAS, CRAS volantes, CREAS e ILPs para idosos, abrigos para mulher vítima de violência possibilitando a provisão de equipes especializadas para os acompanhamentos.	1	Coronel Martins
20	Garantia de cofinanciamento do governo estadual para os municípios articular e fomentar políticas voltadas aos diferentes segmentos (mulher, migrante, criança, adolescentes, povos e comunidades tradicionais, LGBTQIAPN+, étnico raciais, entre outros).	1	Joinville

Fonte: CEAS/SC, 2023.

Tabela 6 - Deliberações advindas dos municípios para a União, em ordem decrescente de frequência, Eixo 3

Nº	Deliberações	Total de municípios que deliberaram a proposta	Origem da proposta
01	Fortalecer e financiar o Fórum Nacional de Usuários e Trabalhadores do SUAS com ampliação do debate com toda a sociedade brasileira sobre os direitos socioassistenciais. Divulgar as atividades do fórum nacional de assistência social.	41	Guatambu, Santiago Do Sul, São Carlos, União Do Oeste, Vargem Bonita, Seara, São José do Cedro, Praia Grande, Pouso Redondo, Ponte Serrada, Piratuba, Pescaria Brava, Peritiba, Passos Maia, Paraíso, Palmitos, Paniel, Novo Horizonte, Major

			Gercino, Otacilio Costa, Araquari, Bom Jesus, Cordilheira Alta, Correia Pinto, Caibi, Guarujá Do Sul, Iporã Do Oeste, Içara, Ibirama, Ipuacu, Iraceminha, Irani, Jaborá, Campo Erê, Cunha Porã, Cunhataí, Faxinal Dos Guedes, Flor Do Sertão, Formosa Do Sul, Galvão, Guaraciaba e Schroeder
02	Garantir o acompanhamento técnico profissional aos trabalhadores do SUAS, promovendo sua qualificação e capacitação permanente e a humanização das relações de trabalho, e financiamento para as ações.	38	Águas Frias, Bombinhas, Botuverá, Canoinhas, Forquilha, Garopaba, Garuva, Grão Pará, Laguna, Mafra, Orleans, Rio Das Antas, Rio Do Campo, Rio Negrinho, São José, São José Do Cerrito, São Martinho, Serra Alta, Tigrinhos, Papanduva, Anitápolis, Ascurra, Baln. Barra Do Sul, Baln. Gaivota, Caçador, Campos Novos, Celso Ramos, Lauro Muller, Bom Retiro, Tubarão, Monte Castelo, Iomerê, Catanduvas, Laurentino, Ipumirim, Macieira, Marema, Rancho Queimado
03	Produzir e distribuir cartilha com linguagem acessível sobre o que é o SUAS, quais são seus segmentos, serviços, equipamentos, como funciona a Política de Assistência Social, e fomentar a participação nesses espaços. E, realizar distribuição em todo o país através dos equipamentos de assistência social, saúde e educação.	16	Criciúma, Jardinópolis, Lagoado Grande, Gravatal, Lacerdópolis, Sul Brasil, São Ludgero, São Bonifácio, Nova Trento, Pomerode, Tijucas, São João Batista, Jacinto Machado, Presidente Getúlio, Nova Erechim
04	Efetivação do Plano Nacional de Educação permanente para usuários e profissionais, para assegurar um atendimento qualificado que permita a garantia de direitos socioassistenciais.	12	Balneário Arroio Do Silva, Braço Do Norte, Dona Emma, Ermo, Frei Rogério, Taió, Timbé Do Sul, Urupema, São João Do Sul, Santa Rosa Do Sul, Painel, Pedras Grandes
05	Formação permanente para o CMAS e CEAS,	10	Águas Frias,

	gestores e trabalhadores e usuários, e divulgação das suas ações e importância, e acompanhamento, na fiscalização e na deliberação sobre a Política de Assistência Social.		Camboriú, Caxambú Do Sul, Coronel Martins, Porto União, Tunápolis, Vargeão, Nova Itaberaba, Barra Velha, Concórdia
06	Implementar normas e protocolos específicos, para garantir a qualidade de vida e segurança aos trabalhadores do SUAS na prestação dos serviços socioassistenciais, estimulando a manutenção dos servidores públicos e valorizando a progressão nas carreiras.	7	Abdon Batista, Anchieta, Araranguá, Capivari De Baixo, Siderópolis, Sombrio e Balneário Camboriú
07	Necessidade de ampliação do financiamento e criação de equipe especializada de média e alta complexidade, visando atender a demanda territorial ao público vulnerável, pessoas em situação de rua, vítimas de violência entre outros, de forma emergencial.	7	Passo De Torres, Penha, Aurora, Bela Vista Do Toldo, Benedito Novo, Corupá e Joinville
08	Ampliar a articulação do SUAS com as demais Políticas Públicas, buscando a garantir do direito dos cidadãos, e oferecer suporte e cofinanciamento para a execução do trabalho em rede	7	Chapadão Do Lageado, Santa Helena, Planalto Alegre, Ituporanga, Pinhalzinho, Jaguaruna, Leoberto Leal
09	Implementar estratégias de comunicação efetivas e transparentes sobre as ações e programas do SUAS no âmbito Federal, garantindo o acessos informações para os diferentes segmentos envolvidos.	6	Anchieta, Arabuta, Arvoredo, Cerro Negro, Guaramirim, Sangão, Xavantina
10	Criar protocolo de ação integrada entre as diferentes Políticas setoriais e de defesa de direitos, coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, família e combate à fome potencializando e articulando as ações promovendo assim a proteção integral dos direitos sociais dos indivíduos vulneráveis.	6	Anchieta, Água Doce, Angelina, Balneário Rincão, Paulo Lopes, Blumenau
11	Garantir condições dignas de atendimento aos usuários, viabilizando recursos financeiros para a construção de equipamentos da Assistência Social (Proteção Social Básica e Média complexidade).	5	Xaxim, Witmarsum, Saudades, São João Do Oeste, Santa Rosa De Lima
12	Garantir recursos ao município e estado para ampliação e capacitação de toda a rede de proteção de atendimento às violências, e profissionais do SUAS.	5	São João Do Itaperiú, Ponte Alta Do Norte, Anita Garibaldi, Biguaçu, Imbuia
13	Promover o CapacitaSUAS sistematicamente aos gestores, trabalhadores do SUAS, setores governamentais e não governamentais (entidades de assistência social) e conselheiros.	3	Abdon Batista, São Joaquim Rio Fortuna

14	Reduzir a idade mínima para 60 anos e renda per capita de ½ salário mínimo para ter acesso ao BPC e que o mesmo continue atrelado ao Salário Mínimo nacional buscando garantir a segurança de renda e melhor humanização no acesso aos benefícios eventuais e cumprimento na paridade e proporcionalidade.	2	Agrônômica, Antônio Carlos
15	Efetivar conforme a Lei 13.935/2019 a inclusão de assistente social e psicólogo nas escolas.	2	Pinheiro Preto, Jaraguá do Sul
16	Promover e garantir divulgação ampla em mídia nacional dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão, conforme preconiza a Lei Nº 8.742, DE 7 de Dezembro de 1993 no que se refere aos princípios da organização da Assistência Social.	2	Cocal Do Sul, Videira
17	Criação de benefícios eventuais específicos para pessoas em situação de vulnerabilidade e riscos, atingidos por situações de emergência e calamidade pública.	2	Bom Jesus Do Oeste, Salto Veloso
18	Fortalecer o movimento nacional em defesa do SUAS e das garantias constitucionais de autonomia dos CNAS no controle social da Política de Assistência Social.	2	Presidente Nereu, Princesa
19	Fortalecimento das entidades de assistência social, incentivando a articulação entre os segmentos que compõem o controle social, garantindo o financiamento e a ampliação das relações entre Conselhos de Assistência Social e entidades.	2	Xanxerê, Massaranduba
20	Encaixar doenças neurológicas crônicas e raras nos critérios para elegibilidade do BPC	1	Saltinho

Fonte: CEAS/SC, 2023.

EIXO 4 – SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS: Universalização do acesso e a integração das ofertas dos serviços e direitos no SUAS

Tabela 7 - Deliberações advindas dos municípios para o Estado, em ordem decrescente de frequência, Eixo 4

Nº	Deliberações	Total de municípios que deliberaram a proposta	Origem da proposta
----	--------------	--	--------------------

01	Criação de espaços de acolhimento para mulheres vítimas de violência.	52	Águas Mornas, Alto Bela Vista, Anchieta, Arabutã, Armazém, Balneário Piçarras, Barra Bonita, Barra Velha, Campos Novos, Cocal Do Sul, Concórdia, Coronel Freitas, Dona Emma, Guatambu, Içara, Indaial, Jaraguá Do Sul, Joinville, Laguna, Meleiro, Monte Castelo, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Nova Trento, Orleans, Palma Sola, Palmitos, Papanduva, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Porto Belo, Rio Do Campo, Salto Veloso, Santiago Do Sul, São Carlos, São João Do Sul, São Lourenço Do Oeste, Saudades, Sul Brasil, Tubarão, Palmitos, Planalto Alegre, Porto Belo, Rio Do Campo, Salto Veloso, Santiago Do Sul, São Carlos, São João Do Sul, São Lourenço Do Oeste, Saudades, Sul Brasil, Tubarão
02	Promover a realização de fóruns regionais por segmento da sociedade civil, a fim de fortalecer e qualificar o controle social no SUAS.	29	Caibi, Campo Erê, Criciúma, Formosa Do Sul, Guaraciaba, Ipumirim, Iraceminha, Jaborá, Paraíso, Peritiba, Ponte Serrada, Praia Grande, São José Do Cedro, Seara, Vargem Bonita, Bom Jesus, Faxinal Dos Guedes, Flor Do Sertão, Ipirá, Ipuacu, Major Gercino, Maravilha, Navegantes, Passos Maia, Piratuba, Presidente Castelo, Treviso, Ipuacu

03	Implementar a regionalização dos serviços de alta complexidade.	27	Abelardo Luz, Coronel Freitas, Entre Rios, Guatambu, Içara, Leoberto Leal, Orleans, Papanduva, Passo De Torres, Pedras Grandes, Planalto Alegre, Porto Belo, Pouso Redondo, Romelândia, Salto Veloso, Santa Rosa Do Sul, Santa Terezinha Do Progresso, Santiago Do Sul, São Domingos, São João Do Sul, São Miguel d'Oeste, Serra Alta, Siderópolis, Tangará, Treviso, Treze Tílias
04	Implantar a política pública que contemple o serviço de acolhimento de imigrantes.	27	Araranguá, Agronômica, São Cristóvão Do Sul, União Do Oeste, Vargem, Bombinhas, Pinheiro Preto, Xanxerê, Brunópolis, Campo Belo Do Sul, Ponte Alta Do Norte, Rio Das Antas, São João Batista, Forquilha, Santa Terezinha, Caxambu Do Sul, Celso Ramos, Papanduva, Curitibanos, Frei Rogério, Jardinópolis, Laguna, Macieira, Marema, São Bento Do Sul, Irani, Quilombo
05	Garantir cofinanciamento adequado às demandas e realidades de cada região e município.	23	Agronômica, Anitápolis, Apiúna, Balneário Barra Do Sul, Ermo, Içara, Jacinto Machado, Lontras, Maracajá, Maravilha, Matos Costa, Morro Da Fumaça, Morro Grande, Pouso Redondo, Rodeio, Salto Veloso, Santa Rosa Do Sul, Santo Amaro Da Imperatriz, São Domingos, São José Do Cedro, Timbé Do Sul, Treze Tílias, Coronel Martins

06	Oferecer, de forma contínua, a capacitação permanente para os trabalhadores do SUAS com suporte técnico e financeiro do Estado.	22	Abdon Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Águas De Chapecó, Araranguá, Blumenau, Chapecó, Herval d'Oeste, Imaruí, Imbituba, Iporã Do Oeste, Itajaí, Joinville, Palhoça, Riqueza, São Ludgero, Tijucas, Tunápolis, Vidal Ramos, Videira, Schroeder, Tunápolis
07	Implantar a vigilância socioassistencial e ofertar suporte técnico aos municípios.	21	Abelardo Luz, Formosa Do Sul, Galvão, Guaraciaba, Ibicaré, Imaruí, Imbituba, Imbuia, Ipuçu, Iraceminha, Lontras, Massaranduba, Monte Carlo, Paraíso, Peritiba, Piratuba, Ponte Serrada, Praia Grande, Rio Fortuna, Seara, Vargem Bonita
08	Garantir o repasse de 1% do orçamento para Assistência Social que seja fundo a fundo.	21	Presidente Nereu, Princesa, Ipumirim, Penha, Rio Do Oeste, Anitápolis, Bom Retiro, Calmon, Fraiburgo, Ituporanga, Joaçaba, Massaranduba, Nova Erechim, Otacílio Costa, Penha, Rio Do Oeste, Rio Fortuna, Rio Negrinho, Santa Cecília, Santa Terezinha Do Progresso, Tubarão
09	Criação do CRESS regional e de serviços de acolhimento.	14	Águas Mornas, Balneário Camboriú, Barra Bonita, Catanduvas, Concórdia, Dionísio Cerqueira, Dona Emma, Faxinal Dos Guedes, Frei Rogério, Içara, Iomerê, Irati, Itapema, Itapoá
10	Estruturar a rede socioassistencial de atendimento à mulher vítima de violência, idosos e pcd's, através da criação de instituições regionalizadas.	11	Água Doce, Arabutã, Barra Bonita, Coronel Freitas, Galvão, Guatambu, Joaçaba, Mirim Doce, Planalto

			Alegre, Santiago Do Sul, Jardinópolis
11	Garantir a construção de um novo CRAS e seu cofinanciamento.	10	Santo Amaro Da Imperatriz, Tigrinhos, Treze De Maio, Bom Retiro, Braço Do Norte, Caçador, Coronel Martins, Matos Costa, Rio Do Campo, Santa Rosa De Lima
12	Elaborar plano de contingência do SUAS para atenção às situações de calamidade e emergências.	8	Celso Ramos, Imaruí, Navegantes, Rancho Queimado, Timbó Grande, Trombudo Central, Tubarão, Zortéa.
13	Incentivar financeira e tecnicamente os municípios na implantação da política de segurança alimentar.	5	Balneário Gaivota, Forquilha, São Miguel Da Boa Vista, Sombrio, Urubici
14	Implantar atendimentos continuados para famílias rurais, com veículo adaptado, e equipe própria especializada, a ser adquirido por meio do repasse de verbas, visando a melhoria do atendimento a esse público específico.	5	Pescaria Brava, Santa Cecília, Campos Novos, Fraiburgo, Bocaina do Sul
15	Implantar o programa ACESSUAS.	4	Abelardo Luz, Brunópolis, Rio Das Antas, Atalanta
16	Ampliar o valor dos recursos financeiros repassados aos municípios, além de assegurar que o repasse seja de forma automática e regular entre os fundos.	4	Pinhalzinho, Abelardo Luz, Corupá, Penha

17	Promover cursos profissionalizantes com o objetivo de viabilizar o acesso ao emprego e a renda para o público prioritário da Assistência Social	3	Agronômica, Petrolândia Pinheiro Preto
18	Implantar serviço regionalizado para população em situação de rua, refugiados, imigrantes.	3	Tubarão, São Bento Do Sul, Garuva
19	Garantir equipes volantes em municípios de território amplo.	3	Coronel Martins, Aurora, Braço Do Norte.
20	Desenvolver serviços, programas e projetos no Estado através do PAIF, Segurança Alimentar, PAEFI entre outros a fim de garantir a superação das situações de vulnerabilidades e violências dos municípios.	2	Xaxim, São Miguel Da Boa Vista

FONTE: CEAS/SC, 2023.

Tabela 8 - Deliberações advindas dos municípios para a União, em ordem decrescente de frequência, Eixo 4

Nº	Deliberações	Total de municípios que deliberaram a proposta	Origem da proposta
-----------	---------------------	---	---------------------------

01	Garantir e ampliar os repasses de recursos para direcionar aos serviços, programas e projetos e que o Governo Federal cumpra os prazos estabelecidos.	30	Abdon Batista, Anitápolis, São Martinho, Tubarão, Bela Vista do Toldo, Paulo Lopes, Balneário Barra do Sul, Rio dos Cedros, Bom Retiro, Santa Rosa de Lima, Benedito Novo, Caçador, Calmon, Capivari de Baixo, Garuva, Irineópolis, Sangão, Itá, Presidente Nereu, Princesa, Rio do Oeste, Ituporanga, Otacílio Costa, Jupiá, Penha, Lontras, Pedras Grandes, Novo Horizonte, Taió
02	Desenvolver, ampliar e qualificar formulário integrado de cadastro único nos sistemas de informação eletrônicos das políticas públicas, consolidando dados com vistas a integrar os prontuários, otimizando e universalizando as informações.	29	Abdon Batista, Água Doce, Angelina, Palhoça, Palma Sola, Santa Cecília, São Carlos, São Pedro de Alcântara, Sombrio, Águas de Chapecó, Sul Brasil, São Carlos, Barra Velha, Rancho Queimado, Campo Alegre, Fraiburgo, Guatambu, Coronel Freitas, Iporã do Oeste, Alto da Bela Vista, Barra Velha, Joaçaba, Leoberto Leal, Maracajá, Monte Carlo, Nova Trento, São Bonifácio, Santo Amaro da Imperatriz, São Miguel da Boa Vista
03	Garantir a oferta de capacitação continuada para as equipes de referência do SUAS, retomada do CAPACITASUAS, para assegurar um atendimento qualificado que permita a garantia de direitos socioassistenciais.	29	Abdon, Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Salto Veloso, Ascurra, Bom Jardim da Serra, Botuverá, Dona Emma, Pescaria Brava, Guarajá do Sul, Riqueza, Irineópolis, Sangão, Herval D'Oeste, Ibirama, Imaruí, Imbituba, Irati, Tunápolis, Itapema, Bocaina do Sul, Santiago do Sul, São João do Oeste, Nova Veneza, Pescaria Brava, Rio do

			Campo, Mondaí, Guatambu, Vargem
04	Retomar e ampliar os programas de acesso ao mundo do trabalho, capacitação profissional e geração de renda às famílias beneficiárias dos programas, serviços e projetos a exemplo do PRONATEC/ACESSUAS	27	Araranguá, Agronômica, São Cristóvão do Sul, União do Oeste, Vargem, Bombinhas, Pinheiro Preto, Xanxerê, Brunópolis, Campo Belo do Sul, Ponte Alta do Norte, Rio das Antas, São João Batista, Forquilha, Santa Terezinha, Caxambu do Sul, Celso Ramos, Papanduva, Curitiba, Frei Rogério, Jardinópolis, Laguna, Macieira, Marema, São Bento do Sul, Irani, Quilombo
05	Ampliar e garantir oferta de serviços da Política de Assistência Social e serviços de acolhimento para pessoas idosas, mulheres, crianças, deficientes (Família Acolhedora), imigrantes, refugiados, pessoas em situação de rua e pessoas em situação de violência, utilizando-se dos marcadores sociais.	24	Águas Mornas, São Cristóvão do Sul, Xaxim, Anchieta, Araranguá, Cordilheira Alta, Criciúma, Cunha Porã, Dionísio Cerqueira, Nova Erechim, Nova Erechim, Apiúna, Faxinal dos Guedes, Palmitos, Pinhalzinho, Gaspar, Salto Veloso, Ibicaré, Porto Belo, Irani, Quilombo, Jaguaruna, Nova Erechim, Apiúna

06	Revisar e atualizar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e NOB RH/SUAS para ampliação de recursos humanos por equipamento considerando número de atendimentos ou extensão territorial e demais aspectos.	22	Apiúna, Armazém, São João do Sul, Balneário Rincão, Balneário Arroio Silva, Alto da Bela Vista, Planalto Alto, Arabuta, São Francisco do Sul, Campos Novos, Ermo, Pouso Redondo, Chapadão do Lageado, Correia Pinto, Cerro Negro, Imbituba, Itajaí, Jacinto Machado, Joinville, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Morro Grande
07	Expansão e ampliação do cofinanciamento para os serviços ofertados na área de assistência social a todos municípios que necessitam de atendimento aos usuários de média e alta complexidade SUAS.	18	Alto da Bela Vista, Passo de Torres, Petrolândia, Planalto Alto, Pomerode, São Domingos, Saudades, Treze Tílias, Videira, Arvoredo, Arabutã, Coronel Martins, Descanso, Entre Rios, Ouro Verde, Galvão, Içara, Ipumirim
08	Revisar e Atualizar os formulários e sistemas da Rede SUAS, Cadastro Único, Bolsa Família e do Ministério da Cidadania: SISC, RMA, SAA, SUAS-WEB, MDS, e CadSUAS, incluindo dados cadastrais como raça, gênero, deficiências ocultas, território, diversidade sexual, entre outros; (marcadores), melhorando a comunicação dos canais visando não prejudicar usuários e os municípios.	12	Araquari, Balneário Gaivota, Canoinhas, Iomerê, Mirim Doce, Jaraguá do Sul, Vidal Ramos, Videira, Alfredo Wagner, Santa Helena Cunhataí
09	Facilitar o acesso ao requerimento do BPC com atendimento presencial. Alteração do critério de renda para meio salário mínimo per capita, diminuição da idade mínima para 60 anos, bem como manter as avaliações sociais pela assistente social do INSS, quando ultrapassar os critérios de renda.	12	Atalanta, Agronômica, Romelândia, Urubici, Brusque, Balneário Arroio Silva, Capinzal, Balneário Arroio Silva, Cocal do Sul, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Peritiba

10	Implantar e ampliar políticas de segurança alimentar e nutricional, como o PAA, a fim de efetivar o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como trazer alternativas para fortalecer a agricultura familiar neste processo.	11	Anchieta, Pescaria Brava, São João do Itaperiú, Braço do Norte, Araranguá, Concórdia, Imaruí, Jardinópolis, Joinville, Navegantes, Zortéa
11	Viabilizar recursos financeiros para a ampliação e novas construções das unidades públicas de Assistência Social (CRAS, CREAS) bem como para a manutenção dos Serviços ofertados e garantir financiamento federal aos municípios que ainda não possuem CREAS.	9	Aurora, Tubarão, Orleans, Urupema, Barra Bonita, Praia Grande, Corupá, Jaborá, Urussanga
12	Universalizar os serviços e unidades da Proteção Social Especial, com garantia de ofertas municipais.	8	Flor do Sertão, Piratuba, Seara, Formosa do Sul, Guaraciaba, Iraceminha, Paraíso, Major Gercino
13	Conhecer a realidade dos municípios de pequeno e médio porte para pensar em políticas diferenciadas.	7	Anita Garibaldi, Gravatal, Maravilha, Massaranduba, Catanduvas, Nova Itaberaba, Saudades
14	Implantar vigilância socioassistencial e avaliar a oferta de serviços socioassistenciais de acordo com as necessidades de seus usuários.	6	Bom Jesus do Oeste, Passos Maia, Ponte Alta, Presidente Castelo Branco, Rio Fortuna, Vargem Bonita
15	Ampliar as equipes volantes no território com alto índice de pobreza, população idosa e de desproteção social, incluindo áreas de fronteira e territórios de povos e comunidades tradicionais	4	Campo Erê, Ponte Serrada, Ipuçu e São José do Cedro
16	Aumentar o quantitativo por meio de regulamentação Federal, equipe específica para o poder judiciário (assistente social e psicólogo) evitando a sobrecarga de trabalho das equipes dos CRAS.	4	Maracajá, Presidente Getúlio, Ouro, Ouro Verde
17	Abrir e garantir a pactuação para serviços já existentes, como CDI e PETI e implantação de novos, como a casa de passagem e CRAS itinerante.	3	Lages, Vargem, Joinville

18	Aplicar recursos financeiros para implantação e manutenção dos serviços, programas e projetos da Assistência Social.	2	Antônio Carlos, Taió
19	Integrar ações do SUAS à Política Nacional de Habitação e à Política do Idoso.	2	Araranguá, Navegantes
20	Criar serviços específicos dentro da assistência social para o público LGBTQIAPN+.	1	Araquari

FONTE: CEAS/SC, 2023

EIXO 5 – BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

Tabela 9 - Deliberações advindas dos municípios para o Estado, em ordem decrescente de frequência, Eixo 5

Nº	Redação da Proposta de deliberação	Total de municípios que deliberaram a proposta	Origem da proposta
01	Desenvolver um programa estadual de formação e qualificação profissional para adolescentes e jovens beneficiários de programas de transferência de renda para inserção no mercado de trabalho (como o modelo Novos Caminhos), capacitando também os demais beneficiários do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), com a criação e financiamento de Programa de profissionalização e economia solidária voltado a este público.	56	Abelardo Luz, Água Doce, Arabutã, Araquari, Bocaina do Sul, Bom Retiro, Bom Jesus, Caibi, Campo Belo do Sul, Campo Erê, Celso Ramos, Chapecó, Concórdia, Coronel Freitas, Cunha Porã, Cunhataí, Dionísio Cerqueira, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Guaraciaba, Guatambu, Ipira, Ipuacu, Iomerê, Irani, Irati, Jaborá, Macieira, Major Gercino, Marema, Monte Castelo, Monte Carlo, Novo Horizonte, Paraíso, Passo de Torres, Passos Maia, Peritiba, Piratuba,

			Ponte Alta do Norte, Ponte Serrada, Praia Grande, Presidente Castello, Rio do Campo, Santa Helena, Santiago do Sul, São Carlos, São João do Oeste, São José do Cedro, Seara, Serra Alta, Sul Brasil, Tangará, União do Oeste, Vargem Bonita, Xavantina, Xanxerê
02	Ampliar os recursos financeiros voltados para o Benefício Eventual, de maneira regular e automática.	54	Abdon Batista, Abelardo Luz, Anchieta, Agrolândia, Angelina, Antônio Carlos, Apiúna, Araranguá, Balneário Gaivota, Barra Bonita, Camboriú, Campos Novos, Canoinhas, Capão Alto, Capivari de Baixo, Caxambu do Sul, Entre Rios, Galvão, Gaspar, Governador Celso Ramos, Guarujá do Sul, Içara, Ibituba, Ipumirim, Itajaí, Itapema, Itapiranga, Jaraguá do Sul, Laguna, Matos Costa, Mirim Doce, Ouro Verde, Palhoça, Palmeira, Paulo Lopes, Petrolândia, Ponte Alta, Porto Belo, Presidente Nereu, Princesa, Rio do Sul, Saleté, Santa Rosa de Lima, São Cristóvão do Sul, São João do Itaperiú, São José do Cerrito, Taió, Timbé do sul, Tijucas, Turvo, Urupema, Xaxim, Zortéa
03	Construir um Plano de Educação Permanente para o conjunto de trabalhadores do SUAS sobre o Cadastro Único, PBF e regulamentação de PBF para os municípios.	22	Águas Frias, Anita Garibaldi, Bom Jardim da Serra, Blumenau, Cocal do Sul, Guabiruba, Ilhota, Massaranduba, Palmitos, Planalto Alegre, Sangão, São José, São Ludgero, São Martinho, São Pedro de Alcântara, Saudades,

			Sombrio, Treze de Maio, Tubarão, Vargeão, Ilhota, Witmarsum
04	Ampliar e garantir o suporte técnico do Estado para as equipes dos trabalhadores do SUAS em relação aos benefícios estaduais com informações unificadas em relação às atualizações e mudanças das legislações vigentes.	19	Agronômica, Atalanta, Alfredo Wagner, Araquari, Benedito Novo, Correia Pinto, Garopaba, Ilhota, Imbuia, Itaiópolis, Maravilha, Nova Erechim, Nova Veneza, Porto União, Rancho Queimado, São Joaquim, São Miguel da Boa Vista, Três Barras
05	Garantir e ampliar o cofinanciamento estadual de repasse regular de recursos para o SUAS do Município para que os mesmos possam desenvolver seus projetos sociais, conforme sua necessidade específica, uma vez que os atuais valores são insuficientes para manter e/ou ampliar as condições materiais e o quadro pessoal mínimo conforme NOB- RH/SUAS.	16	Anchieta, Ascurra, Aurora, Balneário Arroio do Silva, Dona Emma, Curitibanos, Indaial, Iporã do Oeste, Jupiá, Lontras, Maracajá, Pinhalzinho, Presidente Getúlio, Rio Fortuna, Romelândia, Santo Amaro da Imperatriz
06	Criar programa de transferência de renda em complementação ao PBF e/ou BPC, sob responsabilidade do Estado, atentando para grupos especiais, idosos e pessoas com deficiência.	15	Alto Bela Vista, Armazem, Balneário Rincão, Bandeirante, Brusque, Cerro Negro, Criciúma, Florianópolis, Guaraciaba, Herval d'Oeste, Meleiro, Pomerode, São João do Sul, Treviso, Tubarão
07	Oportunizar o cofinanciamento a todos os municípios que necessitam de atendimento aos usuários de média e alta complexidade do SUAS (acolhimento à criança e adolescente, casa de acolhimento regional a mulher vítima de violência, ILPIs, instituição de longa permanência para beneficiários em situação de risco social, casa de passagem e outras situações necessárias.	11	Anita Garibaldi, Bom Jesus do Oeste, Botuverá, Brunópolis, Coronel Martins, Itapiranga, Ituporanga, Jaguaruna, Joaçaba, Lajeado Grande, Santa Terezinha do Progresso
08	Divulgar de forma mais ampla as informações sobre benefícios e programas para os municípios, a fim de melhorar a orientação para os usuários, por meio de materiais instrucionais, palestras, reuniões de rede, panfletos e divulgação em geral.	9	Abelardo Luz, Arvoredo, José Boiteux, Nova Erechim, Nova Biguaçu, Trento, Pescaria Brava, Vidal Ramos, Grão Pará
09	Ampliar e garantir a continuação do Programa	9	Balneário Piçarras,

	Bolsa Estudante, priorizando municípios de pequeno porte, que não possuem a oferta de vagas de emprego para jovem aprendiz.		Caçador, Gravatal, Ibirama, Irineópolis, Joaçaba, Laurentino, Nova Itaberaba, Rio Negrinho
10	Normatizar e ampliar a atuação do SUAS frente a diferentes contextos de emergência, aprimorando os arranjos institucionais, orientações e apoios técnicos aos municípios, visando à qualificação das ofertas do SUAS no contexto de emergências/calamidades.	8	Águas Frias, Corupá, Forquilha, Nova Erechim, Quilombo, Schroeder, Treze Tílias, Vargem
11	Implantar programa de segurança alimentar, garantindo o repasse de recursos para implantação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.	7	Abelardo Luz, Campo Alegre, Garuva, Guabiruba, Erval Velho, Leoberto Leal, Papanduva
12	Garantir maior interlocução com o FEAS, a fim de estabelecer demandas reais para os serviços de acolhimento bem como de transferência de renda a fim de receber o cofinanciamento real para o serviço e o benefício.	6	Catanduvas, Mondai, Pinhalzinho, Riqueza, São Francisco do Sul, Tunápolis
13	Possibilitar pactuação de recursos com valores fixos e repasse fundo a fundo. Estipular o percentual fixo de repasse financeiro destinado à Assistência Social, com o envio de recursos dentro do primeiro semestre.	6	Anitápolis, Chapadão do Lageado, Jaraguá do Sul, Penha, Rio do Oeste, Rodeio
14	Articular com o município estratégias para buscar ações de habitação para atender a população de baixa renda com déficit habitacional, garantindo que os beneficiários do PBF e BPC sejam prioridades.	5	Anchieta, Santa Cecília, Timbó Grande, Fraiburgo, Frei Rogério
15	Implementar Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Programas de Transferência de Renda e fortalecimento da intersetorialidade para o acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF e do BPC no Sistema Único de Assistência Social.	5	Arroio Trinta, Joinville, Lindóia do Sul, Mafra, Palma Sola
16	Alocar a pensão especial para Secretaria de Assistência Social, e utilizar o Cadastro Único para atualização e provisão do benefício (pensão especial).	5	Ermo, Jacinto Machado, Pouso Redondo, Santa Rosa do Sul, Vidal Ramos
17	Produzir diagnósticos anualmente a partir da sistematização, análise e disseminação de informações dos municípios de forma a subsidiar a organização das ações para o aumento das proteções sociais, contemplando as situações de vulnerabilidades e riscos dos territórios, que incidem sobre as famílias quanto na proteção social especial e nos benefícios; ao tipo, ao volume	4	Maracajá, Rio do Campo, Santa Terezinha, Vidal Ramos

	e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.		
18	Implantar programa de distribuição de leite aos moldes do PAA em parceria com outras secretarias.	3	Cordilheira Alta, Lebon Régis, São Bento do Sul
19	Ampliar e garantir o orçamento destinado ao SUAS visando incluir as demandas da população imigrante.	3	Itá, Orleans, São Miguel do Oeste
20	Manter o acesso ao Cadastro Único através dos equipamentos físicos da Assistência Social do Município, garantindo o direito do usuário, investindo na construção de espaço aos municípios e de equipamentos aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	2	Lacerdópolis, Tigrinhos

Fonte: CEAS/SC, 2023.

Tabela 10 - Deliberações advindas dos municípios para a União, em ordem decrescente de frequência, Eixo 5

Nº	Deliberações	Total de Municípios que deliberaram a proposta	Municípios
01	Manter o BPC conforme prevê a redação original do Artigo 203 da Constituição Federal, reduzindo para 60 anos a idade de acesso para BPC Idoso, aumentando o critério de renda per capita para meio salário mínimo (tanto BPC Idoso quanto BPC PcD). Priorizar o atendimento presencial nas agências do INSS, mantendo o analista técnico com formação em Serviço Social no quadro do INSS.	68	Balneário Arroio Do Silva, Balneário Rincão, Caibi, Calmon, Campo Erê, Capão Alto, Chapecó, Cocal Do Sul, Flor Do Sertão, Formosa Do Sul, Garopaba, Guaraciaba, Ipuacu, Iraceminha, Jaguaruna, Lauro Muller, Lindóia Do Sul, Luiz Alves, Mafra, Morro Da Fumaça, Morro Grande, Paraíso, Passos Maia, Petrolândia, Presidente Getúlio Piratuba, Ponte Alta, Ponte Serrada, Porto Belo, Pouso Redondo, Praia Grande, Presidente Castello Branco, São José, São Ludgero, São Pedro De Alcântara, Siderópolis, Tigrinhos, Tijucas, Treviso, Urupema, Vargem Bonita, Xaxim,

			Abdon Batista, Abelardo Luz, Antonio Carlos, Caxambu Do Sul, Coronel Martins, Cricúma, Forquilha, Indaial, Tubarão, Timbó, São Martinho, Grão Pará, Nova Erechim, Pinhalzinho, Romelândia, São João Do Sul, São Miguel Do Oeste, Saudades, Irani, Jardinópolis, Palma Sola, Palmeira, Guarujá Do Sul, Içara, Orleans
02	Alterar a Lei 8.742/1993, estabelecendo como critério de renda per capita de 0,5 salário mínimo e promover a articulação entre INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e os CRAS para operacionalização do BPC.	52	Monte Castelo Nova Erechim, Marema, Massaranduba, Nova Erechim, Otacílio Costa, Fraiburgo, Imbituba, Iomerê, Ituporanga, Zortéa, Videira, Araquari, Cunhataí, Dionísio Cerqueira, Irineópolis, Itapema, Laurentino, Macieira, Maracajá, Mondaí, Nova Erechim, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, Riqueza, Romelândia, Sangão, São Bento Do Sul, São Carlos, São João Do Itaperiú, Sul Brasil, Turvo, Águas Frias, Anchieta, Antônio Carlos, Balneário Barra Do Sul, Balneário Piçarras, Santa Helena, Pomerode, Coronel Freitas, Ipumirim, Irani, Jardinópolis, Joinville, Maracajá, Palma Sola, Lajeado Grande
03	Alterar o teto para acesso ao BPC para meio salário-mínimo, e que os usuários de uma mesma família com deficiência tenham acesso desconsiderando o BPC do mesmo membro da família para a composição da renda per capita.	34	Agronômica, Benedito Novo, Caçador, Catanduvas, Governador Celso Ramos, Imbuia, Tunápolis, Angelina, Campo Alegre, Campos Novos, Itá, Mondaí, Rio Dos Cedros, Riqueza, Santiago Do Sul, São Bernardino, Barra Bonita, Vidal Ramos,

			Chapadão Do Lageado, Irani, Joinville, Maracajá, Palmitos, Itapiranga, Mondaí, Urussanga, Sombrio, Ponte Alta Do Norte, Chapadão Do Lageado, Maracajá, Palmitos, Tubarão
04	Criar e financiar Programa de profissionalização e de economia solidária voltado ao público beneficiário do PBF, BPC e Benefícios Eventuais.	33	Salto Veloso, Salete, São Miguel Da Boa Vista, Seara, Tubarão, Abelardo Luz, Águas Frias, Xavantina, Rio Do Campo, Peritiba, Bom Jesus, Camboriú, Campo Belo Do Sul, Cordilheira Alta, Cunha Porã, Ibirama, Jaborá, Laguna, Major Gercino, Maracajá, Nova Itaberaba, Ouro Verde, Arabutã, Rancho Queimado, Luzerna, Herval D' oeste, Bom Retiro, Iporã Do Oeste, Agronômica, Entre Rios
05	Proporcionar a reestruturação do INSS	30	Ituporanga, Joaçaba, Luzerna, Matos Costa, Rio Das Antas, Santa Cecília, São Carlos, São João Do Itaperiú, Tangará, Agrolândia, Anchieta, Apiúna, Balneário Gaivota, Videira, Ponte Alta Do Norte, Biguaçu, Brunópolis, Brusque, Capinzal, Celso Ramos, Balneário Barra Do Sul, Chapadão Do Lageado, Concórdia, Correia Pinto, Corupá, Erval Velho, Frei Rogério, Imaruí, Ipumirim, Blumenau, Braço Do Norte, Ibicaré
06	Garantir e ampliar recursos para os programas nacionais de benefícios e transferências de renda, avaliando a necessidade de criar novos programas e/ou fortalecer e/ou recuperar os antigos (Ex. Política Nacional de Segurança Alimentar).	20	Ascurra, Meleiro, Três Barras, Treze De Maio, Turvo, União Do Oeste, Anchieta, Araranguá, Xanxere, São Francisco Do Sul, Saltinho, Rio Do

			Campo, Quilombo, Armazém, Vargem, Jacinto Machado, Arroio Trinta, Rodeio, Santa Rosa Do Sul, Paulo Lopes
07	Ampliar os recursos financeiros voltados para o Benefício Eventual.	12	Abdon Batista, Capão Alto, Lontras, Rio Fortuna, Taió, Joinville Canoinhas, São Domingos, Schroeder, Treze Tílias, Joaçaba
08	Garantir a fila zero do programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada - BPC, bem como, a revisão de todos os critérios de renda: do acesso ao benefício até a contabilização das despesas do público para poder acessar o benefício.	8	São Joaquim, Ermo, Gaspar, Jaraguá Do Sul, Nova Trento, Itajaí, Lacerdópolis, Ponte Alta Do Norte
09	Universalizar o BPC para as famílias que tenham renda per capita de até um salário mínimo e estabelecer o percentual mínimo, de repasse aos municípios, para os benefícios eventuais.	4	Rio Do Sul, Mirim Doce, Dona Emma, Novo Horizonte
10	Oportunizar que os repasses aos municípios sejam enviados ao governo dentro dos prazos estabelecidos com intuito de garantir a eficácia da realização da Política de Assistência Social	4	Anchieta, Vargeão, São José Do Cerrito, São Lourenço Do Oeste
11	Retomar a política de segurança alimentar, para integração com a Política de Assistência Social	4	Santo Amaro Da Imperatriz, Bom Jardim Da Serra, Guabiruba, Leoberto Leal
12	Atualizar o Sistema do Cadastro Único e divulgar periodicamente as informações.	3	Presidente Nereu, Princesa, Maracajá
13	Alterar os critérios de acesso ao Programa Bolsa Família e BPC, contribuindo para potencializar o acesso e permanência nos programas de transferência de renda, proporcionando ao BPC os 25% para quem necessita de cuidador.	3	Água Doce, Alto Bela Vista, Arvoredo
14	Impor condicionalidade de participação nos programas do SUAS para beneficiários do Bolsa Família; Aumentar a renda per capita do Bolsa Família.	3	Ouro Verde, Passo De Torres, Irati
15	Implantar instituições de longa permanência regionais para pessoas com deficiência em situação de risco social.	2	Santa Terezinha Do Progresso, Bom Jesus Do Oeste

16	Garantir o repasse financeiro para a continuidade dos Serviços, Programas e Projetos da Assistência Social nos casos de calamidade pública e emergências.	2	Timbé Do Sul, Barra Velha,
17	Mobilizar a aprovação da PEC 383/2017	1	Santa Terezinha
18	Criar projeto para implantação de casa de acolhimento para idosos “creches” nos pequenos municípios visto que a demanda de idosos é crescente.	1	Witmarsum
19	Propiciar campanhas sobre respeito e inclusão das diversidades	1	Trombudo Central
20	Manter o acesso ao Cadastro único através dos equipamentos físicos da Assistência Social do Município, garantindo o direito do usuário.	1	Lacerdópolis

Fonte: CEAS/SC, 2023.

3. CONFERÊNCIA

3.1. Dados Gerais

1	Código IBGE	42
2	Identificação da Conferência	14ª Conferência Estadual de Assistência Social
3	Formato da Conferência (virtual ou presencial ou híbrida)	Presencial
4	Data de Início	06/11/2023
5	Data de Término	08/11/2023
6	Total de Horas de realização	22 horas
7	Local de realização (se presencial)	Hotel Oceania - Park Hotel e Convention Center
8	Número total de participantes	501
9	Número de Delegados(as)	409
10	Número de Convidados(as)	92

3.2. Quantitativo de municípios que realizaram Conferências Municipais no Estado

No Estado de Santa Catarina, dos 295 municípios, 293 realizaram suas Conferências Municipais. Apenas os municípios de Doutor Pedrinho e Braço do Trombudo não conseguiram realizar as Conferências Municipais.

		Quantitativo
01	Nº de municípios no Estado	295
02	Nº de municípios no Estado que realizaram a Conferência	293
03	Total de participantes nas Conferências Municipais no Estado	Aproximadamente 8.000

3.3. Quantitativo de delegados da Conferência Estadual de Assistência Social por categoria e representação:

	Sociedade Civil			Governamentais
	Usuários	Trabalhadores	Entidades	
Total	159	94	33	123

3.4. Quantitativo de pessoas envolvidas com a organização e a realização da Conferência Estadual de Assistência Social:

Quantitativo	Caracterização
16	Conselho (conselheiros e profissionais vinculados ao Conselho)
10	Órgão gestor da Assistência Social (gestor e profissionais vinculados ao órgão gestor)
10	Prestadores de serviço (empresas, profissionais contratados)

	especificamente para esta finalidade)
4	Sociedade civil (associações, clubes, ong's, oscip's, etc)
0	Outros (especificar)

3.5. Programação



Programação da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social	
De 26 a 30 de outubro	Disponibilização da Minuta de Regimento Interno da Conferência para sugestões e contribuições
06 de novembro	<p>13h30m - Credenciamento 14:00h - Apreciação e aprovação do Regimento Interno 15h00m - Mesa de Abertura Apresentação do vídeo do Ministro do Desenvolvimento Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Governador do Estado de Santa Catarina • Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS • Secretária de Estado de Assistência Social, Mulher e Família – SAS • Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC • Representante dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS do CEAS • Representante dos(as) Usuários(as) do SUAS do CEAS • Representante das Entidades de Assistência Social do CEAS <p>16h30m- Apresentação do Diagnóstico do estágio de implementação do SUAS de Santa Catarina 17h15m - Apresentação do CEAS 18:00h - Encerramento</p>
07 de novembro	<p>08h30m – Início dos trabalhos em grupo – 5 Eixos 11h30 – Almoço 12h30 – Reunião dos 03 segmentos da Sociedade Civil e Governamentais 14h – Retorno aos trabalhos em grupo 17h – Início da votação das moções 18h – Término</p>
08 de novembro	<p>8h30m – Escolha dos(as) delegados(as) que representarão Santa Catarina na Conferência Nacional, de acordo com Regimento Interno da Conferência – divisão em 4 grupos 10h – Início da votação das Deliberações por Eixo Eixo 01 Eixo 02 11h30m – Almoço 13h – Eixo 03 Eixo 04 Eixo 05 15h – Cerimônia de Encerramento 14ª Conferência Nacional de Assistência Social – Homologação dos(as) delegados(as) pra Conferência Nacional</p>

Fonte: CEAS/SC, 2023.

3.6. Mesa de Abertura da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social

Às 14h57min do dia 06 de novembro de 2023, teve início o primeiro dia da Conferência Estadual de Assistência Social. O evento foi inaugurado com as palavras da Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, Sra. Gabriella Dornelles, e do Vice-Presidente Sr. Sidnei Pavesi, os quais iniciaram a leitura e, posteriormente, a votação do Regimento Interno.

A Presidente Sra. Gabriella Dornelles procedeu à sua apresentação para possibilitar a identificação por parte dos deficientes visuais, ao mesmo tempo que compartilhou alguns comunicados pertinentes ao evento. Além disso, alertou que somente os delegados eleitos teriam permissão para participar da votação. Em esclarecimento adicional, destacou que será concedido um período de dois (2) minutos para manifestações caso haja interesse em contribuir sobre o regimento. A palavra foi então cedida ao Vice-Presidente, Sr. Sidnei Pavesi, o qual enfatizou que o Regimento já havia sido aprovado pela comissão, mas que estava aberto para deliberação.

Dando continuidade ao evento, foi realizada a leitura do Regimento e em seguida aberta à deliberação e sanadas algumas dúvidas dos presentes sobre o processo de votação. Assim, foi realizada a votação e aprovação do Regimento Interno, com a inclusão dos parágrafos únicos aos Artigos 24 e 39 do referido regimento.

Em seguida, procedeu-se oficialmente à abertura do evento, sendo convocados para compor a mesa a Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS, Sra. Maria Helena Zimmermann – representando o Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. Jorginho dos Santos Mello; a Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, Sra. Gabriella Dornelles; a Diretora do Departamento de Gestão do SUAS do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Sra. Clara Carolina de Sá; a Representante do Conselho Nacional de Assistência Social - Conselheira Sra. Norma Suely de Souza Carvalho; a Representante das entidades de Assistência Social de Santa Catarina - Sra. Lisiane Bueno da Rosa; o Representante dos Usuários do SUAS - Conselheiro Sr. Alexandre Deucher; a Representante dos Trabalhadores do SUAS - Conselheira Sra. Maristela Vieira e Sr. Daniel Paz, representante dos usuários do SUAS.

A cerimonialista expôs a história da Conferência, seguida pela exibição de um vídeo com saudação do Ministro de Estado da Assistência Social, Sr. Wellington Dias. Neste vídeo, o Sr. Ministro parabenizou o evento e expressou sua satisfação pela realização da Conferência, que tem como objetivo fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ele agradeceu aos delegados pela presença e pelo comprometimento demonstrado em seus trabalhos, estendendo os agradecimentos às autoridades presentes. Além disso, reiterou seu compromisso com a Assistência Social de maneira democrática. Em seguida, foi reproduzido o vídeo do Secretário da Assistência Social Nacional, Sr. André Quintão, que reconheceu o esforço de todos os envolvidos na realização da Conferência. Sr. André Quintão enfatizou a importância da atualização do SUAS para erradicar a fome no país, garantindo dignidade aos brasileiros, e destacou as medidas em andamento para a reconstrução do SUAS. Por fim, desejou uma excelente Conferência a todos e convidou os presentes para a Conferência Nacional.

Em seguida, foi concedida a palavra à Representante dos Trabalhadores, Sra. Maristela Vieira. Em seu discurso, iniciou cumprimentando as autoridades e demais presentes. Destacou seu compromisso com a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, representando-os nesta Conferência com o propósito de reivindicar seus direitos, projetos e planos. Ressaltou a importância de concretizar esses ideais com determinação e disposição, visando levá-los ao âmbito nacional. Além disso, abordou as dificuldades enfrentadas para concretizar algo tão grandioso como a presente Conferência. Finalizando, fez um apelo a todos os presentes, instigando-os a não aceitarem a perda de direitos, mas sim a buscarem incansavelmente, lutando de forma constante e eficaz.

Em seguida, o Sr. Daniel Paz dos Santos, representante dos Usuários(as) do SUAS, foi chamado para se manifestar. Iniciou sua fala defendendo os menos favorecidos, como os usuários de drogas e outros grupos vulneráveis. Declarou repúdio às abordagens violentas realizadas por policiais militares e cidadãos em geral. Defendeu a efetivação de políticas públicas eficazes, buscando garantir sua implementação, e solicitou um olhar atento e humanizado para as pessoas que vivem em comunidades e em situação de rua. Ao compartilhar sua própria história, expressou compreensão em relação à vulnerabilidade e às necessidades das classes mencionadas.

Posteriormente, a cerimonialista cedeu a palavra à Representante das Entidades de Assistência Social, a Sra. Lisiane Bueno da Rosa, que expressou cumprimentos às

autoridades e a todos os presentes. Discorreu sobre a importância das entidades para a manutenção e existência do SUAS, mencionando o Artigo 3º da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Defendeu a necessidade de um trabalho realizado com qualidade e humanização. Convidou a todos para celebrar o trabalho já realizado pelo SUAS e destacou elementos fundamentais para o avanço do SUAS: garantia de recursos, gestão pública responsável, conselho mais estruturado, usuários engajados com espaço para serem ouvidos, e estabelecimento de parcerias e confiança entre os envolvidos. Concluiu afirmando que todos que estavam na Conferência devem, podem e possuem direitos de estarem neste local e representar.

A seguir, a Conselheira Sra. Norma Suely de Souza Carvalho foi convidada a apresentar seus cumprimentos. Iniciou falando da honra de contar com a presença do Conselho Nacional nesta Conferência Estadual. Destacou a essencialidade da realização da Conferência e reconheceu o esforço de cada participante, considerando o trabalho intenso e dedicado realizado nos últimos tempos, especialmente diante dos desafios impostos pelas fortes chuvas no Estado. Enfatizou que a Conferência é o espaço legítimo para discutir e compartilhar ideias, projetos e metas em relação ao SUAS, direcionando suas considerações a todas as entidades e usuários. Mencionou a necessidade de uma evolução significativa do SUAS para atender seu propósito.

Continuando, deu início à sua fala a Diretora do Departamento de Gestão do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Sra. Clara Carolina de Sá. Cumprimentou todas as autoridades presentes e abordou a oportunidade proporcionada pela Conferência para debater, discutir e projetar planos e ações voltados para o desenvolvimento da Assistência Social. Em resposta à intervenção do Sr. Daniel, representante dos Usuários do SUAS, informou que a pauta das pessoas em situação de rua está sendo discutida e trabalhada para assegurar os direitos dessa população.

A diretora destacou a importância crucial da Assistência Social em épocas de desastre, referindo-se aos eventos recentes de enchentes no Estado. Salientou também a relevância de discutir questões climáticas para prevenir e saber como agir em situações semelhantes, buscando os melhores caminhos para proporcionar segurança à população.

No âmbito do Governo Federal, enfatizou as iniciativas em projetos sociais, abordou a importância de recursos garantidos para o Cadastro Único, o aumento do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), e a importância do Programa Bolsa Família. Expressou a

necessidade de objetividade nas principais agendas do SUAS para a Conferência Nacional a ser realizada no início de dezembro. Encerrou sua intervenção mencionando o provérbio Sul Africano: "somos o que somos graças aos outros".

Posteriormente, a palavra foi passada à Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, Sra. Gabriella Dornelles. Ela iniciou expressando sua honra pela realização do evento, destacando as dificuldades enfrentadas e ressaltando que os desafios foram superados, pois a organização não considerou a possibilidade de desistir. A Presidente declarou a relevância da Conferência, lembrando as adversidades enfrentadas pelos trabalhadores do SUAS durante a pandemia e a falta de reconhecimento.

A Sra. Gabriella Dornelles argumentou sobre a necessidade de financiamento, controle social, programas e projetos que visem atender toda a população pelo SUAS. Finalizou sua intervenção destacando a defesa das prerrogativas fundamentais para o fortalecimento do sistema.

Em seguida, a Secretária de Estado, Mulher e Família, Sra. Maria Helena Zimmermann, foi concedida a palavra. Durante sua intervenção, a Secretária convidou os representantes da Assistência Social do Estado a subirem ao palco, parabenizando os trabalhadores dos municípios e todos os profissionais do SUAS pelo dedicado trabalho realizado durante as enchentes que afetaram o Estado. Ela fez menção aos ministros e autoridades envolvidos no apoio à população afetada, destacou o crime contra um morador de rua em Itajaí, informando que o Governador buscará a verdade e justiça para proteger essa população vulnerável.

A Secretária de Estado, Mulher e Família, Sra. Maria Helena Zimmermann, reiterou seus agradecimentos a todos que compuseram o palco, expressou gratidão pela realização da Conferência e parabenizou a todos os presentes pela condução do evento. Após a fala da Secretária, a Presidente, Sra. Gabriella Dornelles, declarou oficialmente aberta a 14ª Conferência Estadual de Santa Catarina.

3.7. Regimento Interno

A votação do Regimento Interno teve início no primeiro dia da Conferência, concedendo oportunidade aos presentes para contribuir. Durante a votação, o Sr. Vladimir Marcos Candido, delegado de Joinville, solicitou a palavra por uma questão de ordem. Ele

questionou a quantidade de delegados presentes e aptos para votar. Inicialmente, o questionamento foi respondido pelo Vice-Presidente do CEAS/SC, Sr. Sidnei Pavesi, que informou que a presença dos delegados ainda não havia sido contabilizada, uma vez que estes poderiam chegar durante todo o evento. Ele assegurou que os dados seriam posteriormente repassados a todos os presentes. No entanto, os participantes solicitaram obter essa informação antes da votação.

Diante disso, a Presidente Sra. Gabriella Dornelles informou que essa verificação demoraria aproximadamente 15 minutos, sugerindo o adiamento da votação. Alguns presentes sugeriram que todos os delegados se manifestassem em votação para obter os dados mencionados. Outra sugestão foi que a leitura do regimento fosse continuada e a votação fosse realizada ao final, ou que aqueles que não fossem delegados se manifestassem na plenária.

Considerando que os primeiros textos do Regimento Interno já haviam sido deliberados, um dos presentes sugeriu que toda a votação fosse realizada novamente. No entanto, a Presidente destacou as dificuldades dessa abordagem. A Sra. Marilei de Souza Jucoski, delegada da cidade de Içara, pediu a palavra e sugeriu que os delegados se levantassem, e os aparelhos de votação fossem retirados das cadeiras daqueles que não eram delegados. Outra participante propôs que os não-delegados se retirassem brevemente das cadeiras. Argumentaram que o credenciamento deveria ter feito essa triagem no início do evento e sugeriram uma votação de teste para fins de contabilidade.

Após várias contribuições e sugestões, a organização do evento decidiu que os delegados permaneceriam em pé, segurando os aparelhos de votação, enquanto a equipe organizadora retirava os aparelhos restantes das cadeiras ocupadas pelos não-delegados. Um dos presentes solicitou uma explicação sobre quem eram os delegados para esclarecer dúvidas. A Presidente informou que eram aqueles que venceram as eleições municipais.

Além disso, foi comunicado a todos que só seria possível votar diretamente nas cadeiras. Nesse momento, foi realizado um teste, solicitando que todos os delegados votassem SIM (número 1), resultando em 364 votos, indicando a presença de 364 delegados na plenária. Após a solução desse problema, a Presidente solicitou que os delegados expressassem sua vontade por meio de votação, decidindo se a votação do Regimento Interno, que já havia sido realizada, deveria ser repetida ou se deveria ser dada

continuidade ao artigo 4º. O resultado da votação mostrou 103 votos a favor de realizar a votação novamente e 230 votos para dar continuidade.

3.8. Painel de Balanço Sistema Único de Assistência Social em Santa Catarina

No dia 7 de novembro de 2023, às 8h55min, teve início o segundo dia da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social. Considerando que, no dia anterior, não foi possível concluir a pauta da abertura do evento devido a atrasos nas deliberações, a agenda do dia 6 de novembro de 2023 foi retomada nesta data.

A apresentação teve início com a Sra. Norma Suely, representante das Entidades de Assistência Social no CEAS, após convidou o Conselheiro Sr. Alexandre Deucher, representante dos usuários, para subir ao palco e apresentar o CEAS, descrevendo-se para facilitar o reconhecimento por deficientes visuais. Em seguida, a Conselheira Sra. Maristela Vieira, representando o segmento dos trabalhadores, iniciou a exposição dos slides referentes ao Censo SUAS 2022, abordando dados, porcentagens e especificidades. O Conselheiro Sr. Alexandre Deucher enfatizou a importância de responder às pesquisas relacionadas ao SUAS, leu as resoluções do CEAS e reforçou a relevância dos dados do Censo.

A Sra. Norma Suely reiterou a importância da participação dos municípios no Censo, destacando que esses dados são essenciais para avaliar as necessidades e desafios, contribuindo para fortalecer e estruturar a Assistência Social. Ela também ressaltou a importância das entidades estarem fortalecidas e organizadas. Em seguida, a palavra foi passada à Presidente Sra. Gabriella Dornelles, que apresentou o Diagnóstico do Estágio de Implementação da Secretaria de Estado da Assistência Social, esclarecendo siglas, nomenclaturas, alterações, dados e estatísticas presentes no diagnóstico. A Presidente enfatizou a necessidade de atenção na construção de projetos que atendam às necessidades individuais nas deliberações futuras da conferência.

Ao encerrar sua apresentação, a Presidente Sra. Gabriella Dornelles forneceu avisos sobre a divisão dos eixos e as deliberações que ocorreriam em seguida, desejando a todos uma continuação produtiva do evento.

4. EIXOS TEMÁTICOS

No dia 08 de novembro de 2023, no segundo dia da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, no período matutino, delegados(as) e demais participantes da Conferência foram convidados a participarem dos Grupos de Trabalho (GT's), divididos em 05 Eixos. Conforme:

EIXO 1 - FINANCIAMENTO: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos para garantia dos direitos socioassistenciais contemplando as especificidades regionais do país;

EIXO 2 - CONTROLE SOCIAL: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas;

EIXO 3 – ARTICULAÇÃO ENTRE OS SEGMENTOS: Como potencializar a participação social no SUAS?

EIXO 4 – SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS: Universalização do acesso e a integração das ofertas dos serviços e direitos no SUAS;

EIXO 5 – BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

Destaca-se que o propósito dos Grupos de Trabalho (GT's), divididos por eixo temático, consistia em analisar as deliberações por ente correspondente, seja Estado ou União. No decorrer das reuniões dos Eixos, havia a oportunidade de efetuar ajustes nas redações das deliberações, bem como a possibilidade de criar até duas novas propostas para cada ente.

De acordo com as orientações do CNAS e do Regimento Interno da Conferência, foram elaboradas 20 (vinte) deliberações pela Relatoria por meio do ranqueamento das deliberações dos municípios. Além disso, em cada eixo temático, ocorreu a eleição de 08 (oito) deliberações para a plenária final destinada ao Estado e 08 (oito) deliberações para a plenária final destinada à União.

Dessa forma, cada grupo de trabalho foi composto por uma coordenadoria, formada por um membro do Conselho Estadual de Assistência Social, um membro da equipe de Relatoria, um apoio técnico e um representante dos(as) delegados(as) eleito pelos participantes do Grupo de Trabalho.

Destaca-se, ainda, que a Equipe de Relatoria respeitou as metodologias aplicadas e deliberadas em cada Eixo, conforme votação dos(as) delegados(as). Dessa forma, as sequências de deliberações de cada Eixo Temático por ente federado não serão uniformes, uma vez que cada Eixo adotou e aplicou metodologias diferentes.

4.1 EIXO 1 - FINANCIAMENTO: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos para garantia dos direitos socioassistenciais contemplando as especificidades regionais do país

Os trabalhos do Grupo do Eixo 1 tiveram início no dia 07 de novembro de 2023, às 10h22min, com a apresentação da equipe responsável por conduzir os trabalhos do grupo. A equipe era composta por: a gerente da proteção social básica na Diretoria de Assistência Social, Sra. Jaqueline Muller – coordenadora do grupo; a Gerente de Financiamento do Estado, Sra. Alessandra Karla Camargo; a Assistente Social e Secretária da CIB, Sra. Marlise Neuhaus; e o representante da sociedade civil, Sr. Sidnei Pavesi – apoiadores do grupo. No início dos trabalhos, a Sra. Jaqueline realizou a leitura do Informe CNAS nº 5/2023, com foco nas orientações referentes ao Eixo 1. Em seguida, ocorreu a eleição do coordenador representante dos Delegados, sendo eleita a Sra. Mônica Costa Onofre, com trinta e quatro votos.

Posteriormente, foi realizada a leitura das deliberações para o Estado provenientes da compilação das deliberações dos municípios encaminhadas ao CEAS, conforme planilha abaixo.

Tabela 11 – Deliberações para o Estado – Eixo 1

Nº	Deliberações	Total de municípios que deliberaram a proposta
----	--------------	--

01	Garantir financiamento e orçamento específico para a Política de Assistência Social, com percentual mínimo de 1% da receita líquida do orçamento estadual, com repasses mensais, regulares fundo a fundo e desburocratizar o uso dos recursos, financiar especialmente os serviços de proteção social especial de média e alta complexidade do SUAS, tornar a assistência social como uma despesa obrigatória.	111
02	Destinar no mínimo 5% do orçamento estadual para a Política de Assistência Social.	12
03	Ampliar o valor dos recursos financeiros repassados aos municípios, além de assegurar que o repasse seja de forma automática e regular entre os fundos.	4
04	Ampliar os serviços com cofinanciamento e atualizar os recursos destinados ao CRAS e Creas (Média complexidade e alta vinculado ao órgão gestor), Abrigo institucional, Família Acolhedora, e ILPIS.	3
05	Garantir o financiamento para construção de novo CRAS e cofinanciamento para execução dos serviços, além da garantia de equipe mínima necessária para seu funcionamento, tendo em vista o aumento da demanda atendida pelo SUAS, levando em conta também o número da população das cidades.	3
06	Garantir o início dos pagamentos no mês de janeiro de cada ano, totalizando 12 (doze) parcelas anuais para a Assistência Social.	3
07	Garantir o cofinanciamento para implantação de Média Complexidade em municípios de Pequeno Porte.	2
08	Garantir o cofinanciamento estadual fundo a fundo para os municípios, em especial para os benefícios eventuais, sistemático e continuado, aumentando o valor destinado aos municípios.	1
09	Criar a Lei Estadual do SUAS.	1
10	Ampliar ofertas e benefícios estaduais para situações de caráter emergencial, em especial sobre as intempéries como, situações de frio elevado, seca, temporais, entre outros, como também em situação de calamidade pública.	1
11	Ampliar a oferta de novos equipamentos de CRAS e regionalizar os serviços de média complexidade.	1
12	Elaborar o Plano Decenal de Habitação com previsão de recursos estadual e Federal contemplando inclusive os municípios de pequeno porte.	1
13	Alterar o Artigo 2º da Lei 17.819 de 09 de Dezembro de 2019, a qual regulamenta o Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS), acrescentando a receita advinda mediante uma porcentagem do tributo estadual ICMS, e diante do fato de que o poder público pode fazer aquilo o que está descrito em Lei, definir uma legislação regulamentando o uso deste recurso advindo da alíquota do ICMS.	1

14	Garantir a execução financeira de 100% do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA, com prioridade na destinação para os níveis de proteções, benefícios e ações complementares à Política de Assistência Social.	1
15	Garantir cofinanciamento para instituições de longa permanência para pessoas entre 19 e 59 anos, assim como para pessoas idosas, pessoas com deficiência, que se encontrem em situações de risco social, abandono familiar.	1
16	Garantir recursos para o financiamento de um sistema integrado de informações na rede socioassistencial.	1
17	Implementar o Plano de Educação Permanente no SUAS, ofertando capacitação continuada para as equipes de referências.	1
18	Ampliar os valores repassados aos municípios vinculados ao SUAS para melhorar o fortalecimento e o desenvolvimento dos conselhos.	1
19	Garantir e ampliar a cota de financiamento para a manutenção do SUAS nos municípios.	1
20	Garantir a regionalização dos Serviços da Média e Alta Complexidade.	1

Fonte: CEAS/SC (2023).

Durante a leitura de cada deliberação para o Estado, a coordenação abriu a votação para aprovação ou alteração do texto pelo grupo. As deliberações 14 e 16 foram aprovadas sem alterações, enquanto as deliberações 1, 5, 10, 13, 15 e 18 sofreram alterações em seus textos. As deliberações 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 17, 19 e 20 foram suprimidas ou descartadas, resultando em 8 propostas aprovadas. Em seguida, iniciou-se o ranqueamento das propostas aprovadas por meio da votação realizada pelos(as) delegados(as).

Dessa forma, as deliberações aprovadas foram ranqueadas com base no quantitativo de votos dos(as) delegados(as) no Eixo:

Tabela 12 - Propostas aprovadas no Eixo 1 para o Estado

Nº	Redação da Proposta	Origem da Proposta (Deliberação do município ou nova proposta)	Nº de votos favoráveis
1	Garantir financiamento e orçamento específico para a Política de Assistência Social, com percentual mínimo de 1% da receita líquida do orçamento estadual, por Lei específica com repasses regulares e automáticos,	Município	64

	fundo a fundo e desburocratizar o uso dos recursos, financiar todos os serviços da proteção social básica e especial, e tornar a assistência social como uma despesa obrigatória.		
2	Garantir o financiamento para construção de novos equipamentos do SUAS e cofinanciamento para execução dos serviços, além da garantia de equipe mínima, conforme NOB/RH, necessária para seu funcionamento, tendo em vista o aumento da demanda atendida pelo SUAS, levando em conta também o número da população das cidades.	Município	53
3	Incluir no artigo 2º da Lei 17.819 de 09 de dezembro de 2019, a qual regulamenta o Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS), a previsão de receita advinda no valor de no mínimo 1% do tributo estadual ICMS.	Município	45
4	Garantir a execução financeira de 100% do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA, com prioridade na destinação para os níveis de proteções, benefícios e ações complementares à Política de Assistência Social.	Município	43
5	Financiar a oferta de benefícios socioassistenciais estaduais para situações de caráter emergencial, em especial sobre as intempéries como, situações de frio elevado, seca, temporais, entre outros, como também em situação de calamidade pública.	Município	40
6	Garantir cofinanciamento para instituições de acolhimento para pessoas entre 18 e 59 anos, assim como para pessoas idosas, pessoas com deficiência, que se encontrem em situações de risco social e abandono familiar.	Município	38
7	Garantir o repasse de recurso financeiro estadual para o Conselho Municipal de Assistência Social para o fortalecimento do controle social.	Município	37
8	Garantir recursos para o financiamento de um sistema integrado de informações na rede socioassistencial.	Município	30

Fonte: Eixos temáticos da XIV Conferência Estadual de Assistência Social (2023).

Após o ranqueamento das deliberações para o Estado, deu-se início à leitura das deliberações para a União provenientes da compilação das deliberações dos municípios encaminhadas ao CEAS, conforme planilha abaixo:

Tabela 13 - Deliberações para a União - Eixo 1

N°	Deliberações	Total de municípios que deliberaram a proposta
01	Aprovação da PEC 383/2017 que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) garantindo 1% da receita corrente líquida dos orçamentos federal, estaduais e municipais para o setor.	143
02	Reajustar o cofinanciamento do SUAS, regularizando o repasse de forma automática e contínua.	43
03	Garantir o cofinanciamento das equipes da Proteção Social Especial para os municípios que não tenham CREAS.	15
04	Aprovar a PEC 431/01 fixando o valor percentual das três esferas de 5% para a Assistência Social.	14
05	Implementar a Legislação Federal (PPA, LDO, LOA) destinando 1% do orçamento total federal para financiamento do SUAS mantendo a regularidade de repasse de forma ininterrupta para os Fundos Municipais (FMAS) e Estaduais (FEAS) tornando a Assistência Social uma despesa obrigatória.	10
06	Garantir cofinanciamento federal para oferta de serviços de média e alta complexidade.	8
07	Garantir o cofinanciamento para reforma ou ampliação do CRAS considerando a realidade dos municípios PII e rurais.	7
08	Estabelecer um percentual mínimo de 2% do orçamento destinado à assistência social, abrangendo tanto o âmbito Federal, Estadual e Municipal.	5
09	Recompôr, regularizar e ampliar os repasses, assim como os recursos em atrasos dos anos anteriores do cofinanciamento da união de todos os serviços tipificados, conforme a Resolução CNAS 109/2009 e programas pactuados na CIT aprovados pelo CNAS para os estados e municípios, e habilitação aos novos serviços de acordo com cada realidade.	5
10	Aumento da renda per capita do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para Meio Salário Mínimo, garantindo seu reajuste anual, e a redução da idade para acesso ao benefício para 60 anos.	4
11	Garantir que seja repassado 3% da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM da União para cofinanciamento da Política Pública de Assistência Social para o encontro de efetivar a Proposta de Emenda à Constituição 383/2017	4
12	Garantir e ampliar o repasse dos recursos do IGD/SUAS e IGD PBF de forma contínua e regular.	3
13	Garantir o cofinanciamento para processo de contratação, supervisão	3

	técnica, assessoria e capacitação progressiva dos trabalhadores, conselheiros e entidades educadoras, gestoras e usuários do SUAS.	
14	Ampliar o Bolsa Família, criando condicionalidades para o benefício.	2
15	Revogar a Emenda Constitucional nº 95/2016, que impõe teto de gastos constitucionais.	2
16	Revogar a Portaria do Ministério da Cidadania Nº 2.362/2019 que estabelece os procedimentos a serem adotados no âmbito do SUAS para a equalização dos repasses do FNAS de modo a restabelecer as pactuações da CIT e as deliberações do CNAS.	2
17	Aumentar o repasse de recursos federais para ampliação da diversidade de atividades oferecidas dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas no Município.	2
18	Garantir o cofinanciamento para SCFV para Público 0 a 6 anos, 18 a 59 e de 60 a mais, para benefícios eventuais e de calamidade pública SUAS.	2
19	Disponibilizar sistemas de informação online sobre ações da rede Socioassistenciais e dados sobre a gestão do SUAS, para possibilitar o controle social, a avaliação e efetivação das ações.	1
20	Garantir a execução financeira de 100% do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA, com prioridade na destinação para os níveis de proteções, benefícios e ações complementares à Política de Assistência Social.	1

Durante a leitura de cada deliberação para a União, a coordenação abriu a votação para aprovação ou alteração do texto pelo grupo. As deliberações 1 e 13 foram aprovadas sem alterações, as deliberações 4, 11, 12, 16, 19, 20 sofreram alterações em seu texto e as deliberações 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 17, 18 foram suprimidas ou descartadas. Isso resultou em 8 propostas aprovadas. Iniciou-se então o ranqueamento das propostas aprovadas por meio da votação realizada pelos delegados. Após a votação do ranqueamento, foi possível observar dois empates. Para decidir a colocação das deliberações empatadas, foram realizadas outras duas votações.

Desta forma, seguem as deliberações aprovadas com o quantitativo de votos dos(as) delegados(as) no Eixo.

Tabela 14 - Propostas aprovadas no Eixo 1 para a União

Nº	Redação da Proposta	Origem da Proposta (Deliberação do município ou nova proposta)	Nº de votos favoráveis
01	Aprovação da PEC 383/2017 que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) garantindo 1% da receita corrente líquida dos orçamentos federal, estaduais e municipais para o setor.	Município	58
02	Garantir cofinanciamento Federal para oferta de serviços de proteção social especial de média e alta complexidade aos municípios de pequeno porte 1 e 2.	Município	46
03	Garantir o cofinanciamento para construção, reforma ou ampliação dos equipamentos do SUAS, considerando a realidade dos municípios.	Município	46
04	Garantir a execução financeira de 100% do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA, com prioridade na destinação para os níveis de proteção social, benefícios socioassistenciais e ações complementares à Política de Assistência Social.	Município	43
05	Aumentar o repasse de recursos federais para ampliação da diversidade de atividades oferecidas dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	Município	43
06	Garantir e ampliar o repasse dos recursos do IGD/SUAS e IGD PBF de forma contínua e regular.	Município	42
07	Recompôr, regularizar e ampliar os repasses, assim como os recursos em atrasos dos anos anteriores do cofinanciamento da união de todos os serviços tipificados, conforme a Resolução CNAS 109/2009 e programas pactuados na CIT e aprovados pelo CNAS para os estados e municípios.	Município	41
08	Garantir o cofinanciamento para contratação de profissionais para a supervisão técnica, assessoria e capacitação permanente de trabalhadores, gestores, conselheiros, organizações da sociedade civil e usuários do SUAS.	Município	37

Fonte: Eixos temáticos da XIV Conferência Estadual de Assistência Social (2023).

4.2. EIXO 2 - *CONTROLE SOCIAL: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas*

Às 10 horas do dia 07 de novembro de 2023, foram iniciados os trabalhos em grupo do Eixo 2 - Controle Social, que contaram com a participação da Conselheira do CEAS, membro da Comissão Organizadora da XIV Conferência, a Sra. Norma Sueli de Souza Carvalho, como Coordenadora do grupo. Os conselheiros do CEAS, o Sr. Alexandre Deusher, e a Sra. Juciléia Santos atuaram como apoiadores, enquanto a Sra. Amanda Beatriz Lopes desempenhou a função de relatora.

Dentre as candidatas e candidatos, o grupo elegeu o representante da cidade de Joinville, o Sr. Vladimir Marcos Candido, como coordenador representante dos municípios. Em seguida, procedeu-se à leitura das vinte deliberações para o Estado, resultantes da compilação das deliberações dos municípios encaminhadas ao CEAS.

Antes de iniciarem as votações, um convidado solicitou a palavra para perguntar se poderia participar da votação, assim como os delegados. Os demais presentes esclareceram que ele teria direito a voz, mas não ao voto. Além disso, um delegado requereu questão de ordem para realizar uma contagem de quantos delegados estavam presentes na sala. Inicialmente, a contagem foi feita por meio do número de mãos levantadas, no entanto, os números divergiam a cada tentativa. Diante disso, um dos delegados sugeriu a ideia de realizar a votação por meio dos aparelhos eletrônicos utilizados para as demais votações durante a conferência.

Ainda assim, houve disparidades nos números e a técnica dos aparelhos foi chamada para averiguação. Foi constatado que dois aparelhos não estavam funcionando, sendo substituídos. Após esse ajuste, contabilizou-se um total de quarenta e cinco (45) delegados votantes. Portanto, iniciou-se a leitura e votação de todas as propostas. Ficou acordado por todos os presentes que a mudança de redação seria realizada somente após a escolha das oito (08) deliberações mais votadas, pois assim, apenas seriam alteradas as oito (08) deliberações eleitas para a plenária final.

Durante a alteração de redação de uma das propostas escolhidas, um convidado participante do Movimento POP RUA demonstrou sua indignação, enfatizando que os convidados necessitam de mais suporte, pois, apesar do convite, não recebem auxílio para o transporte e estadia. Antes e durante as modificações das propostas, a Conselheira Sra. Norma relembra que algumas questões não são de atribuição do Conselho Nacional, sendo necessário cuidado com a redação das propostas.

Uma hora e meia após o início da reunião, ocorreu uma pausa para o almoço, retornando às 02h37m. Foi dado prosseguimento à mudança de redação nas oito deliberações estaduais mais votadas. Posteriormente, iniciou-se a leitura e votação das vinte deliberações nacionais. Após a escolha das oito propostas mais votadas, deu-se início às suas modificações necessárias para a plenária final. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrado o trabalho em grupo às quinze horas e trinta e quatro minutos.

Quanto às deliberações para o Estado, estas podem ser observadas conforme a tabela a seguir:

Tabela 15 – Deliberações para o Estado – Eixo 2

Nº	Deliberações	Total de municípios que deliberaram a proposta
01	Promover capacitação continuada para conselheiros de assistência social, secretários executivos dos conselhos, integrantes dos fóruns da assistência social, gestores, trabalhadores, entidades de assistência social e usuários, co financiada pelas três esferas de governo, como forma de viabilizar o empoderamento desses atores no exercício da participação e do controle social e permitir a troca de experiências na execução da política de assistência social.	115
02	Divulgar a Política de Assistência Social a fim de incentivar a participação popular no âmbito do SUAS e o acesso aos serviços socioassistenciais.	31
03	Garantir que o governo estadual, através da SST, respeite, cumpra e execute as deliberações das Conferências Estaduais e do CEAS, fortalecendo o controle social e a gestão democrática.	29
04	Utilização dos recursos para fornecer capacitação e qualificação das instâncias de controle social com diretrizes democráticas e participativas, EAD, e presencial por microrregiões visando o fortalecimento do controle social.	14
05	Ampliar, fortalecer e prestar apoio técnico para a atuação dos Conselhos Municipais.	10
06	Alimentar os sistemas e gerar planilhas de atendimentos mensalmente para obter vigilância socioassistencial.	7
07	Disponer de recurso para aplicação direta no CMAS.	7

08	Participação de conselheiros, usuários e gestores em reuniões e debates.	6
09	Delegar mais autonomia aos conselhos municipais para a definição e alocação de recursos. Delegar maior autonomia aos conselhos municipais a partir da análise territorial para a definição e aplicação dos recursos.	5
10	Que o CEAS promova reuniões descentralizadas em todas as regiões do Estado.	5
11	Articulação entre os conselhos, Municipal, Estadual e Federal.	3
12	Determinar percentual de 1% para o financiamento estadual.	3
13	O Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) proporcional para o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).	2
14	Revisar as normativas de financiamento do FEAS, de modo a considerar na regulação as diversidades e especificidades de territórios, incluindo o financiamento para os municípios que não possuem CREAS, mas já tem constituída a equipe técnica composta de assistente social e psicólogo.	2
15	Fortalecer e descentralizar a assessoria técnica aos municípios através da implantação de Gerências Regionais da Assistência Social	2
16	Que o Conselho tenha autonomia sobre as deliberações orçamentárias dos recursos fundo a fundo.	2
17	Garantir a participação popular dos usuários e da sociedade civil na Conferência Estadual de Assistência Social com recursos financeiros do ente Federado/Estado.	1
18	Maior transparência do repasse dos recursos públicos para as instâncias de controle social.	1
19	Visita de orientação dos municípios para Capacitar os Conselheiros.	1
20	Realizar maior controle e fiscalização junto aos municípios, a fim de garantir que os gestores cumpram as determinações da NOB-RH/SUAS, quanto ao número de profissionais que integram as equipes de referência, bem como fiscalização da aplicação dos recursos financeiros	1

Fonte: CEAS/SC (2023).

Foi realizada a leitura das deliberações para a União provenientes da compilação das deliberações dos municípios encaminhadas ao CEAS, conforme planilha abaixo:

Tabela 16 - Deliberações para a União - Eixo 2

Nº	Deliberações	Total de municípios que deliberaram a proposta
01	Promover a capacitação e a educação permanente aos conselheiros municipais e profissionais do SUAS por meio do CapacitaSUAS de modo online e presencial.	70
02	Garantir que o governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, respeite, cumpra e execute as metas do plano decenal aprovado pela Conferência Nacional e Conselho Nacional de Assistência Social em 2016-2026.	26
03	Criar campanha educativa de incentivo à participação social da população nas instâncias de deliberação (conselhos), através de mídias de amplo alcance (TV aberta).	21
04	Garantir o funcionamento dos conselhos nas três esferas do governo, com ampliação e garantia da participação social no conselho nacional de assistência social, respeitando as deliberações das conferências nacionais.	14
05	Criar incentivos financeiros para manutenção de fóruns nacionais, estaduais e municipais de modo a ampliar a participação da sociedade civil.	12
06	Ampliar recursos específicos para o fortalecimento e execução do trabalho dos Conselhos.	10
07	Aumentar o percentual de recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), para fortalecer a atuação dos Conselhos.	8
08	Ampliar mecanismos de divulgação das Conferências e dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através dos meios oficiais de comunicação e divulgar amplamente os direitos socioassistenciais para os cidadãos/usuários/as, e não somente programas específicos, possibilitando assim maior envolvimento da sociedade civil nos programas oferecidos no SUAS.	8
09	Garantir através de Lei Federal a porcentagem mínima de 5% do Orçamento Geral da União para a Política de Assistência Social.	6
10	Assegurar o apoio técnico para implantar e implementar a Vigilância Socioassistencial de modo a conhecer e monitorar as formas de vulnerabilidade social da população, articulando os serviços socioassistenciais já existentes.	5
11	Delegar mais autonomia aos conselhos municipais para a definição e alocação de recursos.	5

12	Delegar maior autonomia aos Conselhos Estaduais e Municipais a partir da análise territorial, para a definição e aplicação dos recursos.	5
13	Garantir que o Governo Federal desenvolva e cumpra o plano nacional de monitoramento e avaliação.	4
14	Restabelecer o efetivo caráter deliberativo do Conselho Nacional de Assistência Social, com a finalidade que nenhuma mudança na política de assistência social seja efetuada sem amplo debate e deliberações nos órgãos de controle social, evitando assim os desmontes da política em cenário federal.	4
15	Subsidiar recursos para a criação de Secretaria Executiva nos Conselhos Municipais de Assistência Social.	3
16	Produzir materiais educativos, de diferentes gêneros textuais, com conteúdos referentes à Política Nacional de Assistência Social, divulgando em canais oficiais e mídias sociais populares e acessíveis com o objetivo de desmistificar a assistência social como prática assistencialista, bem como incentivando a participação social.	3
17	Criar mecanismos de integração entre os conselhos Federais, Estaduais e Municipais e uma maior divulgação dos temas abordados nestes conselhos.	3
18	Criar na esfera Federal sistema de monitoramento e avaliação das deliberações das Conferências para sua real efetivação.	2
19	Aprovação do Projeto de Lei no 8420/2017, que dá nova redação à Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para alterar a composição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).	2
20	Ampliar o alcance do benefício de prestação continuada aos idosos e pessoas portadoras de deficiências, pela alteração do limite da renda mensal familiar per capita, que deve ser limitada a 01 (um) salário-mínimo e acesso a partir dos 60 anos com garantia de 13º.	2

Fonte: CEAS/SC (2023)

A seguir, as oito (08) propostas aprovadas no eixo para o Estado:

Tabela 17 - Propostas aprovadas no Eixo 2 para o Estado

Nº	Redação da Proposta	Origem da Proposta (Deliberação do município ou nova proposta)	Nº de votos favoráveis
01	Realizar maior controle e fiscalização junto aos municípios, a fim de garantir que os gestores cumpram as determinações da NOB-RH/SUAS, quanto ao número de profissionais que integram as equipes de referência, bem como fiscalização da aplicação dos recursos financeiros.	Município	40
02	Promover capacitação continuada para conselheiros de assistência social, secretários executivos dos conselhos, integrantes dos fóruns da Assistência Social, gestores, trabalhadores, entidades de assistência social e usuários, cofinanciada pelas três esferas de governo, como forma de viabilizar o empoderamento desses atores no exercício da participação e do controle social e permitir a troca de experiências na execução da política de assistência social.	Município	39
03	Garantir a participação popular dos três segmentos da sociedade civil e incentivar a participação dos conselheiros da gestão na Conferência Estadual de Assistência Social, com recursos financeiros do ente Federado/Estado, custeando transporte, alimentação e estadia, incluindo os convidados.	Município	38
04	Divulgar nos meios de comunicação a Política de Assistência Social a fim de incentivar a participação popular no âmbito do SUAS e o acesso aos serviços socioassistenciais, assim também como todas as capacitações ofertadas pela gestão.	Município	36
05	Propor ao legislativo que elabore proposta de Lei que garanta percentual de 1% do orçamento líquido do Estado para o financiamento da política de Assistência Social estadual, fortalecendo assim o controle social.	Município	32
06	Garantir que o Governo Estadual, através da SAS, respeite, cumpra e execute as deliberações da Conferência Estadual e do CEAS, fortalecendo o controle social e a gestão democrática.	Município	25

07	Maior transparência do repasse dos recursos públicos para as instâncias de controle social, como conselhos, fóruns (dos usuários, trabalhadores, movimento de entidades).	Município	24
08	Revisar as normativas de financiamento do FEAS, de modo a considerar na regulação as diversidades e especificidades de territórios, incluindo o financiamento para os municípios que não possuem CREAS, mas já tem constituída a equipe técnica composta de assistente social e psicólogo.	Município	23

Fonte: Eixos temáticos da XIV Conferência Estadual de Assistência Social (2023).

As oito (08) deliberações aprovadas no Eixo para a União são apresentadas a seguir:

Tabela 18: Propostas aprovadas no Eixo 2 para a União

Nº	Redação da Proposta	Origem da Proposta (Deliberação do município ou nova proposta)	Nº de votos favoráveis
01	Criar campanha de incentivo com a participação popular e materiais educativos nas instâncias de deliberação (conselhos), através de mídias de amplo alcance (TV aberta).	Município	39
02	Assegurar o apoio técnico para implantar e implementar a Vigilância Socioassistencial de modo a conhecer e monitorar as formas de vulnerabilidade social da população, articulando os serviços socioassistenciais já existentes.	Município	37
03	Ampliar mecanismos de divulgação das Conferências e dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através dos meios oficiais de comunicação e divulgar amplamente os direitos socioassistenciais para os cidadãos/usuários/as, e não somente programas específicos, possibilitando assim maior envolvimento da sociedade civil nos programas oferecidos no SUAS.	Município	37
04	Realizar debates e estudos a fim de ampliar o percentual para 5% (cinco por cento) dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), para fortalecer a atuação dos Conselhos.	Município	36

05	Criar na esfera Federal sistema de monitoramento e avaliação das deliberações das Conferências para sua real efetivação.	Município	30
06	Encaminhar para a comissão de benefícios do Conselho Nacional estudo sobre o alcance do Benefício de Prestação Continuada aos idosos e pessoas com deficiências, estabelecendo a alteração do limite da renda mensal familiar per capita, que deve ser limitada a 01 (um) salário-mínimo e acesso a partir dos 60 anos com garantia de 13º.	Município	30
07	Realizar debates e estudos a fim de estabelecer os incentivos financeiros para criação e manutenção de fóruns nacionais, estaduais e municipais de modo a ampliar a participação da sociedade civil.	Município	28
08	Criar mecanismos de integração entre os Conselhos Federais, Estaduais e Municipais e uma maior divulgação dos temas abordados nestes conselhos.	Município	28

Fonte: Eixos temáticos da XIV Conferência Estadual de Assistência Social (2023).

4.3. EIXO 3 – ARTICULAÇÃO ENTRE OS SEGMENTOS: Como potencializar a participação social no SUAS?

Às 10h30min do dia 07 de novembro de 2023, deram-se início às atividades do Eixo Temático 03, em Florianópolis. A coordenação do Eixo foi realizada pela Conselheira Estadual Maristela Vieira, tendo como apoiadora a Conselheira Sra. Eliziane Noronha, com a Sra. Mariana Franco Fuckner atuando como relatora e a Sra. Maria Lúcia Fuckner oferecendo apoio.

No início dos trabalhos, ocorreu a votação para a escolha do coordenador dos(as) delegados(as), responsável por auxiliar/supervisionar os votos e representá-los, sendo eleita por aclamação a Sra. Cleide Terezinha de Oliveira, de Blumenau, com 32 votos. Em seguida, foram realizados dois testes bem-sucedidos com o sistema eletrônico de votação, conferidos pela fiscal representante do eixo.

Posteriormente, foi efetuada a leitura das deliberações compiladas dos municípios para o Estado:

Tabela 19 - Deliberações para o Estado - Eixo 03

Nº	Deliberações	Total de municípios que deliberaram a proposta
01	Promover capacitação continuada para conselheiros de Assistência Social, secretários executivos dos conselhos, integrantes dos fóruns da Assistência Social, gestores, trabalhadores, entidades de assistência social e usuários, cofinanciada pelas três esferas de governo, como forma de viabilizar o empoderamento desses atores no exercício da participação e do controle social e permitir a troca de experiências na execução da Política de Assistência Social.	115
02	Divulgar a Política de Assistência Social a fim de incentivar a participação popular no âmbito do SUAS e o acesso aos serviços socioassistenciais.	31
03	Garantir que o governo estadual, através da SST, respeite, cumpra e execute as deliberações das Conferências Estaduais e do CEAS, fortalecendo o controle social e a gestão democrática.	29
04	Utilização dos recursos para fornecer capacitação e qualificação das instâncias de controle social com diretrizes democráticas e participativas, EAD, e presencial por microrregiões visando o fortalecimento do controle social.	14
05	Ampliar, fortalecer e prestar apoio técnico para a atuação dos Conselhos Municipais.	10
06	Alimentar os sistemas e gerar planilhas de atendimentos mensalmente para obter vigilância socioassistencial.	7
07	Dispor de recurso para aplicação direta no CMAS.	7
08	Participação de conselheiros, usuários e gestores em reuniões e debates.	6
09	Delegar mais autonomia aos conselhos municipais para a definição e alocação de recursos. Delegar maior autonomia aos conselhos municipais a partir da análise territorial para a definição e aplicação dos recursos.	5
10	Que o CEAS promova reuniões descentralizadas em todas as regiões do Estado.	5
11	Articulação entre os conselhos, Municipal, Estadual e Federal.	3
12	Determinar percentual de 1% para o financiamento estadual.	3
13	O Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) proporcional para o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).	2
14	Revisar as normativas de financiamento do FEAS, de modo a considerar na regulação as diversidades e especificidades de territórios, incluindo o financiamento para os municípios que não	2

	possuem CREAS, mas já tem constituída a equipe técnica composta de assistente social e psicólogo.	
15	Fortalecer e descentralizar a assessoria técnica aos municípios através da implantação de Gerências Regionais da Assistência Social	2
16	Que o Conselho tenha autonomia sobre as deliberações orçamentárias dos recursos fundo a fundo.	2
17	Garantir a participação popular dos usuários e da sociedade civil na Conferência Estadual de Assistência Social com recursos financeiros do ente Federado/Estado.	1
18	Maior transparência do repasse dos recursos públicos para as instâncias de controle social.	1
19	Visita de orientação dos Municípios para Capacitar os Conselheiros.	1
20	Realizar maior controle e fiscalização junto aos municípios, a fim de garantir que os gestores cumpram as determinações da NOB-RH/SUAS, quanto ao número de profissionais que integram as equipes de referência, bem como fiscalização da aplicação dos recursos financeiros	1

Fonte: CEAS/SC (2023).

Após a leitura final, a coordenação iniciou a análise de cada deliberação, decidindo entre aprovação, aprovação com alteração textual ou supressão. O Eixo optou por alterar textualmente as propostas 1, 2, 3, 4, 7 e 8. Para supressão, foram escolhidas as propostas 5, 6, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 20. As propostas 10 e 19 foram unificadas em uma nova redação, enquanto a proposta 11 foi transformada em moção.

Em seguida, foram lidas e discutidas as propostas que exigiam ajustes textuais, submetendo-as à aprovação do Eixo. Das vinte (20) deliberações trabalhadas no Eixo, as alterações textuais foram aprovadas, finalizando as propostas com o quantitativo de votos das/delegadas/os, conforme tabela abaixo:

Tabela 20 - Propostas aprovadas no Eixo 3 para o Estado

N°	Redação da Proposta de deliberação	Origem da proposta	N° de votos favoráveis
01	Garantir melhores condições e relações de trabalho de modo a preservar a qualidade de vida, saúde e segurança dos trabalhadores do SUAS, por meio da implementação das mesas de negociações do SUAS nas três esferas conforme previsto no NOB SUAS-RH.	Município	38
02	Realizar capacitação/formação continuada com suporte técnico conforme prevê a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS para gestores, trabalhadores, usuários e conselheiros da Política de Assistência Social, promovendo educação permanente e fortalecendo a participação popular.	Município	47
03	Promover através do CEAS a realização de Fóruns Regionais por segmento da sociedade civil, a fim de fortalecer e qualificar o controle social no SUAS.	Município	44
04	Subsidiar o fortalecimento e as articulações entre os Fóruns Estadual de Usuários e Trabalhadores do SUAS para que estes, junto com o CEAS/SC possam fiscalizar o cumprimento das deliberações da Conferência Estadual de Assistência Social.	Município	47
05	Ampliar as campanhas educativas, os informes e orientações sobre a Política pública de Assistência Social, seus serviços, direitos socioassistenciais, através dos meios de comunicação e mídias sociais, garantindo acessibilidade comunicacional conforme a LBI - Lei Brasileira de Inclusão 13.146/15.	Município	48
06	Ampliar os espaços de debates a fim de fortalecer as relações institucionais entre gestores, usuários e trabalhadores, visando a mobilização da população e a garantia do acesso dos usuários aos direitos, com comunicação mais efetiva entre conselhos.	Município	46
07	Incentivar a implementação efetiva da Lei 13.935/2019, nos Estados e nos municípios catarinenses.	Município	51
08	Ratificar a dimensão 2 do eixo participação social, proposta 27 da Resolução nº 1, de 03 de Março de 2016 que aprova as deliberações da X Conferência Nacional de Assistência Social, no que se refere às representatividades no controle social.	Município	41

Fonte: Eixos temáticos da XIV Conferência Estadual de Assistência Social (2023).

Destaca-se a sugestão de proposta da delegada de Joinville, Sra. Juçara Ferreira Berta Santana, que propõe a alteração da composição dos Conselhos de Assistência Social, baseando-se nos conselhos de saúde. A proposta sugere a seguinte configuração:

50% do segmento de usuários, 25% do segmento dos trabalhadores, 12,5% do segmento de entidades e 12,5% do segmento governamental, mantendo a inexigibilidade.

Conforme extensa deliberação entre as delegadas, a proposta foi colocada para análise posterior e, após revisão, foi suprimida sem votação. A proposta inicial número onze, que foi transformada em moção, foi novamente realocada como uma deliberação para o Estado, após revisão textual.

Às 14h19min, foram retomadas as atividades da tarde, tendo como coordenadora a Sra. Eliziane Noronha, e repetindo a metodologia adotada anteriormente. Das deliberações para a União, foram aprovadas com manutenção textual as deliberações 1,2,7,8,12,16. Foram suprimidas as propostas 4,6,9,10,11,13,14,15,17, 19 e 20. E aprovadas com o texto original as deliberações 3,5,14.

Após as deliberações, alterações textuais necessárias, o eixo realizou as votações das deliberações para serem encaminhadas à plenária final, conforme tabela abaixo:

Tabela 21 - Deliberações para a União - Eixo 03

Nº	Deliberações	Total de municípios que deliberaram a proposta
01	Promover a capacitação e a educação permanente aos conselheiros municipais e profissionais do SUAS por meio do CapacitaSUAS de modo online e presencial.	70
02	Garantir que o governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, respeite, cumpra e execute as metas do plano decenal aprovado pela Conferência Nacional e Conselho Nacional de Assistência Social em 2016-2026.	26
03	Criar campanha educativa de incentivo à participação social da população nas instâncias de deliberação (conselhos), através de mídias de amplo alcance (TV aberta).	21
04	Garantir o funcionamento dos conselhos nas três esferas do governo, com ampliação e garantia da participação social no conselho nacional de assistência social, respeitando as deliberações das conferências nacionais.	14
05	Criar incentivos financeiros para manutenção de fóruns nacionais, estaduais e municipais de modo a ampliar a participação da sociedade civil.	12
06	Ampliar recursos específicos para o fortalecimento e execução do trabalho dos Conselhos.	10
07	Aumentar o percentual de recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD),	8

	para fortalecer a atuação dos Conselhos.	
08	Ampliar mecanismos de divulgação das Conferências e dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através dos meios oficiais de comunicação e divulgar amplamente os direitos socioassistenciais para os cidadãos/usuários/as, e não somente programas específicos, possibilitando assim maior envolvimento da sociedade civil nos programas oferecidos no SUAS.	8
09	Garantir através de Lei Federal a porcentagem mínima de 5% do Orçamento Geral da União para a Política de Assistência Social.	6
10	Assegurar o apoio técnico para implantar e implementar a Vigilância Socioassistencial de modo a conhecer e monitorar as formas de vulnerabilidade social da população, articulando os serviços socioassistenciais já existentes.	5
11	Delegar mais autonomia aos conselhos municipais para a definição e alocação de recursos.	5
12	Delegar maior autonomia aos Conselhos Estaduais e Municipais a partir da análise territorial, para a definição e aplicação dos recursos.	5
13	Garantir que o governo federal desenvolva e cumpra o plano nacional de monitoramento e avaliação.	4
14	Restabelecer o efetivo caráter deliberativo do Conselho Nacional de Assistência Social, com a finalidade que nenhuma mudança na Política de Assistência Social seja efetuada sem amplo debate e deliberações nos órgãos de controle social, evitando assim os desmontes da política em cenário federal.	4
15	Subsidiar recursos para a criação de Secretaria Executiva nos Conselhos Municipais de Assistência Social.	3
16	Produzir materiais educativos, de diferentes gêneros textuais, com conteúdo referentes à Política Nacional de Assistência Social, divulgando em canais oficiais e mídias sociais populares e acessíveis com o objetivo de desmistificar a assistência social como prática assistencialista, bem como incentivando a participação social.	3
17	Criar mecanismos de integração entre os conselhos Federais, Estaduais e Municipais e uma maior divulgação dos temas abordados nestes conselhos.	3
18	Criar na esfera federal sistema de monitoramento e avaliação das deliberações das Conferências para sua real efetivação.	2
19	Aprovação do Projeto de Lei no 8420/2017, que dá nova redação à Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para alterar a composição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).	2
20	Ampliar o alcance do benefício de prestação continuada aos idosos e pessoas portadoras de deficiências, pela alteração do limite da renda mensal familiar per capita, que deve ser limitada a 01 (um) salário-mínimo e acesso a partir dos 60	2

	anos com garantia de 13º.	
--	---------------------------	--

Fonte: CEAS/SC (2023)

Após a leitura final, a coordenação iniciou a leitura de cada deliberação para aprovação, aprovação com alteração textual, ou supressão das deliberações. Das deliberações, o eixo optou por alteração textual das propostas 1,2,3,4,7,8. Para a supressão, as propostas 5,6,9,12,13,14,15,16,17,20. Para a unificação das deliberações, elaborando uma nova redação, foram as propostas 10 e 19, e para transformar a deliberação em moção, a proposta 11.

Na sequência, foram lidas e discutidas as propostas que necessitavam de ajustes textuais, e colocadas para a aprovação do eixo. Das 20 deliberações trabalhadas no Eixo, foram aprovadas as alterações textuais, e a proposta finalizada com o quantitativo de votos dos(as) delegados(as) conforme tabela abaixo:

Tabela 22 - Propostas aprovadas no Eixo 3 para a União

Nº	Redação da Proposta de deliberação	Origem da Proposta (Deliberação do município ou nova proposta)	Nº de votos favoráveis
01	Fortalecer, garantir o financiamento dos Fóruns Nacional de Usuários, Trabalhadores e entidades do SUAS, com ampliação do debate com toda a sociedade brasileira sobre os direitos socioassistenciais e divulgar as atividades destes fóruns	Município	37
02	Garantir o acompanhamento técnico profissional aos trabalhadores do SUAS, promovendo sua qualificação e capacitação permanente e a humanização das relações de trabalho, e financiamento para as ações.	Município	38
03	Produzir e distribuir cartilha com linguagem acessível sobre o que é o SUAS, quais são seus segmentos, serviços, equipamentos, como funciona a Política de Assistência e fomentar a participação nesses espaços. E, realizar distribuição em todo o país através dos equipamentos de assistência social, saúde e educação	Município	35
04	Implementar normas e protocolos específicos, para garantir a qualidade de vida e segurança aos trabalhadores do SUAS na prestação dos serviços socioassistenciais, estimulando a manutenção dos servidores públicos e valorizando a progressão nas carreiras.	Município	39

05	Ampliar a articulação do SUAS com as demais Políticas Públicas, buscando a garantia do direito dos cidadãos, e oferecer suporte para a execução do trabalho em rede Alteração texto redação.	Município	42
06	Implementar estratégias de comunicação efetivas e transparentes sobre as ações e programas do SUAS no âmbito federal, garantindo o acesso informações para os diferentes segmentos envolvidos, garantindo acessibilidade comunicacional conforme a LBI - Lei Brasileira de Inclusão N°13.146/15.	Município	40
07	Realizar capacitação/formação continuada com suporte técnico conforme prevê a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS para gestores, trabalhadores, usuários e conselheiros da Política de Assistência Social, promovendo educação permanente e fortalecendo a participação popular.	Município	26
08	Promover e garantir divulgação ampla em mídia nacional dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão, conforme preconiza a LEI N° 8.742, de 7 de dezembro de 1993 no que se refere aos princípios da organização da Assistência Social.	Município	33

Fonte: Eixos temáticos da XIV Conferência Estadual de Assistência Social (2023).

4.4. EIXO 4 – SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS: Universalização do acesso e a integração das ofertas dos serviços e direitos no SUAS

As atividades do Eixo 4 e suas discussões iniciaram-se às 10h46min do dia 07 de novembro de 2023. Destaca-se que a sessão foi registrada por meio de filmagens e gravações pela equipe de som do evento.

Os municípios catarinenses que conduziram suas Conferências Municipais elaboraram aproximadamente 436 deliberações direcionadas às esferas estadual e federal anteriormente à conferência. Na primeira etapa do trabalho de relatoria do Eixo 4, foram sistematizadas as 20 deliberações mais requisitadas das propostas deliberadas nos municípios em suas conferências, destinadas tanto ao Estado quanto à União.

O Eixo 4 teve como temática principal o “SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS: Universalização do acesso e a integração das ofertas dos serviços e direitos no SUAS”. O evento de votação das deliberações do eixo 4 foi iniciado com a palavra da Coordenadora Sra. Gabriella Dornelles, que abriu o processo com o teste de votação e este foi realizado

com sucesso. Em seguida, foi necessário eleger um delegado representante para verificar a computação dos votos, monitorando o processo juntamente com a equipe técnica, proporcionando transparência ao procedimento como testemunha e averiguando a votação.

Houve três candidaturas para a função mencionada: a candidatura da Sra. Roberta Carolina da Silva, Assistente Social de alta complexidade, representante do município de São José; da Sra. Érica Cristina Machado da Silva, Assistente Social de Brusque; e do Sr. Marco Antônio do Rosário, delegado de Araquari. Cada delegado teve a oportunidade de defesa de sua representação. Após a votação, a representante eleita foi a Sra. Érica Cristina Machado da Silva, conforme registro de votação a seguir: Marco Antônio do Rosário: 27 votos; Érica Cristina Machado da Silva: 46 votos; Roberta Carolina da Silva: 17 votos.

Posteriormente, a equipe de coordenação responsável pela mediação das discussões no Eixo 4 se apresentou: Sra. Gabriella Dornelles – Coordenadora, tendo como apoiadoras – Sra. Jucélia Oliveira Schneider, Sra. Amanda Ramos Luz e Sra. Emanuella de Oliveira Borges. A coordenadora, Sra. Gabriella Dornelles, destacou a importância da seleção de deliberações efetivas, aquelas com maior chance de serem acolhidas no plenário, e enfatizou a necessidade de manter o foco no tema do Eixo 4, evitando debates que são da competência de outros eixos.

Também foi afirmado que a aglutinação das deliberações pode e deve ser feita, mas sempre mantendo a lógica do que foi apresentado anteriormente pelos municípios em suas conferências. Além disso, mencionou-se a autonomia para a criação e escrita de novas deliberações.

Em seguida às falas iniciais, foi iniciado o processo de leitura e votação das deliberações do Eixo 4 para o Estado, conforme a sequência na tabela a seguir:

Tabela 23 - Deliberações para o Estado - Eixo 04

Nº	Deliberações	Total de municípios que deliberaram a proposta	Origem da proposta
----	--------------	--	--------------------

01	Criação de espaços de acolhimento para mulheres vítimas de violência .	52	Águas Mornas, Alto Bela Vista, Anchieta, Arabutã, Armazém, Balneário Piçarras , Barra Bonita, Barra Velha, Campos Novos, Cocal Do Sul, Concórdia, Coronel Freitas, Dona Emma, Guatambu, Içara, Indaial, Jaraguá Do Sul, Joinville, Laguna, Meleiro, Monte Castelo, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Nova Trento, Orleans, Palma Sola, Palmitos, Papanduva, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Porto Belo, Rio Do Campo, Salto Veloso, Santiago Do Sul, São Carlos, São João Do Sul, São Lourenço Do Oeste, Saudades, Sul Brasil, Tubarão, Palmitos, Planalto Alegre, Porto Belo, Rio Do Campo, Salto Veloso, Santiago Do Sul, São Carlos, São João Do Sul, São Lourenço Do Oeste, Saudades, Sul Brasil, Tubarão.
02	Promover a realização de fóruns regionais por segmento da sociedade civil, a fim de fortalecer e qualificar o controle social no SUAS.	29	Caibi, Campo Erê, Criciúma, Formosa Do Sul, Guaraciaba, Ipumirim ,Iraceminha, Jaborá, Paraíso, Peritiba, Ponte Serrada, Praia Grande, São José Do Cedro, Seara, Vargem Bonita, Bom Jesus, Faxinal Dos Guedes, Flor Do Sertão, Ipirá, Ipuacu, Major Gercino, Maravilha, Navegantes, Passos Maia, Piratuba, Presidente Castelo, Treviso, Ipuacu.
03	Implementar a regionalização dos serviços de alta complexidade.	27	Abelardo Luz, Coronel Freitas, Entre Rios, Guatambu, Içara, Leoberto Leal, Orleans, Papanduva, Passo De Torres, Pedras Grandes, Planalto Alegre, Porto Belo, Pouso Redondo, Romelândia, Salto Veloso, Santa Rosa Do Sul, Santa Terezinha Do Progresso, Santiago Do Sul, São Domingos, São João Do Sul, São Miguel d'Oeste, Serra Alta, Siderópolis, Tangará, Treviso, Treze Tílias
04	Implantar a política pública que contemple o serviço de acolhimento de imigrantes.	27	Araranguá, Agronômica, São Cristóvão Do Sul, União Do Oeste, Vargem, Bombinhas, Pinheiro Preto, Xanxerê, Brunópolis, Campo Belo Do Sul, Ponte Alta Do Norte, Rio Das Antas, São João Batista, Forquilha, Santa Terezinha, Caxambu Do Sul, Celso Ramos, Papanduva, Curitiba, Frei Rogério, Jardinópolis, Laguna, Macieira, Marema, São Bento Do Sul, Irani, Quilombo

05	Garantir cofinanciamento adequado às demandas e realidades de cada região/município.	23	Agronômica, Anitápolis, Apiúna, Balneário Barra Do Sul, Ermo, Içara, Jacinto Machado, Lontras, Maracajá, Maravilha, Matos Costa, Morro Da Fumaça, Morro Grande, Pouso Redondo, Rodeio, Salto Veloso, Santa Rosa Do Sul, Santo Amaro Da Imperatriz, São Domingos, São José Do Cedro, Timbé Do Sul, Treze Tílias, Coronel Martins
06	Oferecer de forma contínua, a capacitação permanente para os trabalhadores do suas com suporte técnico e financeiro do Estado.	22	Abdon Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Águas De Chapecó, Araranguá, Blumenau, Chapecó, Herval d'Oeste, Imaruí, Imbituba, Iporã Do Oeste, Itajaí, Joinville, Palhoça, Riqueza, São Ludgero, Tijucas, Tunápolis, Vidal Ramos, Videira, Schroeder, Tunápolis
07	Implantar a vigilância socioassistencial e ofertar suporte técnico aos municípios.	21	Abelardo Luz, Formosa Do Sul, Galvão, Guaraciaba, Ibicaré, Imaruí, Imbituba, Imbuia, Ipuacu, Iraceminha, Lontras, Massaranduba, Monte Carlo, Paraíso, Peritiba, Piratuba, Ponte Serrada, Praia Grande, Rio Fortuna, Seara, Vargem Bonita.
08	Garantir o repasse de 1% do orçamento para Assistência Social que seja fundo a fundo.	21	Presidente Nereu, Princesa, Ipumirim, Penha, Rio Do Oeste, Anitápolis, Bom Retiro, Calmon, Fraiburgo, Ituporanga, Joaçaba, Massaranduba, Nova Erechim, Otacílio Costa, Penha, Rio Do Oeste, Rio Fortuna, Rio Negrinho, Santa Cecília, Santa Terezinha Do Progresso, Tubarão
09	Criação do CRESS regional e de serviços de acolhimento.	14	Águas Mornas, Balneário Camboriú, Barra Bonita, Catanduvas, Concórdia, Dionísio Cerqueira, Dona Emma, Faxinal Dos Guedes, Frei Rogério, Içara, Iomerê, Irati, Itapema, Itapoá
10	Estruturar a rede socioassistencial de atendimento à mulher vítima de violência, idosos, pessoas com deficiência através de instituições regionalizadas.	11	Água Doce, Arabutã, Barra Bonita, Coronel Freitas, Galvão, Guatambu, Joaçaba, Mirim Doce, Planalto Alegre, Santiago Do Sul, Jardinópolis
11	Garantir a construção de um novo CRAS e seu cofinanciamento.	10	Santo Amaro Da Imperatriz, Tigrinhos, Treze De Maio, Bom Retiro, Braço Do Norte, Caçador, Coronel Martins, Matos Costa, Rio Do Campo, Santa Rosa De Lima

12	Elaborar plano de contingência do SUAS para atenção às situações de calamidade e emergências	8	Celso Ramos, Imaruí, Navegantes, Rancho Queimado, Timbó Grande, Trombudo Central, Tubarão, Zortéa
13	Incentivar financeira e tecnicamente os municípios na implantação da Política de Segurança Alimentar.	5	Balneário Gaivota, Forquilha, São Miguel Da Boa Vista, Sombrio, Urubici
14	Implantar atendimentos continuados para famílias rurais, com veículo adaptado e equipe própria especializada, a ser adquirido por meio de repasse de verbas, visando à melhoria nos atendimentos desse público específico.	5	Pescaria Brava, Santa Cecília, Campos Novos, Fraiburgo e Bocaina Do Sul
15	Implantar o programa ACESSUAS	4	Abelardo Luz, Brunópolis, Rio Das Antas, Atalanta
16	Ampliar o valor dos recursos financeiros repassados aos municípios, além de assegurar que o repasse seja de forma automática e regular entre os fundos.	4	Pinhalzinho, Abelardo Luz, Corupá, Penha
17	Promover cursos profissionalizantes com o objetivo de viabilizar o acesso ao emprego e a renda para o público prioritário da Assistência Social.	3	Agronômica, Petrolândia, Pinheiro Preto
18	Implantar serviço regionalizado para população em situação de rua, refugiados, imigrantes.	3	Tubarão, São Bento Do Sul, Garuva
19	Garantir equipes volantes em municípios de território amplo.	3	Coronel Martins, Aurora, Braço do Norte

20	Desenvolver serviços, programas e projetos no Estado através do PAIF, Segurança Alimentar, PAEFI entre outros a fim de garantir a superação das situações de vulnerabilidades e violências dos municípios.	2	Xaxim, São Miguel Da Boa Vista
----	--	---	--------------------------------

FONTE: CEAS/SC, 2023

Após a leitura, iniciou-se a votação das propostas a serem levadas à plenária final. O número total de votantes era de 89 pessoas, ficando o quadro de votação de deliberações ao Estado da seguinte maneira:

Tabela 24 – Propostas aprovadas no Eixo 4 para o Estado

Nº	Redação da Proposta de Deliberação	Origem da Proposta (Deliberação do município ou nova proposta)	Votos favoráveis
01	Garantir a estrutura adequada para fortalecer a Política Estadual de Educação Permanente.	Abdon Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Águas De Chapecó, Araranguá, Blumenau, Chapecó, Herval d'Oeste, Imaruí, Imbituba, Iporã Do Oeste, Itajaí, Joinville, Palhoça, Riqueza, São Ludgero, Tijucas, Tunápolis, Vidal Ramos, Videira, Schroeder e Tunápolis.	76
02	Efetivar a implantação dos CREAS regionais, em 100 % do Estado de Santa Catarina, garantindo a execução de todos os serviços realizados no equipamento CREAS e implementar a regionalização dos serviços de alta complexidade.	Água Doce, Arabutã, Barra Bonita, Coronel Freitas, Galvão, Guatambu, Joaçaba, Mirim Doce, Planalto Alegre, Santiago do Sul, Jardinópolis,	84
03	Fortalecer serviços, programas e projetos prioritariamente para imigrantes, refugiados, mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiência, pessoas idosas e demais marcadores sociais.	Dionísio Cerqueira, Florianópolis, Indaial, Arvoredo e Balneário Camboriú.	48
04	Elaborar o Plano Estadual de Contingência do SUAS e apoiar tecnicamente na construção e adequação dos Planos Municipais de Atenção às situações de	Celso Ramos, Imaruí, Navegantes, Rancho Queimado, Timbó Grande, Trombudo Central, Tubarão e Zortéa.	63

	calamidade e emergências periodicamente, bem como garantir a inserção deste no Plano Estadual de Assistência Social.		
05	Estruturar a vigilância socioassistencial, implantar sistema de gestão de informação, bem como ofertar suporte técnico aos municípios.	Abelardo Luz, Formosa Do Sul, Galvão, Guaraciaba, Ibicaré, Imaruí, Imbituba, Imbuia, Ipuaçú, Iraceminha, Lontras, Massaranduba, Monte Carlo, Paraíso, Peritiba, Piratuba, Ponte Serrada, Praia Grande, Rio Fortuna, Seara e Vargem Bonita.	54
06	Articular a criação da Política Estadual de Atendimento à População em Situação de Rua, fomentando o acesso aos serviços e direitos em integração com as demais políticas intersetoriais.	Tubarão, São Bento do Sul, Garuva	53

Fonte: Eixos temáticos da XIV Conferência Estadual de Assistência Social (2023).

Em seguida ao ranqueamento das 6 deliberações mais votadas para o Estado, foi utilizada a mesma metodologia para definição das deliberações à União, ler cada deliberação, escolher as prioritárias fazendo as alterações necessárias. Dando prosseguimento ao ato, passou-se à leitura das 20 deliberações nacionais para votação:

Tabela 25: Deliberações para a União Eixo 4

Nº	Deliberações	Total de municípios que deliberaram a proposta	Municípios
01	Garantir e ampliar os repasses de recursos para direcionar aos serviços, programas e projetos e que o Governo Federal cumpra os prazos estabelecidos.	30	Abdon Batista, Anitápolis, São Martinho, Tubarão, Bela Vista do Toldo, Paulo Lopes, Balneário Barra do Sul, Rio dos Cedros, Bom Retiro, Santa Rosa de Lima, Benedito Novo, Caçador, Calmon, Capivari de Baixo, Garuva, Irineópolis, Sangão, Itá, Presidente Nereu, Princesa, Rio do Oeste, Ituporanga, Otacílio Costa, Jupia, Penha, Lontras, Pedras Grandes, Novo Horizonte, Taió

02	Desenvolver, ampliar e qualificar formulário integrado de Cadastro Único nos sistemas de informação eletrônicos das Políticas Públicas, consolidando dados com vistas a integrar os prontuários, otimizando e universalizando as informações.	29	Abdon Batista, Água Doce, Angelina, Palhoça, Palma Sola, Santa Cecília, São Carlos, São Pedro de Alcântara, Sombrio, Águas de Chapecó, Sul Brasil, São Carlos, Barra velha, Rancho Queimado, Campo Alegre, Fraiburgo, Guatambu, Coronel Freitas, Iporá do Oeste, Alto da Bela Vista, Barra Velha, Joaçaba, Leoberto Leal, Maracajá, Monte Carlo, Nova Trento, São Bonifácio, Santo Amaro da Imperatriz, São Miguel da Boa Vista
03	Garantir a oferta de capacitação continuada para as equipes de referência do SUAS, retomada do CAPACITASUAS, para assegurar um atendimento qualificado que permita a garantia de direitos socioassistenciais.	29	Abdon, Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Salto Veloso, Ascurra, Bom Jardim da Serra, Botuverá, Dona Emma, Pescaria Brava, Guarajá do Sul, Riqueza, Irineópolis, Sangão, Herval D'Oeste, Ibirama, Imaruí, Imbituba, Irati, Tunápolis, Itapema, Bocaina do Sul, Santiago do Sul, São João do Oeste, Nova Veneza, Pescaria Brava, Rio do Campo, Mondaí, Guatambu, Vargem
04	Retomar e ampliar os programas de acesso ao mundo do trabalho, capacitação profissional e geração de renda às famílias beneficiárias dos programas, serviços e projetos a exemplo do PRONATEC/ACESSUAS	27	Araranguá, Agronômica, São Cristovão do Sul, União do Oeste, Vargem, Bombinhas, Pinheiro Preto, Xanxerê, Brunópolis, Campo Belo do Sul, Ponte Alta do Norte, Rio das Antas, São João Batista, Forquilha, Santa Terezinha, Caxambu do Sul, Celso Ramos, Papanduva, Curitiba, Frei Rogério, Jardinópolis,

			Laguna, Macieira, Marema, São Bento do Sul, Irani, Quilombo
05	Ampliar e garantir oferta de serviços da política de Assistência Social e serviços de acolhimento para pessoas idosas, mulheres, crianças, deficientes (Família Acolhedora), imigrantes, refugiados, pessoas em situação de rua e pessoas em situação de violência, utilizando-se dos marcadores sociais.	24	Águas Mornas, São Cristovão do Sul, Xaxim, Anchieta, Araranguá, Cordilheira Alta, Criciúma, Cunha Porã Dionísio Cerqueira, Nova Erechim, Nova Erechim, Apiúna, Faxinal dos Guedes, Palmitos, Pinhalzinho, Gaspar, Salto Veloso, Ibicaré, Porto Belo, Irani, Quilombo, Jaguaruna, Nova Erechim, Apiúna
06	Revisar e atualizar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e NOB-RH/SUAS para ampliação de recursos humanos por equipamento considerando número de atendimentos ou extensão territorial e demais aspectos.	22	Apiúna, Armazém, São João do Sul, Balneário Rincão, Balneário Arroio Silva, Alto da Bela Vista, Planalto Alto, Arabuta, São Francisco do Sul, Campos Novos, Ermo, Pouso Redondo, Chapadão do Lageado, Correia Pinto, Cerro Negro, Imbituba, Itajaí, Jacinto Machado, Joinville, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Morro Grande
07	Expansão e ampliação do cofinanciamento para os serviços ofertados na área de assistência social a todos municípios que necessitam de atendimento aos usuários de média e alta complexidade SUAS.	18	Alto da Bela Vista, Passo de Torres, Petrolândia, Planalto Alto, Pomerode, São Domingos, Saudades, Treze Tílias, Videira, Arvoredo, Arabutã, Coronel Martins, Descanso, Entre Rios, Ouro Verde, Galvão, Içara, Ipumirim
08	Revisar e Atualizar os formulários e sistemas da redeSUAS, Cadastro Único, Bolsa Família e do Ministério da Cidadania: SISC, RMA, SAA, SUAS-WEB, MDS, e CadSUAS, incluindo dados cadastrais como raça, gênero,	12	Araquari, Balneário Gaivota, Canoinhas, Iomerê, Mirim Doce, Jaraguá do Sul, Vidal Ramos, Videira, Alfredo

	deficiências ocultas, território, diversidade sexual, entre outros; (marcadores), melhorando a comunicação dos canais visando não prejudicar usuários e os municípios.		Wagner, Santa Helena, Cunhataí
09	Facilitar o acesso ao requerimento do BPC com atendimento presencial. Alteração do critério de renda para meio salário mínimo per capita, diminuição da idade mínima para 60 anos, bem como manter as avaliações sociais pela assistente social do INSS, quando ultrapassar os critérios de renda.	12	Atalanta, Agronômica, Romelândia, Urubici, Brusque, Balneário Arroio Silva, Capinzal, Balneário Arroio Silva, Cocal do Sul, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Peritiba
10	Implantar e ampliar políticas de segurança alimentar e nutricional, como o PAA, a fim de efetivar o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como trazer alternativas para fortalecer a agricultura familiar neste processo.	11	Anchieta, Pescaria Brava, São João do Itaperiú, Braço do Norte, Araranguá, Concórdia, Imaruí, Jardinópolis, Joinville, Navegantes, Zortéa
11	Viabilizar recursos financeiros para a ampliação e novas construções das unidades públicas de Assistência Social (CRAS, CREAS) bem como para a manutenção dos Serviços ofertados e garantir financiamento federal aos municípios que ainda não possuem CREAS.	9	Aurora, Tubarão, Orleans, Urupema, Barra Bonita, Praia Grande, Corupá, Jaborá, Urussanga
12	Universalizar os serviços e unidades da Proteção Social Especial, com garantia de ofertas municipais.	8	Flor do Sertão, Piratuba, Seara, Formosa do Sul, Guaraciaba, Iraceminha, Paraíso, Major Gercino
13	Conhecer a realidade dos municípios de pequeno e médio porte para pensar em políticas diferenciadas.	7	Anita Garibaldi, Gravatal, Maravilha, Massaranduba, Catanduvas, Nova Itaberaba, Saudades
14	Implantar vigilância socioassistencial e avaliar a oferta de serviços socioassistenciais de acordo com as necessidades de seus usuários	6	Bom Jesus do Oeste, Passos Maia, Ponte Alta, Presidente Castelo Branco, Rio Fortuna, Vargem Bonita
15	Ampliar as equipes volantes no território com alto índice de pobreza, população idosa e de desproteção social, incluindo	4	Campo Erê, Ponte Serrada, Ipuçu, São José do Cedro

	áreas de fronteira e territórios de povos e comunidades tradicionais		
16	Aumentar o quantitativo por meio de regulamentação Federal, equipe específica para o poder judiciário (assistente social e psicólogo) evitando a sobrecarga de trabalho das equipes dos CRAS.	4	Maracajá, Presidente Getúlio, Ouro, Ouro Verde
17	Abrir e garantir a pactuação para serviços já existentes, como CDI e PETI e implantação de novos, como a casa de passagem e CRAS itinerante	3	Lages, Vargem, Joinville
18	Aplicar recursos financeiros para implantação e manutenção dos serviços, programas e projetos da Assistência Social	2	Antônio Carlos, Taió
19	Integrar ações do SUAS à Política Nacional de Habitação e à Política do Idoso.	2	Araranguá, Navegantes
20	Criar serviços específicos dentro da assistência social para o público LGBTQIAPN+.	1	Araquari

Fonte: CEAS/SC (2023).

Após a leitura geral, com o horário estipulado para esta atividade ultrapassado, o Grupo de Trabalho coletivamente optou pela supressão das seguintes propostas: 1, 2, 7, 9, 10, 11, 12,13,14,15,16,17,18 e 20, sendo retiradas estas deliberações da plenária final. Assim sendo, seguem abaixo as deliberações eleitas pelo grupo de trabalho do Eixo 4 para a União:

Tabela 26 - Propostas aprovadas de deliberação para a União - Eixo 4

Nº	Redação da Proposta de deliberação	Origem da Proposta (Deliberação do município ou nova proposta)	Votos
01	Retomar e ampliar os programas de acesso ao mundo do trabalho, capacitação profissional e geração de renda às famílias beneficiárias dos programas, serviços e projetos a exemplo do PRONATEC/ACESSUAS.	Araranguá, Agronômica, São Cristóvão do Sul, União do Oeste, Vargem, Bombinhas, Pinheiro Preto, Xanxerê, Brunópolis, Campo Belo do Sul, Ponte Alta do Norte, Rio das Antas, São João Batista, Forquilha, Santa Terezinha, Caxambu do Sul, Celso Ramos,	57

		Papanduva, Curitiba, Frei Rogério, Jardinópolis, Laguna, Macieira, Marema, São Bento do Sul, Irani, Quilombo	
02	Garantir a oferta de capacitação continuada para as equipes de referência do SUAS, retomada do CAPACITASUAS, para assegurar um atendimento qualificado que permita a garantia de direitos socioassistenciais.	Abdon, Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Salto Veloso, Ascurra, Bom Jardim da Serra, Botuverá, Dona Emma, Pescaria Brava, Guarajá do Sul, Riqueza, Irineópolis, Sangão, Herval D'Oeste, Ibirama, Imaruá, Imbituba, Irati, Tunápolis, Itapema, Bocaina do Sul, Santiago do Sul, São João do Oeste, Nova Veneza, Pescaria Brava, Rio do Campo, Mondaí, Guatambu, Vargem.	57
03	Ampliar, expandir e garantir a oferta de serviços da política de Assistência Social, dentre eles, serviços de acolhimento para pessoas idosas, mulheres, crianças, pessoas com deficiências, imigrantes, refugiados, pessoas em situação de rua e pessoas em situação de violência, utilizando-se dos marcadores sociais.	Águas Mornas, São Cristóvão do Sul, Xaxim, Anchieta, Araranguá, Cordilheira Alta, Criciúma, Cunha Porã, Dionísio Cerqueira, Nova Erechim, Apiúna, Faxinal dos Guedes, Palmitos, Pinhalzinho, Gaspar, Salto Veloso, Ibicaré, Porto Belo, Irani, Quilombo, Jaguaruna	57
04	Revisar e atualizar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e NOB-RH/SUAS para ampliação de recursos humanos por serviços, considerando número de atendimentos ou extensão territorial e demais aspectos.	Apiúna, Armazém, São João do Sul, Balneário Rincão, Balneário Arroio Silva, Alto da Bela Vista, Planalto Alto, Arabuta, São Francisco do Sul, Campos Novos, Ermo, Pouso Redondo, Chapadão do Lageado, Correia Pinto, Cerro Negro, Imbituba, Itajaí, Jacinto Machado, Joinville, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Morro Grande	57
05	Revisar e Atualizar os formulários e sistemas da RedeSUAS, Cadastro Único, Bolsa Família e do Ministério da Cidadania: SISC, RMA, SAA, SUAS-WEB, CadSUAS, SIPIA/SINASE, CENSOSUAS, incluindo dados cadastrais como raça, gênero, deficiências ocultas, território, diversidade sexual, entre outros; (marcadores), melhorando a comunicação dos canais visando não prejudicar usuários e os municípios, potencializando a vigilância socioassistencial.	Araquari, Balneário Gaivota, Canoinhas, Iomerê, Mirim Doce, Jaraguá do Sul, Vidal Ramos, Videira, Alfredo Wagner, Santa Helena, Cunhataí.	57
06	Integrar ações do SUAS à Política Nacional de Habitação.	Araranguá e Navegantes	57

Fonte: Eixos temáticos da XIV Conferência Estadual de Assistência Social (2023).

4.5 EIXO 5 – BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS

No dia 07 de novembro de 2023, às nove horas e quinze minutos, iniciaram-se as deliberações do Grupo de Trabalho do Eixo 5. Para conduzir este momento, o referido eixo contou com a Coordenação da Conselheira do CEAS, Sra. Maria do Carmo, e como apoiadoras, a Gerente Sra. Magna Andréia Oliveira de Paula e Sra. Renata Silva Maria, assistente social técnica da SAS, bem como com a equipe de relatoria, composta pela Sra. Dayse Morais e Sra. Tatiana Richardt.

As atividades começaram com uma dinâmica elaborada pela equipe do Eixo, utilizando diferentes conceitos e reflexões que impactam a Política de Assistência Social. Após a conclusão da dinâmica proposta, procedeu-se à eleição do coordenador representante dos delegados(as) municipais. A delegada eleita foi a Sra. Simone Dill, representante do município de São João do Oeste.

Neste momento, os representantes dos municípios de São João do Oeste e Iporã solicitaram a inclusão da proposta originada por eles entre as 20 deliberações que seriam apresentadas para votação. A referida proposta abordava a inclusão das APAEs na dedução do Imposto de Renda, semelhante ao que já ocorre com o Fundo Nacional do Idoso. A sugestão era a "criação do Fundo da Pessoa com Deficiência, para repasse direto do Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas destinado às APAEs de cada município".

Em seguida, a conselheira esclareceu os procedimentos a serem seguidos com base no regimento interno aprovado, detalhando o número de deliberações que seriam encaminhadas e eleitas na plenária final. Com o objetivo de otimizar o tempo, as apoiadoras conduziram a leitura sistematizada das deliberações para o Estado e para a União, provenientes da compilação das deliberações dos municípios encaminhadas ao CEAS.

Tabela 27 - Deliberações para o Estado - Eixo 5

Nº	Redação da Proposta de deliberação	Total de Municípios que deliberaram a proposta
01	Desenvolver um programa estadual de formação e qualificação	56

	profissional para adolescentes e jovens beneficiários de programas de transferência de renda para inserção no mercado de trabalho (como o modelo Novos Caminhos), capacitando também os demais beneficiários do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), com a criação e financiamento de Programa de profissionalização e economia solidária voltado a este público.	
02	Ampliar os recursos financeiros voltados para o Benefício Eventual, de maneira regular e automática.	54
03	Construir um Plano de Educação Permanente para o conjunto de trabalhadores do SUAS sobre o Cadastro Único, PBF e regulamentação de BE nos e para os municípios.	22
04	Ampliar e garantir o suporte técnico do Estado para as equipes dos trabalhadores do SUAS em relação aos benefícios estaduais com informações unificadas em relação às atualizações e mudanças das legislações vigentes.	19
05	Garantir e ampliar o cofinanciamento estadual de repasse regular de recursos para o SUAS do Município para que os mesmos possam desenvolver seus projetos sociais, conforme sua necessidade específica, uma vez que os atuais valores são insuficientes para manter e/ou ampliar as condições materiais e o quadro pessoal mínimo conforme NOB- RH/SUAS.	16
06	Criar programa de transferência de renda em complementação ao PBF e/ou BPC, sob responsabilidade do Estado, atentando para grupos especiais, idosos e pessoas com deficiência.	15
07	Oportunizar o cofinanciamento a todos os municípios que necessitam de atendimento aos usuários de média e alta complexidade do SUAS (acolhimento à criança e adolescente, casa de acolhimento regional a mulher vítima de violência, ILPIs, instituição de longa permanência para beneficiários em situação de risco social, casa de passagem e outras situações necessárias.	11
08	Divulgar de forma mais ampla as informações sobre benefícios e programas para os municípios, a fim de melhorar a orientação para os usuários, por meio de materiais instrucionais, palestras, reuniões de rede, panfletos e divulgação em geral.	9
09	Ampliar e garantir a continuação do Programa Bolsa Estudante, priorizando municípios de pequeno porte, que não possuem a oferta de vagas de emprego para jovem aprendiz.	9
10	Normatizar e ampliar a atuação do SUAS frente a diferentes contextos de emergência, aprimorando os arranjos institucionais, orientações e apoios técnicos aos municípios, visando à qualificação das ofertas do SUAS no contexto de emergências/calamidades.	8
11	Implantar programa de segurança alimentar, garantindo o repasse de recursos para implantação da política municipal de segurança alimentar e nutricional.	7
12	Garantir maior interlocução com o FEAS a fim de estabelecer demandas reais para os serviços de acolhimento bem como de	6

	transferência de renda a fim de receber o cofinanciamento real para o serviço e o benefício.	
13	Possibilitar pactuação de recursos com valores fixos e repasse fundo a fundo. Estipular o percentual fixo de repasse financeiro destinado à Assistência Social, com o envio de recursos dentro do primeiro semestre.	6
14	Articular com o município estratégias para buscar ações de habitação para atender a população de baixa renda com déficit habitacional, garantindo que os beneficiários do PBF e BPC sejam prioridades.	5
15	Implementar Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Programas de Transferência de Renda e fortalecimento da intersetorialidade para o acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF e do BPC no Sistema Único de Assistência Social.	5
16	Alocar a pensão especial para Secretaria de Assistência Social, e utilizar o Cadastro Único para atualização e provisão do benefício (pensão especial).	5
17	Produzir diagnósticos anualmente a partir da sistematização, análise e disseminação de informações dos municípios de forma a subsidiar a organização das ações para o aumento das proteções sociais, contemplando as situações de vulnerabilidades e riscos dos territórios, que incidem sobre as famílias quanto na proteção social especial e nos benefícios; ao tipo, ao volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.	4
18	Implantar programa de distribuição de leite aos moldes do PAA em parceria com outras secretarias.	3
19	Ampliar e garantir o orçamento destinado ao SUAS visando incluir as demandas da população migrante.	3
20	Manter o acesso ao Cadastro único através dos equipamentos físicos da Assistência Social do Município, garantindo o direito do usuário, investindo na construção de espaço aos municípios e de equipamentos aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	2

Fonte: CEAS/SC (2023).

Tabela 28 - Deliberações para a União - Eixo 5

Nº	Deliberações	Total de Municípios que deliberaram a proposta
01	Manter o BPC conforme prevê a redação original do artigo 203 da Constituição Federal, reduzindo para 60 anos a idade de acesso para BPC Idoso, aumentando o critério de renda per capita para meio salário mínimo (tanto BPC Idoso quanto BPC PcD). Priorizar o atendimento presencial nas agências do INSS, mantendo o	68

	analista técnico com formação em Serviço Social no quadro do INSS.	
02	Alterar a Lei 8.742/1993, estabelecendo como critério de renda per capita de 0,5 salário mínimo e promover a articulação entre INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e os CRAS para operacionalização do BPC.	52
03	Alterar o teto para acesso ao BPC para meio salário-mínimo, e que os usuários de uma mesma família com deficiência tenham acesso desconsiderando o BPC do mesmo membro da família para a composição da renda per capita.	34
04	Criar e financiar Programa de profissionalização e de economia solidária voltado ao público beneficiário do PBF, BPC e Benefícios Eventuais.	33
05	Proporcionar a reestruturação do INSS.	30
06	Garantir e ampliar recursos para os programas nacionais de benefícios e transferências de renda, avaliando a necessidade de criar novos programas e/ou fortalecer e/ou recuperar os antigos (Ex. Política Nacional de Segurança Alimentar).	20
07	Ampliar os recursos financeiros voltados para o Benefício Eventual.	12
08	Garantir a fila zero do programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada - BPC, bem como, a revisão de todos os critérios de renda: do acesso ao benefício até a contabilização das despesas do público alvo para poder acessar o benefício.	6
09	Universalizar o BPC para as famílias que tenham renda per capita de até um salário mínimo e estabelecer o percentual mínimo, de repasse aos municípios, para os benefícios eventuais.	4
10	Oportunizar que os repasses aos municípios sejam enviados ao governo dentro dos prazos estabelecidos com intuito de garantir a eficácia da realização da política de assistência social	4
11	Retomar a Política de Segurança Alimentar, para integração com a Política de Assistência Social.	4
12	Atualizar o Sistema do Cadastro Único e divulgar periodicamente as informações.	3
13	Alterar os critérios de acesso ao Programa Bolsa Família e BPC, contribuindo para potencializar o acesso e permanência nos programas de transferência de renda, proporcionando ao BPC os 25% para quem necessita de cuidador.	3
14	Impor condicionalidade de participação nos programas do SUAS para beneficiários do Bolsa Família; Aumentar a renda per capita do Bolsa Família.	3

15	Implantar instituições de longa permanência regionais para pessoas com deficiência em situação de risco social.	2
16	Garantir o repasse financeiro para a continuidade dos Serviços, Programas e Projetos da Assistência Social nos casos de calamidade pública e emergências.	2
17	Mobilizar a aprovação da PEC 383/2017	1
18	Criar projeto para implantação de casa de acolhimento para idosos “creches” nos pequenos municípios visto que a demanda de idosos é crescente.	1
19	Propiciar campanhas sobre respeito e inclusão das diversidades	1
20	Manter o acesso ao Cadastro único através dos equipamentos físicos da Assistência Social do Município, garantindo o direito do usuário.	1

Fonte: CEAS/SC, 2023.

Após a leitura, a conselheira do Eixo 5 propôs a junção de algumas deliberações que tinham propostas semelhantes para otimizar o tempo, considerando que as votações ainda não haviam ocorrido até o período do almoço. Na retomada da reunião do eixo no período da tarde, a metodologia de trabalho proposta pelos mediadores foi reler cada deliberação, fazendo as alterações necessárias e, em seguida, colocá-las em votação. Após os ajustes nas redações das propostas, foram encaminhadas para a plenária final, que ocorreria no dia seguinte, as seguintes deliberações:

Tabela 29 - Propostas aprovadas no Eixo 5 para o Estado

Nº	Redação da Proposta de deliberação	Origem da Proposta (Deliberação do Município ou nova proposta)	Nº de votos favoráveis
01	Manter o BPC conforme prevê a redação original do Artigo 203 da Constituição Federal, reduzindo para 60 anos a idade de acesso para BPC Idoso, aumentando o critério de renda per capita para meio salário mínimo (tanto BPC Idoso quanto BPC PcD), priorizando o atendimento presencial nas agências do INSS, mantendo o analista técnico com formação em Serviço Social no quadro do INSS.	Município	103
02	Criar e financiar Programa de profissionalização nos parâmetros do antigo Pronatec e de economia solidária voltado ao público beneficiário do Cadastro Único, PBF, BPC e Benefícios Eventuais.	Município	104

03	Garantir e ampliar recursos para os programas nacionais de transferências de renda (PBF), avaliando a necessidade de criar novos programas e/ou fortalecer e/ou recuperar os antigos.	Município	56
04	Garantir a fila zero do programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada - BPC, bem como a revisão de todos os critérios de renda: do acesso ao benefício até a contabilização das despesas do público alvo para poder acessar o benefício.	Município	86
05	Alterar a lei de acesso ao BPC, de modo a proporcionar aos beneficiários 25% de acréscimo para quem necessita de cuidador.	Município	97

Fonte: Eixos temáticos da XIV Conferência Estadual de Assistência Social (2023).

Tabela 30 - Propostas aprovadas no Eixo 5 para a União

	Redação da Proposta de deliberação	Origem da Proposta (Deliberação do Município ou nova proposta)	Nº de votos favoráveis
01	Manter o BPC conforme prevê a redação original do artigo 203 da Constituição Federal, reduzindo para 60 anos a idade de acesso para BPC Idoso, aumentando o critério de renda per capita para meio salário mínimo (tanto BPC Idoso quanto BPC PcD), priorizando o atendimento presencial nas agências do INSS, mantendo o analista técnico com formação em Serviço Social no quadro do INSS.	Município	103
02	Criar e financiar Programa de Profissionalização nos parâmetros do antigo Pronatec e de economia solidária voltado ao público beneficiário do Cadastro Único, PBF, BPC e Benefícios Eventuais.	Município	104
03	Garantir e ampliar recursos para os programas nacionais de transferências de renda (PBF), avaliando a necessidade de criar novos programas e/ou fortalecer e/ou recuperar os antigos.	Município	56
04	Garantir a fila zero do programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada - BPC, bem como a revisão de todos os critérios de renda: do acesso ao benefício até a contabilização das despesas do público para poder acessar o benefício.	Município	86

05	Alterar a Lei de acesso ao BPC, de modo a proporcionar aos beneficiários 25% de acréscimo para quem necessita de cuidador.	Município	97
----	--	-----------	----

Feitas as deliberações sobre as referidas propostas, deu-se por encerrado o trabalho em grupo do Eixo 5 às dezessete horas e seis minutos.

5. PLENÁRIA FINAL

Ao iniciar o terceiro e último dia da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, durante a fase de organização, um membro do movimento POP RUA fez uma manifestação, alegando ter sido silenciado pela Comissão, pois havia solicitado a oportunidade de se manifestar na Conferência, o que, segundo ele, não foi concedido. O manifestante argumentou que a luta pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) visa garantir direitos e não se trata de caridade. Embora tenha sido oferecido o microfone para que pudesse se expressar de forma apropriada, ele afirmou que a luta dos usuários deve ser a mesma dos servidores. Além disso, mencionou que deveria ter sido abordado na Conferência o fato de que alguns municípios estão transferindo moradores de rua para outras localidades, buscando se eximir de suas responsabilidades. O manifestante também defendeu a efetivação das políticas públicas já existentes.

Após a manifestação do usuário, a Comissão ofereceu a oportunidade para todos os grupos contribuírem, mas não houve nenhuma habilitação para tal. Em sequência, foram distribuídos os aparelhos de votação aos delegados presentes.

Às 14h18min, a cerimonialista abriu o terceiro dia de evento e convidou ao palco os coordenadores dos cinco eixos, além da Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, Sra. Gabriella Dornelles. A Presidente explicou detalhadamente como ocorreriam as votações, destacando que seriam escolhidas três propostas; solicitou também que os delegados votassem para contabilizar a quantidade de delegados presentes. O resultado dos votos foi de 306, ou seja, 306 delegados estavam presentes.

A Presidente concedeu a palavra às coordenadoras do Eixo 1, Sra. Jaqueline Muller e Sra. Mônica Costa Onofre, que procederam à leitura e deliberação das propostas Estaduais e Nacionais do referido eixo. As deliberações Estaduais e Nacionais do Eixo 2

foram conduzidas pelos coordenadores Sra. Norma Suely de Souza Carvalho e Sr. Vladimir Marcos Candido. Quanto ao Eixo 3, tanto as deliberações Estaduais quanto as Nacionais foram lidas e organizadas pelas coordenadoras Sra. Maristela Vieira e Sra. Cleide Terezinha de Oliveira.

Tabela 31 - Propostas aprovadas para o Estado - Eixo 1

Nº	Redação da Proposta de deliberação	Eixo do GT	Nº de votos favoráveis
01	Garantir financiamento e orçamento específico para a Política de Assistência Social, com percentual mínimo de 1% da receita líquida do orçamento estadual, por lei específica com repasses regulares e automáticos, fundo a fundo e desburocratizar o uso dos recursos, financiar todos os serviços da proteção social básica e especial, e tornar a assistência social como uma despesa obrigatória.	1	Sim 306 Não 12
05	Financiar a oferta de benefícios socioassistenciais estaduais para situações de caráter emergencial, em especial sobre as intempéries como, situações de frio elevado, seca, temporais, entre outros, como também em situação de calamidade pública.	1	Sim 237 Não 80
02	Garantir o financiamento para construção de novos equipamentos do SUAS e cofinanciamento para execução dos serviços, além da garantia de equipe mínima, conforme NOB/RH, necessária para seu funcionamento, tendo em vista o aumento da demanda atendida pelo SUAS, levando em conta também o número da população das cidades.	1	Sim 235 Não 74

Propostas vencedoras 1, 5, 2

Tabela 32 - Propostas aprovadas para a União – Eixo 1

Nº	Redação da Proposta de deliberação	Eixo do GT	Nº de votos favoráveis
01	Aprovação da PEC 383/2017 que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) garantindo 1% da receita corrente líquida dos orçamentos federal, estaduais e municipais para o setor.	1	Sim 295 Não 13
02	Garantir cofinanciamento federal para oferta de serviços de proteção social especial de média e alta complexidade aos municípios de pequeno porte 1 e 2.	1	Sim 245 Não 65

Fonte: Eixos temáticos da XIV Conferência Estadual de Assistência Social (2023).

Referente ao Eixo 2, as deliberações aprovadas foram:

Tabela 33 - Propostas aprovadas na Plenária Final para o Estado - Eixo 2

Nº	Redação da Proposta de deliberação	Eixo do GT	Nº de votos favoráveis
06	Garantir que o governo estadual, através da SAS, respeite, cumpra e execute as deliberações das Conferências Estaduais e do CEAS, fortalecendo o controle social e a gestão democrática.	2	Sim 216 Não 64
03	Realizar maior controle e fiscalização junto aos municípios, a fim de garantir que os gestores cumpram as determinações da NOB-RH/SUAS, quanto ao número de profissionais que integram as equipes de referência, bem como fiscalização da aplicação dos recursos financeiros.	2	Sim 202 Não 62
08	Promover capacitação continuada para conselheiros de assistência social, secretários executivos dos conselhos, integrantes dos fóruns da assistência social, gestores, trabalhadores, entidades de assistência social e usuários, cofinanciada pelas três esferas de governo, como forma de viabilizar o empoderamento destes atores no exercício da participação e do controle social e permitir a troca de experiências na execução da Política de Assistência Social.	2	Sim 198 Não 65

Propostas aprovadas: 6,3,8

Tabela 34 - Propostas aprovadas na Plenária Final para a União – Eixo 2

Nº	Redação da Proposta de deliberação	Eixo do GT	Nº de votos favoráveis
02	Assegurar o apoio técnico para implantar e implementar a Vigilância Socioassistencial de modo a conhecer e monitorar as formas de vulnerabilidade social da população, articulando os serviços socioassistenciais já existentes.	2	Sim 174 Não 76
08	Encaminhar para a comissão de benefícios do Conselho Nacional estudo sobre o alcance do Benefício de Prestação Continuada aos idosos e pessoas com deficiências, estabelecendo a alteração do limite da renda mensal familiar per capita, que deve ser limitada a 01 (um) salário-mínimo e acesso a partir dos 60 anos com garantia de 13º.	2	Sim 163 Não 83

Propostas aprovadas: 2, 8

Durante a votação do Eixo 3, a Presidente Sra. Gabriella Dornelles, mencionou que havia uma questão a ser pontuada na 7ª deliberação, trazida pelas coordenadoras. Ela alegou que deveria ser incluída na proposta a obrigatoriedade da presença de psicólogos

e assistentes sociais nas redes públicas de ensino e educação básica, tendo sido acrescentado pela relatora. Foi aberta a votação para a 8ª deliberação; no entanto, um participante na plenária pediu a palavra e requereu uma explicação sobre o que seria a ratificação da deliberação. A coordenadora Sra. Norma Suely de Souza Carvalho explicou que se trata de nova análise. A respeito da mencionada deliberação, a coordenadora acrescentou que a proposta não pode ser aprovada pelo Conselho Nacional, uma vez que não é de sua atribuição.

Tabela 35 - Propostas aprovadas na Plenária Final para o Estado - Eixo 3

Nº	Redação da Proposta de deliberação	Eixo do GT	Nº de votos favoráveis
01	Garantir melhores condições e relações de trabalho de modo a preservar a qualidade de vida, saúde e segurança dos trabalhadores do SUAS, por meio da implementação das mesas de negociações do SUAS nas três esferas conforme previsto no NOB-RH SUAS.	3	Sim 190 Não 41
02	Realizar capacitação/formação continuada com suporte técnico conforme prevê a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS para gestores, trabalhadores, usuários e conselheiros da Política de Assistência Social, promovendo educação permanente e fortalecendo a participação popular.	3	Sim 183 Não 44
07	Incentivar a implementação efetiva da Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, no Estado e nos municípios catarinenses.	3	Sim 163 Não 66

Propostas aprovadas: 1, 2, 7

Tabela 36 - Propostas aprovadas na Plenária Final para a União - Eixo 3

	Redação da Proposta de deliberação	Eixo do GT	Nº de votos favoráveis
07	Realizar capacitação/formação continuada com suporte técnico conforme prevê a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS para gestores, trabalhadores, usuários e conselheiros da Política de Assistência Social, promovendo educação permanente e fortalecendo a participação popular.	3	Sim 150 Não 53
04	Implementar normas e protocolos específicos, para garantir a qualidade de vida e segurança aos trabalhadores do SUAS na prestação dos serviços socioassistenciais, estimulando a manutenção	3	Sim 142 Não 48

	dos servidores públicos e valorizando a progressão nas carreiras.		
--	---	--	--

Propostas aprovadas: 7, 4

Posteriormente, a palavra foi novamente concedida à Presidente Sra. Gabriella Dornelles, que chamou a coordenadora Érica Cristina Machado da Silva do Eixo 4 para conduzir as deliberações Estaduais e Nacionais deste eixo.

Tabela 37 - Propostas aprovadas na Plenária Final para o Estado - Eixo 4

Nº	Redação da Proposta de deliberação	Nº de votos favoráveis
04	Elaborar o Plano Estadual de contingência do SUAS e apoiar tecnicamente na construção e adequação dos Planos Municipais de atenção às situações de calamidade e emergências periodicamente, bem como garantir a inserção deste no Plano Estadual de Assistência Social.	Sim 153 Não 54
02	Efetivar a implantação dos CREAS regionais, em 100% do Estado de Santa Catarina, garantindo a execução de todos os serviços realizados no equipamento CREAS e implementar a regionalização dos serviços de alta complexidade.	Sim 146 Não 45
03	Fortalecer serviços, programas e projetos prioritariamente para imigrantes, refugiados, mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiência, pessoas idosas e demais marcadores sociais.	Sim 144 Não 50

Propostas aprovadas: 4, 2, 3

Tabela 38 - Propostas aprovadas na Plenária Final para a União - Eixo 4

Nº	Redação da Proposta de deliberação	Nº de votos favoráveis
03	Ampliar, expandir e garantir a oferta de serviços da política de Assistência Social, dentre eles, serviços de acolhimento para pessoas idosas, mulheres, crianças, pessoas com deficiências, imigrantes, refugiados, pessoas em situação de rua e pessoas em situação de violência, utilizando-se dos marcadores sociais.	Sim 140 Não 40
04	Revisar e atualizar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e NOB-RH SUAS para ampliação de recursos humanos por serviços, considerando número de atendimentos ou extensão territorial e demais aspectos.	Sim 131 Não 55

Propostas aprovadas: 3, 4

Em seguida, as coordenadoras do Eixo 5, Sra. Maria do Carmo e Sra. Simone Dill, conduziram as deliberações Estaduais e Nacionais do referido eixo, as quais foram definidas conforme a Tabela 39.

Tabela 39 - Propostas aprovadas na Plenária Final para a União - Eixo 5

Nº	Redação da Proposta de deliberação	Nº de votos
01	Desenvolver um programa estadual de formação e qualificação profissional para adolescentes, jovens e famílias incluídas no cadastro único e beneficiários de programas de transferência de renda, para inserção no mercado de trabalho (como o modelo Novos Caminhos), capacitando também os demais beneficiários do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), com a criação e financiamento de Programa de profissionalização e economia solidária voltado a este público.	143
02	Ampliar a equipe técnica para garantir o suporte do Estado para as equipes dos trabalhadores do SUAS em relação aos benefícios estaduais com informações unificadas em relação às atualizações e mudanças das legislações vigentes.	129
03	Implementar Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Programas de Transferência de Renda e fortalecimento da intersetorialidade para o acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF e do BPC no Sistema Único de Assistência Social.	127

Fonte: Eixos temáticos da XIV Conferência Estadual de Assistência Social (2023).

O Eixo 5 aprovou através de votação as propostas 1, 2 e 4 para o Estado. Na sequência, foram votadas as propostas que serão encaminhadas para a União.

Tabela 40 - Propostas aprovadas na Plenária Final para a União - Eixo 5

Nº	Redação da Proposta de deliberação	Nº de votos
01	Manter o BPC conforme prevê a redação original do Artigo 203 da Constituição Federal, reduzindo para 60 anos a idade de acesso para BPC Idoso, aumentando o critério de renda per capita para meio salário mínimo (tanto BPC Idoso quanto BPC PcD), priorizando o atendimento presencial nas agências do INSS, mantendo o analista técnico com formação em Serviço Social no quadro do INSS.	157
05	Alterar a lei de acesso ao BPC, de modo a proporcionar aos beneficiários 25% de acréscimo para quem necessita de cuidador.	150

Fonte: Eixos temáticos da XIV Conferência Estadual de Assistência Social (2023).

Assim, foram aprovadas as propostas 1 e 5.

Encerradas as votações das deliberações finais, a palavra foi devolvida à Presidente Sra. Gabriella Dornelles para dar início à homologação da eleição dos delegados. As votações dos delegados que representarão o estado de Santa Catarina na Conferência Nacional de Assistência Social 2023 ocorreram exclusivamente nos Grupos de Trabalho dos Eixos 1, 2, 3 e 5. Dessa forma, os delegados reunidos no Eixo 4 se dirigiram às salas designadas para a votação.

Após a homologação da eleição dos delegados, a Presidente Sra. Gabriela Dornelles agradeceu a todos pela presença e declarou encerrada a 14ª Conferência Estadual de Assistência Social.

6. MOÇÕES

Às 18h do dia 07 de novembro de 2023, teve início a votação das moções, por meio da declaração inaugural proferida pela Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, Sra. Gabriella Dornelles. Conforme estipulado pelo regimento da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, a apresentação de moções requer a assinatura de, no mínimo, 30% dos delegados presentes na referida conferência, com base no número total de delegados devidamente credenciados. Nesta conferência específica, o total de delegados inscritos atingiu 364 até o encerramento do dia 06 de novembro de 2023. Portanto, para a submissão de moções, são indispensáveis 109 assinaturas, e estas devem ter sido entregues até às 18h do dia 07 de novembro de 2023.

Posteriormente, procedeu-se a uma votação experimental, na qual foi registrado o número total de 228 delegados participantes. Após a conclusão bem-sucedida da votação experimental, foi ratificada a continuidade do processo de compartilhamento das moções e a identificação de seus destinatários.

Diante dessa circunstância, constatou-se que apenas uma (1) moção atendeu a todos os critérios estabelecidos no regimento. A Comissão Organizadora da Conferência, então, deliberou sobre a relevância de submeter à votação a seguinte proposição: "aceitabilidade de voto ou supressão das moções que não foram entregues de acordo com o regimento em relação ao horário, mas que obtiveram as assinaturas necessárias". A votação foi conduzida, resultando na aprovação da leitura e subsequente votação das mencionadas moções.

A segunda situação submetida à votação diz respeito a uma moção entregue às 17h59min que suscita dúvidas quanto à sua conformidade com as normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Segue o texto da moção:

Moção de Reivindicação

A quem se destina: À União

Órgão: Os(as) delegados(as) da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 06, 07 e 08 de novembro na cidade de Florianópolis, vêm apresentar a seguinte moção:

Criação de um sistema unificado de cartórios facilitando a emissão de certidões de nascimento e casamento para pessoas em vulnerabilidade que buscam acesso aos equipamentos do SUAS. Para os usuários nascidos em outros Estados e Municípios pode haver uma demora de até 90 dias para recebimento das certidões. Caso uma pessoa necessite com urgência desta certidão para questões médicas, trabalho ou recebimento de benefícios, não é possível devido à morosidade, causando assim danos irreparáveis.

A partir da votação, foi concluído que a moção não se enquadrava às normativas do regimento interno, não sendo aprovada.

Dando sequência aos trabalhos, foram aprovadas as seguintes moções:

Moção de Apoio

Trazida pela Delegada Sra. Edlaine José de Lima Hoeft, de Corupá, a partir do fato: “Falta de apoio às famílias de autistas e PCDs”.

A quem se destina: Governo Estadual e Federal

Órgão: Os(as) delegados(as) da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 06, 07 e 08 de novembro na cidade de Florianópolis, vêm apresentar a seguinte moção:

Fato: Falta de apoio às famílias de autistas e PCDs. “Cuidar de quem cuida”.

Garantir recursos exclusivos direcionados para atender familiares e cuidadores de PCDs, visando à saúde física e geração de fonte de renda a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida, motivação e valorização dos PCDs.

Moção de Apoio

A quem se destina: Governo Federal

Órgão: Os(as) delegados(as) da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 06, 07 e 08 de novembro na cidade de Florianópolis, vêm apresentar a seguinte moção:

Os participantes da Conferência Estadual da Assistência Social de Santa Catarina, apoiam a aprovação da PEC nº 383/2017 - que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (que prevê a inclusão do percentual não inferior a 1% (um por cento) da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro da União para aplicação no Sistema Único de Assistência Social)

Moção Repúdio

Moção trazida pela Sra. Marlise dos Santos, de Blumenau.

A quem se destina: À comissão organizadora da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina

Órgão: Os(as) delegados(as) da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 06, 07 e 08 de novembro na cidade de Florianópolis, vêm apresentar a seguinte moção:

Devido à ausência de acessibilidade, faltou inclusão de pessoas deficientes disponibilizando cadeiras reservadas. Ausência de aviso sonoro nos banheiros para deficientes visuais. Ausência de legendas nos vídeos da Conferência, mesmo com os intérpretes de libras, há pessoas que não têm conhecimento desta linguagem. Faltou mesas adaptadas para alimentação e atendimento para pessoas com deficiência. Faltou no hotel acessibilidade e equipamentos adaptados. Barreiras de acesso ao local da Conferência. Falta de veículo adaptado. Falta de piso tátil. Ausência de pessoas na equipe treinadas para o atendimento de pessoas com deficiência. Falta de uma pessoa com deficiência na equipe organizadora da empresa contratada. Impossibilidade para acessar o local onde estavam sendo redigidas as moções. Faltou equipe da saúde 24h presente para atendimento de emergências médicas. Ausência de identificação com letras maiores e em braile na alimentação.

Moção de Repúdio:

Nome: Ronaldo Bernardi e Priscila Rosim Gonçalves – Jaraguá do Sul

A quem se destina: INSS

Órgão: Os(as) delegados(as) da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 06, 07 e 08 de novembro na cidade de Florianópolis, vêm apresentar a seguinte moção:

Repudiamos a automatização dos processos do INSS, assim como ao sucateamento das instalações (infraestrutura) e da falta de profissionais, trabalhadores, para o atendimento nas unidades ocasionando prejuízo ao acesso das pessoas e aos seus direitos.

Moção de Reivindicação

Moção elaborada pelo município de Blumenau

A quem se destina: Ministério de Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome; e Secretaria de Estado de Assistência Social, Mulher e Família.

Órgão: Os(as) delegados(as) da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 06, 07 e 08 de novembro na cidade de Florianópolis, vêm apresentar a seguinte moção:

Os/as delegados/as da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social reivindicam de forma urgente mudanças na regulamentação dos serviços de atendimento à população em situação de rua, bem como ampliação do financiamento com repasse regular e automático, fundo a fundo, justificado em decorrência do aumento da demanda e das situações vivenciadas nos municípios a partir da disseminação do discurso de ódio e acirramento do preconceito em relação a este público que já se encontra em situação extrema de vulnerabilidade e negação das necessidades humanas.

Moção de Reivindicação

Nome: Sr. Ronaldo Bernardi – Assistente Social – Jaraguá do Sul

A quem se destina: À Câmara Federal.

Órgão: Os(as) delegados(as) da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 06, 07 e 08 de novembro na cidade de Florianópolis, vêm apresentar a seguinte moção:

Aumento da renda per capita do BPC passando de ¼ para meio salário mínimo. Desconsiderar no cálculo da renda per capita despesas de aluguel e medicações.

Moção de Recomendação

Nome: Sra. Fabiana Regina Cardoso Pereira - Itajaí

A quem se destina: Governo Federal

Órgão: Os(as) delegados(as) da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, realizada nos dias 06, 07 e 08 de novembro na cidade de Florianópolis, vêm apresentar a seguinte moção:

Para ampliação de acesso aos benefícios e programas socioassistenciais, subtrair do cálculo da per capita as despesas referentes à moradia (aluguel e financiamento habitacional). Visto que o direito à moradia está previsto na constituição Federal, e quem possui este gasto tem esse valor comprometido somente com a garantia de moradia e não para garantir outros direitos como alimentação e saúde por exemplo.

Desta maneira, deu-se por encerrado o segundo dia da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina.

7. ELEIÇÕES DOS(AS) DELEGADOS(AS)

No dia 08 de novembro, procedeu-se à seleção dos(as) delegados(as) que representarão o estado de Santa Catarina na Conferência Nacional de Assistência Social em Brasília. Consoante as disposições estabelecidas no regimento interno da referida conferência, os(as) delegados(as) foram distribuídos em quatro (4) grupos, a saber:

- 16 delegados(as) representantes Governamentais
- 16 delegados(as) representantes dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS;
- 16 delegados(as) representantes das Entidades de Assistência Social;
- 18 delegados(as) representantes dos(as) usuários(as) e de organização de usuários(as) do SUAS;

7.1. Eleição dos(as) Delegados(as) Governamentais

No último dia da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Santa Catarina, ocorrido em 08 de novembro de 2023, os delegados representantes do segmento governamental deram início às atividades destinadas à seleção dos delegados que participarão da Conferência Nacional. O Sr. Daniel Dall'Ígna Ecker Conselheiro Estadual representante da Secretaria de Estado da Educação, iniciou a condução da eleição, posteriormente a Presidente Gabriella Dornelles deu sequência contando com o apoio do Conselheiro citado anteriormente, juntamente com a Conselheira Juciléa Santos. O processo teve como objetivo eleger os dezesseis (16) delegados representantes do setor governamental. Durante essa etapa, procederam à leitura dos documentos pertinentes à votação, enfatizando a metodologia a ser empregada. Importante ressaltar que, para este processo, a votação não será conduzida de forma eletrônica.

Os delegados presentes na sala expressaram a necessidade de realizar a contagem da quantidade de participantes, o que foi feito mediante a elevação das mãos para verificação, resultando em um total de oitenta e dois (82) delegados. Posteriormente, decidiram que a votação seria conduzida por meio do levantamento dos crachás, distribuídos exclusivamente aos delegados no momento do credenciamento. A metodologia eleitoral adotada consiste na apresentação de trinta e dois (32) candidatos divididos por região do Estado. Os 16 candidatos mais votados serão designados como delegados titulares, enquanto os demais serão designados como delegados suplentes, conforme a ordem de votação.

Em decorrência desse processo, foram eleitos dezesseis (16) delegados(as) titulares e dezesseis (16) delegados(as) suplentes, conforme a lista que inclui os nomes e municípios de cada representante governamental.

Tabela 41 - Delegados(as) segmento governamental

TITULAR	NOME	CIDADE
1	Deise Elza Borba De Oliveira	Capão Alto
2	Maria Eunice Malacarne Bernat	Blumenau
3	Edison Souza Sales	São Francisco do Sul
4	Marlei Giehl Bierger	Tunápolis
5	Luana Barauna	Videira

6	Tatiana Mafissoni	São Bernardino
7	André Luiz De Souza Rodrigues	Correia Pinto
8	Aline De Cássia Dos Santos	Jaraguá do Sul
9	Vilmar Niejelski	Canoinhas
10	Wiler Aderço De Faria	Biguaçu
11	Mavia Aparecida Maier	Florianópolis
12	Carolina Do Nascimento Santos	São Ludgero
13	Sandra Maria Azevedo Dandolene	São João Batista
14	Giane Erthal	Guabiruba
15	Ronaldo Bernardi	Jaraguá do Sul
16	Rosane Tressino	Abelardo Luz

SUPLENTE	NOME	CIDADE
1	Magdolna Caberso De Lima	Campos Novos
2	Rosangela C. Gorniak	São Bento do Sul
3	Maria Aparecida Borba Patrício	Rio Fortuna
4	Vanessa Cristhiana Grando	Palhoça
5	Edna A. Da Rosa	Bom Jardim da Serra
6	Luciana Pereira Da Silva	São José
7	Nilce Dias Martins	Lebon Régis
8	Ana Lucia Gioppo Calegari	Araranguá
9	Rogério Fernandes Silveira	São Bento do Sul
10	Fernanda Da Silva Zulian Leal	São José
11	Ana Paula N. De O. Da Rocha	Itajaí
12	Maria Patricia De Souza Pacheco	Paulo Lopes
13	Patricia Ivone Alves	Florianópolis
14	Taise Margoti Borba Dieterle	Jaraguá do Sul
15	Nathalie Barea Silveira	Guaramirim
16	Joana Soares Pereira	

7.2. Eleição dos(as) delegados(as) trabalhadores

A partir das 09h20min do dia 08 de novembro de 2023, teve início a fase de eleição dos(as) delegados(as) trabalhadores(as) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para representar o Estado de Santa Catarina na Conferência Nacional de Assistência Social em Brasília. A coordenação das atividades ficou a cargo da Sra. Maristela Vieira, tendo a Sra. Mariana Franco Fuckner como relatora e o apoio da Sra. Maria Lúcia Fuckner.

A Sra. Vânia Maria Machado iniciou a sessão apresentando a programação da Conferência Nacional, realizando uma retificação na data e reforçando que somente se consideraria como candidato(a) aquele/aquela com disponibilidade de dias compatível com o evento.

Trinta e dois candidatos(as) se colocaram à disposição, procedendo, em seguida, às suas apresentações individuais. Após as apresentações, deu-se início ao processo de votação, utilizando a metodologia de votação manual e individual. Os votos foram registrados em cédulas, utilizando o verso do crachá de identificação fornecido na Conferência.

Concluída a etapa de votação, procedeu-se à coleta das cédulas utilizadas no processo eleitoral, sob a supervisão dos fiscais Sra. Luana Aparecida Ceron Alabora, Sra. Cleide Terezinha de Oliveira e Sr. Robson Alves.

Com a finalização da contagem de votos, foram eleitos(as) dezesseis (16) delegados(as) titulares e dezesseis (16) delegados(as) suplentes, conforme a listagem abaixo, com nomes e municípios de cada representante do segmento de trabalhadores (as).

Tabela 42 - Delegados (as) do segmento trabalhadores do SUAS

TITULAR	NOME	CIDADE
1	Eloisa Bido	Iporã Do Oeste
2	Miguel Fernando Ramos Rodrigues	Guarujá Do Sul
3	Luana Aparecida Ceron Alabora	Pinheiro Preto
4	Cleide Terezinha De Oliveira	Blumenau
5	Juliana Cristina De Oliveira E Souza	Brusque

6	Priscila Aparecida Gomes	São Francisco Do Sul
7	Jaina Da Conceição Goes	São José
8	Leonardo Colossi Torres	Morro Da Fumaça
9	Robson Alves	Major Gercino
10	Rita De Cassia Santos De Oliveira	Camboriú
11	Camila Oliveira Rossi	Gaspar
12	Giovana Camila Costa De Oliveira	Luís Alves
13	Stefanie Kraus	Schroeder
14	Loide De Oliveira Santos	Araquari
15	Juliana Nosswitz	Zortéa
16	Camila Azevedo Dos Reis	Paulo Lopes

SUPLENTE	NOME	CIDADE
1	Adriana Maria Thesing	São Carlos
2	Josieli Banck	Urubici
3	Simone Serafim Corrêa	Florianópolis
4	Elizete Czyzeski	Itapema
5	Sandra Beatriz Knopp Fernandes	Timbó
6	Soniele Amaral Oliveira Alcantara	São João Batista
7	Maria Eduarda Ramos	Palhoça
8	Giórgia Maria Nurnberg	Rio Rufino
9	Anita Ferreira De Albuquerque	Concórdia
10	Munique Do Nascimento	Criciúma
11	Jôsi Borgesang	Witmarsum
12	Rosiani Heinz	Rio Do Sul
13	Angela Aparecida Da Rocha	Canoinhas
14	Rosiani Comeli	Braço Do Norte
15	Janaina Cristina Arnemann	Barra Velha
16	Alcirene Maria Fernandes Ruthes	São Bento Do Sul

7.3. Eleição dos Delegados(as) Usuários(as)

No dia 07 de novembro de 2023, o segmento de usuários(as) realizou uma reunião no grande auditório ao meio-dia e trinta minutos para a apresentação de cada delegado(a). A condução da organização esteve a cargo do Conselheiro Sr. Sidnei Pavesi, adotando-se uma metodologia baseada na representação por região do Estado, com considerações específicas sobre cotas para pessoas com deficiência e as realidades regionais. Como resultado, foram selecionados dezoito (18) delegados(as) e dezoito (18) suplentes para representar o Estado de Santa Catarina na Conferência Nacional de Assistência Social em Brasília.

Durante o transcorrer do dia 08 de novembro de 2023, designado para a escolha e votação, conforme a programação estabelecida pela conferência, o segmento de usuários(as) modificou a dinâmica inicial, que consistia na seleção por região. Nesse novo formato, os candidatos a delegados foram convocados a se apresentarem em frente ao palco, promovendo interações entre os(as) delegados(as). Surgiram discussões acerca da possibilidade de um candidato que não esteve presente na reunião de delegados(as) no dia anterior poder se candidatar neste dia. A decisão consensual foi de que, de fato, tais candidaturas seriam permitidas.

Os votos foram efetuados por aclamação, e os resultados estão de acordo com a lista que inclui os nomes e municípios de cada representante do segmento de usuários(as).

Tabela 43 - Delegados(as) segmento usuários(as)

TITULAR	NOME	CIDADE
1	Vladimir Marcos Candida	Joinville
2	Divina Mara Santos Da Rocha	Palhoça
3	Mara Bernadete Savnhago Pedrozo	Balneário Camboriú
4	Maria Auxiliadora Guedes	Lages
5	Amanda Luiza Do Nascimento	Alfredo Wagner
6	Maristela Brugnago Crestani	Iomerê
7	Graziele Aparecida De Souza	Garopaba

8	Pietro Schneider Da Silva	Rio do Sul
9	Marlise Dos Santos	Blumenau
10	José Carlos Mendes	Capivari de Baixo
11	Agatha Pavelski	Ibicaré
12	Clelia Santana Dassoler	Romelândia
13	Lucineia Aparecida Ferreira Deucher	São Francisco do Sul
14	Alexandre De Araújo Lopes	Porto Belo
15	Edlaine José De Lima Hoeft	Corupá
16	Karen Costa Raffel Ferreira	Florianópolis
17	Eleandro De Souza Machado	Pinhalzinho
18	Marco Antônio Do Rosário	Araquari

SUPLENTE	NOME	CIDADE
1	Kaionara Aparecida Dos Santos	São José
2	Ana Patrícia Januário	Criciúma
3	Zaida Teresinha Flôr Fidelix	Capivari de Baixo
4	Claudinéia Lopes De Mélo	Ituporanga
5	Juliana Gertrudes Morais Oliveira	Indaial
6	Pedro Rogério De Souza Silva	Tubarão
7	Helena Sehn Rodrigues Da Silva	São João do Oeste
8	André Juliano Costa Garcia	Lebon Régis
9	Clarice Dos Santos	Correia Pinto
10	Erica Kremer	Ibicaré
11	Josiane Teixeira Querino	Tubarão
12	Ivonete Coelho De Borba	São João do Sul
13	Juçara Da Silva	Canelinha
14	Leonilda De Souza Eger	Petrolândia
15	Dirce Teresinha Ramos	Concórdia
16	Sirlei	
17	Adriana	

18	Marilda Serafim Pires	Armazém
----	-----------------------	---------

7.4. Eleição dos(as) delegados(as) das Entidades de Assistência Social

No dia 07 de novembro de 2023, o segmento dos(as) delegados(as) das Entidades de Assistência Social realizou, durante o horário de almoço, uma assembleia com o propósito de permitir a apresentação individual de cada delegado(a). A organização da votação foi posteriormente conduzida pela Conselheira Sra. Norma Suely, culminando na conclusão da eleição dos(as) delegados(as) durante a referida reunião. Na manhã do dia 08 de novembro de 2023, procedeu-se à coleta das assinaturas dos(as) delegados(as) eleitos(as), formalizando, assim, o pleito.

Segue a lista dos(as) delegados(as) eleitos(as) o segmento dos(as) delegados(as) das Entidades de Assistência Social:

Tabela 44 - Delegados(as) segmento Entidades de Assistência Social

TITULAR	NOME	CIDADE
1	Simone Dill	Iporã do Oeste
2	Roberta Carolina da Silva	São José
3	Erica Cristina Machado da Silva	Brusque
4	Niviane Mariana Alves dos Reis	Videira
5	Denise Luciano Cesconeto	Braço do Norte
6	Roseli Dobroschnkei	Canoinhas
7	Paulo Roberto Dionizio Correa	Blumenau
8	Jairton Fabeni Domingos	Navegantes
9	Fabiana Regina Cardoso Pereira	Itajaí
10	Maria Alcirene Batistioli Dellagnelo	Camboriú
11	Marcos Aurélio dos Santos	Guaramirim
12	Maria da Soledade Fonseca Gomes	Águas Mornas
13	Denis Francis Valim	Joinville
14	Nizar Amin Shihadeh	Palhoça
15	Rosilene Costa Antunes	Capivari de Baixo

16	Dorizete Aparecida Galupo	Abelardo Luz
----	---------------------------	--------------

SUPLENTE	NOME	CIDADE
1	Ginaldo de Jesus Oliveira	Celso Ramos
2	Loreci Maria Peretti	Iomerê

8. ANEXOS

8.1. Regimento Interno

REGIMENTO DA 14ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E DO TEMÁRIO

Art. 1º - A 14ª Conferência Estadual da Assistência Social do Estado de Santa Catarina foi convocada pela Resolução Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC N° 06, de 24 de fevereiro de 2023 (e suas alterações), em cumprimento ao disposto no Art. 18, inciso VI, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Esta será presidida pelo(a) Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS nos dias 06, 07 e 08 de novembro de 2023.

Art. 2º - A Conferência Estadual constitui-se em instância máxima de participação da sociedade civil e governo, com a finalidade de avaliar a política de assistência social e deliberar diretrizes para aperfeiçoar, implementar e consolidar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Realizar uma avaliação abrangente da política de assistência social em Santa Catarina, identificando os desafios, conquistas e áreas que requerem melhorias.

Art. 3º - A 14ª Conferência Estadual de Assistência Social tem como tema central: “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos!” e será discutida nos seguintes eixos:

Esses objetivos e eixos fornecerão diretrizes para as discussões e deliberações durante a conferência, ajudando a moldar a reconstrução do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Santa Catarina.

I - Eixo 1 - Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais, contemplando as especificidades regionais do país;

II - Eixo 2 - Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social

com diretrizes democráticas e participativas.

III - Eixo 3 - Articulação entre segmentos: Como potencializar a Participação Social no SUAS?

IV - Eixo 4 - Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no SUAS.

V - Eixo 5 - Benefício e transferência de renda: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

CAPÍTULO II

DOS PARTICIPANTES E CREDENCIAMENTO

Art. 4º - São participantes da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, devidamente inscritos e credenciados:

I. Delegados(as) eleitos(as) nas Conferências Municipais e delegados(as) Natos do Conselho Estadual de Assistência Social de SC (CEAS/SC);

a. Representantes Governamentais e

b. Representantes da sociedade civil, nos seguintes segmentos:

i. Entidades de Assistência Social, inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social; ii. Entidades representantes dos(as) trabalhadores(as) da Política de Assistência Social e profissionais da área;

iii. Usuários(as) e organização de usuários(as).

II. Convidados (as) do CEAS/SC;

III. Acompanhantes de participantes com deficiência;

IV. Equipe de apoio técnico-operacional, incluindo Secretaria Executiva do CEAS e servidores(as) da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS, dentre outros.

Participação Democrática e Representatividade: Garantir a participação efetiva de delegados eleitos, representantes governamentais, e da sociedade civil, incluindo entidades de assistência social, trabalhadores da área, usuários e organizações de usuários, para fortalecer a representatividade nas discussões e deliberações da conferência.

Diálogo e Colaboração: Fomentar o diálogo construtivo e a colaboração entre diferentes segmentos envolvidos na assistência social, promovendo um ambiente de cooperação.

Inclusão e Acessibilidade: Assegurar a inclusão de participantes com deficiência, proporcionando um ambiente acessível e apoio necessário para sua participação ativa.

Apoio técnico e Operacional: Garantir a presença da equipe de apoio técnico operacional, incluindo a Secretaria Executiva do CEAS e servidores da Secretaria de Estado da Assistência Social, para fornecer assistência na organização e execução da conferência.

Art. 5º - Os(as) representantes dos incisos I terão direito a voz e voto, os convidados e acompanhantes terão direito a voz e não ao voto.

Promover um ambiente inclusivo e participativo, onde os representantes eleitos e natos tenham a oportunidade de influenciar as decisões por meio do voto, e onde os convidados e acompanhantes possam contribuir com suas opiniões e experiências por meio do direito de voz. Isso garantirá que todas as vozes sejam ouvidas e que as decisões tomadas reflitam a diversidade de perspectivas e necessidades dos envolvidos na assistência social.

Além disso, é fundamental estabelecer diretrizes claras sobre como os votos serão contados, os processos de votação e como as vozes dos participantes serão considerados no processo de tomada de decisão durante a conferência. sinônimos desse texto

Art. 6º - De acordo com os Informes do CEAS/SC, na ausência do(a) delegado(a) municipal titular, este poderá ser substituído por seu suplente, desde que tenha sido eleito na Conferência Municipal e inscrito no formulário disponibilizado pela Secretaria Executiva do CEAS/SC

Parágrafo único: Os municípios devem garantir o traslado de seus(suas) delegados(as) até o local da Conferência, conforme informações disponibilizadas pelo CEAS/SC anteriormente.

Art. 7º - O Credenciamento dos Participantes da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social será efetuado no dia 06 de novembro de 2023 a partir das 13:30, conforme Programação.

Art. 8º - As excepcionalidades surgidas no credenciamento serão tratadas pela Comissão Organizadora com apoio da equipe da Secretaria Executiva do CEAS/SC.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 9º - A 14ª Conferência Estadual de Assistência Social será presidida pelo(a) Presidente do CEAS/SC e Vice-Presidente do CEAS/SC.

Art. 10º - A 14ª Conferência Estadual de Assistência Social realizar-se-á de forma presencial, sendo prevista a participação de aproximadamente 800 pessoas entre delegados(as), convidados(as), e organizadores.

Art.11 - A 14ª Conferência Estadual de Assistência Social deverá ser organizada observando as seguintes etapas:

- a) Credenciamento;
- b) Apreciação e aprovação do Regimento Interno;
- c) Mesa de Abertura;
- d) Apresentação do Diagnóstico do estágio de implementação do SUAS de Santa Catarina;
- e) Apresentação do CEAS;

- f) Realização de debates e deliberações de propostas por meio de Grupos de Trabalhos por Eixos;
- g) Votação das Moções que atingiram o número mínimo de assinaturas;
- h) Votação das deliberações finais para o Estado e União;
- i) Escolha dos(as) delegados(as) que representarão Santa Catarina na Conferência Nacional;
- j) Cerimônia de Encerramento.

Art. 12 - O processo de aprovação do presente Regimento Interno constituirá de duas etapas:

I. Consulta pública, por meio eletrônico, para sugestões na redação do documento, iniciando dia 26 e finalizando às 18hs do dia 31 de outubro;

II. Aprovação, pelos(as) Delegados(as) devidamente credenciados(as), das sugestões dadas para a redação do Regimento Interno, no dia 06 de novembro de 2023.

III. Somente serão votadas as contribuições enviadas ao documento no período descrito no item I.

Art. 13 - As propostas advindas da consulta pública serão sistematizadas pela equipe da Relatoria e analisadas pela Comissão Organizadora.

Art. 14 - A apresentação do Diagnóstico do estágio de implementação do SUAS de Santa Catarina, terá por finalidade promover o aprofundamento da realidade Estadual e será apresentado pelo órgão gestor da Política de Assistência Social Estadual.

O artigo 14 estabelece que a apresentação do diagnóstico do estágio de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Santa Catarina tem como finalidade aprofundar o entendimento da situação no estado e que essa apresentação será feita pelo órgão responsável pela gestão da política de assistência social no nível estadual. Em resumo, a apresentação do diagnóstico visa aprofundar o conhecimento sobre o SUAS em Santa Catarina e será conduzida pelo órgão gestor estadual da assistência social

Art. 15 - A apresentação do CEAS/SC tem como objetivo mostrar um panorama do Controle Social no estado baseado nos últimos dados disponíveis pelo Censo SUAS, além de informações relevantes sobre o Conselho Estadual. Esta será apresentada por Conselheiros(as) do CEAS/SC.

CAPÍTULO IV DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 16 - Serão formados 05 (cinco) grupos de trabalho, contemplando cada Eixo, devendo conter 01(um(a)) Coordenador(a) representante da organização da Conferência, 01(um(a)) coordenador(a) representante dos(as) delegados(as) municipais, Apoiadores(as) indicados pelo CEAS/SC e DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA PARA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA, 02 dois Relatores.

Representatividade: Garante a participação de diversas partes interessadas, incluindo delegados municipais, apoiadores do conselho estadual e relatores. Isso assegura que diferentes perspectivas, experiências e conhecimentos estejam presentes em cada grupo de trabalho.

Art. 17 - Os Grupos serão abertos, com livre participação e com capacidade máxima de 200 pessoas por eixo. Caso o grupo escolhido pelo(a) delegado(a) já esteja lotado, este deve direcionar-se para outro grupo.

Art. 18 - Os(as) Coordenadores(as) e os Apoiadores(as) terão a função de:

- I. Conduzir as discussões;
- II. Controlar o tempo;
- III. Estimular a participação dos membros do Grupo de Trabalhos;
- IV. Conduzir a votação das deliberações que serão enviadas para a plenária final.

Art. 19 - O Relator do Grupo de Trabalho terá a função de:

- I. Registrar as principais opiniões das discussões dos participantes;
- II. Relatar as correções, adequações, aglutinações e demais alterações das deliberações;
- III. Relatar a redação final das deliberações;
- IV. Registrar em relatório as deliberações que serão enviadas para a Plenária final.

Parágrafo único: Constarão nos Relatórios dos grupos os principais debates dos participantes, as propostas que obtiverem no mínimo, a aprovação de metade mais um dos participantes presentes nos respectivos grupos, número de participantes do grupo e deliberações mais votadas para Plenária Final.

Art. 20 - Sugere-se que cada intervenção realizada seja de no máximo 3 minutos, com réplica de igual tempo.

Art. 21 - A Relatoria organizará 20 deliberações oriundas das Conferências Municipais para o Estado e para a União para serem trabalhadas nos Grupos. Usarão a metodologia indicada pelo Conselho Nacional de Assistência Social para realizar a escolha destas.

Em termos mais simples, isso significa que a equipe de Relatoria terá a tarefa de reunir 20 propostas ou decisões importantes das conferências realizadas em nível municipal. Essas propostas serão trazidas para a conferência estadual, onde serão discutidas em grupos de trabalho. A seleção das propostas a serem trazidas para a conferência estadual seguirá um método recomendado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, garantindo um processo consistente e justo.

Essa abordagem visa a garantir que as questões e recomendações provenientes das conferências municipais sejam devidamente consideradas e discutidas em um nível mais amplo, contribuindo para o desenvolvimento de diretrizes e políticas estaduais e nacionais na área de assistência social.

Art. 22 - No início dos trabalhos do Grupo, às 20 deliberações de cada ente serão lidas, e

adequadas CASO NECESSÁRIO, de acordo com o entendimento dos participantes deste, RESPEITANDO O SIGNIFICADO E SENTIDO DAS DELIBERAÇÕES PRÉVIAS.

Art. 23 - Poderão ser elaboradas deliberações que não constem nas apresentadas pela equipe de Relatoria, caso os participantes identifiquem que algum assunto importante não tenha sido contemplado.

Art. 24 - Cada Grupo ranqueará, por meio de votação, 8 deliberações por ente para que sejam enviadas para a Plenária Final.

Parágrafo único - Em caso de empate das deliberações, abrir-se-á espaço de defesa de cada proposta, por uma pessoa a ser definida no respectivo eixo, com o tempo máximo de 2 (dois) minutos para cada, e após será realizada nova votação. A proposta mais votada será aprovada.

Art. 25 - No dia 07 de novembro de 2023, teremos um espaço na programação (entre 12h30m e 14h) reservado para que os segmentos realizem reuniões para mobilização, esclarecimentos e também organização para o momento da votação dos(as) delegados(as) que serão escolhidos(as) para a Conferência Nacional de Assistência Social representando Santa Catarina. Esse momento será conduzido por pessoas de referência de cada segmento juntamente com Conselheiros do CEAS/SC.

CAPÍTULO V DAS MOÇÕES

Art. 26 - As moções são manifestações políticas da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social e poderão ser apresentadas para Comissão Organizadora até as 16hs do dia 07 de novembro de 2023. Sendo que somente serão aceitas pela Comissão moções que versem sobre tema que sejam de interesse ao SUAS.

Art. 27 - Orientamos que o proponente da moção busque orientação junto a um integrante da Comissão Organizadora para fazer o preenchimento e impressão do texto, anexando-o junto a folha numerada para assinaturas.

Art. 28 - Estas deverão ser assinadas por no mínimo 30% dos(as) delegados(as) da Conferência Estadual, de acordo com o número de delegados(as) credenciados, que será informado ao final do dia 06 de novembro de 2023.

Art. 29 - No dia 07 de novembro de 2023 a partir das 17h, haverá a leitura de cada Moção que atingiu o número de assinaturas, após procedemos à votação, sendo aprovadas somente as que obtiverem a maioria dos votos dos(as) delegados(as).

CAPÍTULO VI PLENÁRIA FINAL

Art. 30 - A Plenária Final acontecerá no dia 08 de novembro de 2023, sendo conduzida

pelo(a) Presidente e vice-Presidente do CEAS/SC e apoiadores que julgarem necessários.

Art. 31 - A Plenária Final terá caráter deliberativo.

Art. 32 - Serão escolhidas, por meio de votação, 03 deliberações por Eixo para o Estado e 02 deliberações por Eixo para a União. A escolha considerará o ranqueamento das deliberações mais votadas.

Art. 33 - Somente os(as) delegados(as) devidamente credenciados(as) poderão votar nas deliberações.

Art. 34 - Não poderão ser alteradas redações e elaboradas novas deliberações na Plenária Final.

Art. 35 - Serão eleitos(as) 66 delegados(as), de acordo com orientação do CNAS constante no seu Informe nº 04 de 2023, oriundos das Conferências Municipais para representarem SC na 13ª Conferência Nacional de Assistência Social, de acordo com a seguinte distribuição:

- a) 18 delegados(as) representantes dos(as) usuários(as) e de organização de usuários(as) dos SUAS;
- b) 16 delegados(as) representantes dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS;
- c) 16 delegados(as) representantes das Entidades de Assistência Social; e
- d) 16 delegados(as) representantes governamentais.

Art. 36 - Só poderão ser eleitos(as) representantes de SC para a Conferência Nacional, os delegados(as) que participarem, comprovadamente por meio do controle eletrônico, de 75% da Conferência Estadual.

Art. 37 - A Comissão Organizadora da Conferência indica que na ausência de representante de Trabalhadores(as) do SUAS ou de Entidade de Assistência Social, a(s) vaga(s) deverá(ão) ser preenchida(s) por representantes de usuários(as) eleitos(as). Também seguirá a orientação da última Conferência Nacional de que no caso de vacância dos(as) delegados(as), essa deverá se manter sem substituição por outro segmento.

Art. 38 - A eleição dos(as) delegados(as) Natos que representarão Santa Catarina na Conferência Nacional de Assistência Social foi realizada na Plenária Ordinária do CEAS/SC do dia 24 de outubro de 2023.

Art. 39 - Na eleição dos(as) delegados(as) deverão prever a escolha de titulares e suplentes, caso haja a necessidade de substituição.

Parágrafo único: Em caso de empate na votação para delegado, abrir-se-á espaço de defesa para cada candidato, com o tempo máximo de 2 (dois) minutos, e após será realizada nova votação. O delegado mais votado será eleito. Persistindo o empate, será considerado o candidato da região do Estado com menor representatividade.

Art. 40 - Na cerimônia final da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social serão homologados todos(as) os(as) delegados(as) eleitos(as), titulares e suplentes, citados acima.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 - Aos delegados(as) participantes da Conferência é assegurado o direito de levantar questões de ordem à Mesa Coordenadora, sempre que julgarem não ser cumprido o Regimento.

Art. 42 - Serão conferidos certificados a todos os participantes da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social pela empresa organizadora da Conferência.

Art. 43 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e apresentados para a votação da Plenária.

Art. 44 - Será divulgado pela Comissão Organizadora, após o término do credenciamento, o número de delegados(as) e convidados(as) da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social.

Art. 45 - O presente Regimento entrará em vigor após aprovação da Plenária da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social. Florianópolis, 06 de novembro de 2023

Florianópolis, 06 de novembro de 2023.

8. 2. Lista dos(as) delegados(as) eleitos(as) para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social

DELEGADOS (AS) ELEITOS (AS) PARA PARTICIPAÇÃO NA 14ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DELEGADOS (AS) NATOS (AS) DO CEAS/SC

DELEGADOS (AS) ESTADUAIS ELEITOS (AS)

Sociedade Civil

Usuários(as) do SUAS	
Sidnei Pavesi	Titular
Daniel Paz dos Santos	Titular
Alexandre Deucher	Titular
Trabalhadores(as) do SUAS	
Maristela Vieira	Titular
Entidades da Assistência Social	
Aline Ogliari	Titular

Governamentais

Jaqueline Muller	Titular
Juciléa Santos	Titular
Daniel Dall'Igna Ecker	Titular
Juliana Rocha Pires	Suplente

Alessandra Karla Camargo	Suplente
Gabriella Dornelles	Suplente

DELEGADOS (AS) SOCIEDADE CIVIL

SEGMENTO: REPRESENTANTES OU ORGANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS		
TITULAR	NOME	CIDADE
1	Vladimir Marcos Candida	Joinville
2	Divina Mara Santos Da Rocha	Palhoça
3	Mara Bernadete Savnhago Pedrozo	Balneário Camboriú
4	Maria Auxiliadora Guedes	Lages
5	Amanda Luiza Do Nascimento	Alfredo Wagner
6	Maristela Brugnago Crestani	Iomere
7	Graziele Aparecida De Souza	Garopaba
8	Pietro Schneider Da Silva	Rio do Sul
9	Marlise Dos Santos	Blumenau
10	José Carlos Mendes	Capivari de Baixo
11	Agatha Pavelski	Ibicaré
12	Clelia Santana Dassoler	Romelândia
13	Lucineia Aparecida Ferreira Deucher	São Francisco do Sul
14	Alexandre De Araújo Lopes	Porto Belo
15	Edlaine José De Lima Hoeft	Corupá
16	Karen Costa Raffel Ferreira	Florianópolis
17	Eleandro De Souza Machado	Pinhalzinho
18	Marco Antônio Do Rosário	Araquari

SEGMENTO: ENTIDADES E ORGANIZAÇÃO DAS/OS TRABALHADORAS/ES DO SUAS		
TITULAR	NOME	CIDADE
1	Eloisa Bido	Iporã Do Oeste
2	Miguel Fernando Ramos Rodrigues	Guarujá Do Sul
3	Luana Aparecida Ceron Alabora	Pinheiro Preto
4	Cleide Terezinha De Oliveira	Blumenau
5	Juliana Cristina De Oliveira E Souza	Brusque
6	Priscila Aparecida Gomes	São Francisco Do Sul
7	Jaina Da Conceição Goes	São José
8	Leonardo Colossi Torres	Morro Da Fumaça
9	Robson Alves	Major Gercino
10	Rita De Cassia Santos De Oliveira	Camboriú
11	Camila Oliveira Rossi	Gaspar
12	Giovana Camila Costa De Oliveira	Luís Alves
13	Stefanie Kraus	Schroeder
14	Loide De Oliveira Santos	Araquari
15	Juliana Nosswitz	Zortéa
16	Camila Azevedo Dos Reis	Paulo Lopes

ENTIDADES E ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
TITULAR	NOME	CIDADE
1	Simone Dill	Iporã do Oeste
2	Roberta Carolina da Silva	São José
3	Erica Cristina Machado da Silva	Brusque
4	Niviane Mariana Alves dos Reis	Videira
5	Denise Luciano Cesconeto	Braço do Norte

6	Roseli Dobroschnkei	Canoinhas
7	Paulo Roberto Dionizio Correa	Blumenau
8	Jairton Fabeni Domingos	Navegantes
9	Fabiana Regina Cardoso Pereira	Itajaí
10	Maria Alcirene Batistioli Dellagnelo	Camboriú
11	Marcos Aurelio dos Santos	Guaramirim
12	Maria da Soledade Fonseca Gomes	Águas Mornas
13	Denis Francis Valim	Joinville
14	Nizar Amin Shihadeh	Palhoca
15	Rosilene Costa Antunes	Capivari de Baixo
16	Dorizete Aparecida Galupo	Abelardo Luz

DELEGADOS (AS) GOVERNAMENTAIS

TITULAR	NOME	CIDADE
1	Deise Elza Borba De Oliveira	Capão Alto
2	Maria Eunice Malacarne Bernat	Blumenau
3	Edison Souza Sales	São Francisco do Sul
4	Marlei Giehl Bierger	Tunápolis
5	Luana Barauna	Videira
6	Tatiana Mafissoni	São Bernardino
7	André Luiz De Souza Rodrigues	Correia Pinto
8	Aline De Cássia Dos Santos	Jaraguá do Sul
9	Vilmar Niejelski	Canoinhas
10	Wiler Aderço De Faria	Biguaçu
11	Mavia Aparecida Maier	Florianópolis
12	Carolina Do Nascimento Santos	São Ludgero
13	Sandra Maria Azevedo Dandolene	São João Batista
14	Giane Erthal	Guabiruba
15	Ronaldo Bernardi	Jaraguá do Sul

16	Rosane Tressino	Abelardo Luz
----	-----------------	--------------

8.3. Avaliações da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social

AVALIAÇÃO PELOS(AS) PARTICIPANTES

Os participantes da Conferência Estadual de Assistência Social devem fazer avaliação quanto aos seguintes elementos:

a) Organização da Conferência Estadual de Assistência Social

Para esta avaliação deve-se indicar o quantitativo de participantes que avaliou cada um dos itens de organização da Conferência, considerando as categorias: “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim” e “péssimo”.

Os(as) participantes devem avaliar os seguintes itens referentes à Organização da Conferência Estadual:

- Mobilização e Preparação: Atividades previamente realizadas para obter uma participação maior, mais representativa e mais qualificada na Conferência Estadual;
- Local e infraestrutura: Espaço físico e logística da organização da Conferência Estadual;
- Acessibilidade: Adequação do espaço físico, tecnologias assistivas, intérprete de libras, equipe de apoio e demais condições para a participação das pessoas com deficiência;
- Programação: Atividades e horários previstos para a Conferência Estadual;
- Participação: Envolvimento ativo dos(as) delegados(as) e demais presentes nas atividades realizadas, debates e na tomada de decisões da Conferência Estadual

	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Mobilização e Preparação	22	41	02	00	10

Local e infraestrutura (alimentação, transporte e hospedagem) – se presencial	65	22	24	04	04
Acessibilidade física ou virtual	51	64	13	07	8
Programação	18	38	45	25	24
Participação	43	72	35	00	00

b) Conhecimentos agregados a partir da participação na Conferência Estadual de Assistência Social

Registro do consolidado das avaliações preenchidas pelos participantes no que diz respeito ao Tema da Conferência, aos eixos e ao II Plano Decenal da Assistência Social. Para esta avaliação deve-se indicar o quantitativo de participantes que avaliou cada um destes itens, considerando a graduação 0, 1, 2, 3, 4 e 5, onde 5 representa grau máximo de conhecimentos agregados e 0 indica que não agregou conhecimentos.

	5	4	3	2	1	0
Ampliação de conhecimentos sobre o Tema da Conferência	25	62	30	6	0	1
Ampliação de conhecimentos sobre os Eixos do debate na Conferência	30	67	28	5	1	0
Ampliação de conhecimentos sobre o II Plano Decenal da Assistência Social	34	51	43	12	6	4

AVALIAÇÃO PELOS(AS) CONSELHEIROS(AS) ESTADUAIS

Os Conselheiros Estaduais devem avaliar:

- a) **Tema e Eixos da Conferência (Relevância e Clareza)**, considerando as categorias: “ótimo”, “muito bom”, “regular”, “ruim” e “péssimo”.

- b) **Debate nos Grupos de Trabalho ou outros formatos utilizados**, considerando as categorias: “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim” e “péssimo”.
- c) **Avaliação Final pelos Conselheiros Estaduais de Assistência Social**, utilizando os espaços “aspectos positivos”, “aspectos negativos” e “demais considerações”, registrar o resultado da discussão realizada pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) depois de realizada a Conferência Estadual.

Consolidado das avaliações da 14ª Conferência Nacional Sobre Tema e Eixos da Conferência (Relevância e Clareza)

	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Tema da Conferência: “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos”.	17	13	2	1	
Eixo 1: Relevância e Clareza	10	18	6		
Eixo 2: Relevância e Clareza	09	19	5		
Eixo 3: Relevância e Clareza	11	19	6		
Eixo 4: Relevância e Clareza	14	16	4		
Eixo 5 : Relevância e Clareza	11	19	5		

Sobre o debate nos Grupos de Trabalhos ou outros formatos utilizados e definição das propostas de deliberação da Conferência Estadual de Assistência Social

	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Eixo 1- Debate nos Grupos de Trabalhos	6	19	5	2	
Eixo 2- Debate nos Grupos de Trabalhos	3	20	3	3	
Eixo 3- Debate nos Grupos de Trabalhos	3	20	5	2	2
Eixo 4- Debate nos Grupos de Trabalhos	4	21	5	2	

Eixo 5- Debate nos Grupos de Trabalhos	3	23	4	2	

Avaliação Final pelos Conselheiros Estaduais de Assistência Social (síntese)

Aspectos positivos	Aspectos Negativos	Demais Considerações
<ul style="list-style-type: none"> Alimentação, recepção e controle de frequência; Dedicação e responsabilidade da equipe organizadora do CEAS; Participação efetivas no subgrupo; Participação unanimidade da Plenária; Eleições de delegados governamentais democrático; Local adequado, alimentação ótima, mobilização, atendimento do pessoal; Local com espaço bom, tecnologia boa; Localização, alimentação, conforto, estrutura muito adequada, logística 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de acessibilidade, horários fora da regulamentação muito atrás; Falta de organização quanto ao cronograma; Poderia ter um pouco mais de envolvimento; Metodologia de trabalho, mobilização, acessibilidade; Organização, alojamento no hotel, que houve confusão, organização dos horários; Organização falha, analfabetismo funcional de participantes e delegados, falta da adoção de modeladores de debate, como a réplica e tréplica, estadia em hotéis (horários e organização); O fato de ter sido divulgado o local muito próximo da data do evento, dificultando aos 	<ul style="list-style-type: none"> Poderia haver mudanças na forma de escolha dos eixos e na escolha dos delegados para a nacional porque foi abrangido muitos de uma região só e teve região que não foi ninguém; Melhorar a comunicação, informações sobre a conferência, diminuir os atrasos; Ótima alimentação, boa recepção, boa estadia, tentativa de organização quase concluída com sucesso. Na próxima conferência, escolher o evento com antecedência, para os municípios conseguirem se organizar melhor, e também que todos os delegados consigam ficar hospedados no local do evento; Por mais que a escolha do local seja extremamente adequada e bem planejada juntamente da logística, garantindo conforto e localizações adequadas, a organização falhou em executar o cronograma, com imensos atrasos e a possibilidade de amplos diálogos nas deliberações, que juntamente com o analfabetismo funcional evidente de diversos participantes; A estadia em hotéis foi confusa e insatisfatória, com reorganização de última hora de hotéis, além dos mesmos serem distantes entre si; Teve ótima participação dos delegados municipais, mas com pouco conhecimento dos conteúdos e da própria política de assistência social para defesa e ou aprovação das propostas.

	municípios ampla participação;	
--	--------------------------------	--

8.4. Fotos da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social

Momentos da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social





Grupos de Trabalho por Eixos











Equipe de Relatoria da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social



Fonte: Arquivo pessoal da Relatoria (2023).